



MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas

Projeto de Cooperação Técnica - PCT BRA/IICA/14/004
Termo de Referência nº 11.774 - Edital nº 085/2021

Conselho Nacional de Recursos Hídricos: análise e sistematização das deliberações atuais e de propostas em discussão, identificando conflitos e modificações necessárias, e de proposições legislativas relativas às Políticas Nacionais de Recursos Hídricos, de Segurança de Barragens e de Saneamento Básico, levantamento e análise de padrões da administração pública para compilação e disponibilização pública na internet de normativos, proposição de resoluções estratégicas no contexto do novo PNRH 2022-2040 e de sistema de gestão da informação

Produto 02 - Levantamento dos padrões da administração pública para compilação e disponibilização pública na Internet de normativos, com atenção especial aos padrões da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério do Desenvolvimento Regional, incluindo recomendações/sugestões finais sobre a aplicação prática do disposto no Decreto nº 10.139/2019 concernente à revisão e consolidação das deliberações (resoluções e moções) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, além de contribuições à Secretaria Executiva do Conselho - SECEX/CNRH sobre temas diversos.

CONSULTOR RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES
16 setembro de 2021

Identificação			
Consultor(a) / Autor(a): Rodrigo Flecha Ferreira Alves			
Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Pessoa Física nº 121136			
Nome do Projeto: Conselho Nacional de Recursos Hídricos: análise e sistematização das deliberações atuais e de propostas em discussão, identificando conflitos e modificações necessárias, e de proposições legislativas relativas às Políticas Nacionais de Recursos Hídricos, de Segurança de Barragens e de Saneamento Básico, levantamento e análise de padrões da administração pública para compilação e disponibilização pública na internet de normativos, proposição de resoluções estratégicas no contexto do novo Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH 2022-2040 e de sistema de gestão da informação.			
Oficial/Coordenador Técnico Responsável: Wilson Melo (Diretor do Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério do Desenvolvimento Regional - DRBH/SNSH/MDR).			
Data / Local: Brasília, 16 de setembro de 2021			
Classificação			
Temas Prioritários do IICA			
Agroenergia e Biocombustíveis		Sanidade Agropecuária	
Biotecnologia e Biossegurança		Tecnologia e Inovação	
Comércio e Agronegócio		Agroindústria Rural	
Desenvolvimento Rural		Recursos Naturais	X
Políticas e Comércio		Comunicação e Gestão do Conhecimento	
Agricultura Orgânica		Outros:	
Modernização Institucional			
Palavras-Chave: Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Revisão e Consolidação de Atos Normativos Inferiores a Decreto, Deliberações (Resoluções e Moções), Padrões da Administração Pública para Compilação e Disponibilização Pública na Internet de Normativos, Gestão Integrada de Recursos Hídricos, novo Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH 2022-2040.			

Resumo
<p>Título do Produto: Produto 02 - Levantamento dos padrões da administração pública para compilação e disponibilização pública na Internet de normativos, com atenção especial aos padrões da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério do Desenvolvimento Regional, incluindo recomendações/sugestões finais sobre a aplicação prática do disposto no Decreto nº 10.139/2019 concernente à revisão e consolidação das deliberações (resoluções e moções) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, além de contribuições à Secretaria Executiva do Conselho - SECEX/CNRH sobre temas diversos.</p>
<p>Qual o objetivo primário do Produto? Levantar padrões da administração pública para compilação e disponibilização pública na Internet de normativos, e, à luz do Decreto nº 10.139/2019, apresentar recomendações/sugestões sobre a revisão e a consolidação das deliberações (resoluções e moções) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.</p>
<p>Que problemas o Produto deve resolver?</p> <p>Tendo como referência os princípios da segurança jurídica, transparência e simplificação de normas, disponibilizar padrões da administração pública na Internet, e revisar e consolidar as deliberações (resoluções e moções) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, disponibilizando-as, de maneira organizada e integrada, para a sociedade.</p>
<p>Como se logrou resolver os problemas e atingir os objetivos? A partir do levantamento de padrões para disponibilização pública e da análise e sistematização das deliberações (resoluções e moções) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.</p>
<p>Quais os resultados mais relevantes? Padrão de disponibilização de atos normativos adotado pelo Governo Federal (Projeto CodeX e SUPER.BR) e sistematização final das deliberações do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.</p>

O que se deve fazer com o Produto para potencializar o seu uso? Como primeira medida, após avaliação da pertinência pela Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, apresentar o Produto à Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL/CNRH, e, na sequência, ao Plenário do Conselho, buscando, caso oportuno, em função das análises realizadas, também incorporá-lo ao Anexo Normativo do novo PNRH 2022-2040, ora em elaboração.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - ESTRUTURA DO NOVO PNRH 2022 - 2040.....	10
Figura 2 - FOCO DO PNRH 2022-2040.....	11

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- PRODUTOS DA CONSULTORIA	13
Quadro 2 - RESUMO DA MATRIZ DE ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DE RESOLUÇÕES	28
Quadro 3 - REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA CNRH - RI - CT - ADMINISTRATIVA.....	29
Quadro 4 - REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA SECEX	34
Quadro 5- REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA PNRH.....	35
Quadro 6 - REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA COMITÊ	36
Quadro 7- REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA AGÊNCIA/ED.....	39
Quadro 8 -REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA CADASTRO	44
Quadro 9 -REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA OUTORGA	45
Quadro 10 -REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA COBRANÇA.....	48
Quadro 11 -REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA PLANO	54
Quadro 12 - REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA ENQUADRAMENTO	55
Quadro 13 - REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA SISTEMA DE INFORMAÇÕES	56
Quadro 14 - REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA ÁGUAS SUBTERRÂNEAS.....	57
Quadro 15 - REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA SEGURANÇA DE BARRAGENS.....	58
Quadro 16 - REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA OUTRAS.....	59
Quadro 17 - SISTEMATIZAÇÃO FINAL DOS ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS	60

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I - DECRETO N° 10.139/2019
ANEXO II - PORTARIA MDR N° 1.978/2020

ANEXO III - ENAP - CURSO DECRETO N° 10.139/2019 REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS (TURMA AGO/2021): CONTEÚDO

ANEXO IV - CERTIFICADO CURSO ENAP - RODRIGO FLECHA

ANEXO V - TREINAMENTO PARA O PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE PROGRESSO SOBRE O DECRETO N° 10.139/2019

ANEXO VI - MINUTA DE REVOGAÇÃO DAS RESOLUÇÕES ADOTANDO-SE O PLANO A COMO REFERÊNCIA

ANEXO VII - PORTARIA N° 48/2020 E PORTARIA SG/PR N° 120/2021

ANEXO VIII - SISTEMA ÚNICO DE PROCESSO ELETRÔNICO EM REDE SUPER.BR

ANEXO IX - PROPOSTA DE ROTEIRO METODOLÓGICO PARA A REVISÃO DA RESOLUÇÃO N° 5, DE 10 DE ABRIL DE 2000, INCLUINDO A RESOLUÇÃO CNRH N° 109, DE 13 DE ABRIL DE 2010

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	8
2 – CONTEXTUALIZAÇÃO.....	9
3 – PRODUTOS	12
4 – CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O DECRETO N° 10.139, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019	16
5 – DECRETO N° 10.139, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019.....	18
6 – DIVULGAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS	25
7 – APLICAÇÃO PRÁTICA DO DECRETO N° 10.139/2019 ÀS RESOLUÇÕES DO CNRH.....	26
8 – PROJETO CODEX E SUPER.BR.....	61
9 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	74
REFERÊNCIAS.....	76

1 – INTRODUÇÃO

A presente consultoria se inscreve no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica - PCT BRA/IICA/14/004, firmado entre o Governo do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, em abril de 2014, tendo como motivação a viabilização da implementação do Programa INTERÁGUAS, resultado do Acordo de Empréstimo nº 8074-BR, assinado em 15/12/2011 com o Banco Mundial - BIRD.

O objetivo geral do PCT BRA/IICA/14/004 é o aprimoramento da implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos - GIRH e seus usos múltiplos no Brasil, tendo 2 objetivos imediatos, a saber: (i) aprimorar a GIRH no Brasil, e (ii) fortalecer a interrelação entre as Políticas Urbanas e os Recursos Hídricos.

Registre-se que as atividades do PCT estão alinhadas com as prioridades do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH para o período 2016-2020 e também darão suporte ao processo de elaboração do novo PNRH, com horizonte temporal 2022-2040, que, por sua vez, buscam atender aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, em especial o ODS 06: “assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável de água e saneamento para todos e todas”. Notadamente, vale citar o Produto P 1.3 (“Subsídios Técnicos para o Aprimoramento da Governança das Instituições do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH”), cuja atividade associada, A 1.3.2, é elaborar propostas para o aprimoramento da atuação das entidades responsáveis pela GIRH, contendo a tarefa de desenvolver metodologia para monitoramento das deliberações (resoluções, moções e comunicações) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH pelos entes do SINGREH.

Nesse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, desde 2019, é, a estrutura da administração pública federal que possui a competência de coordenar a implementação de ações relacionadas à revitalização de bacias hidrográficas e promover a gestão em nível nacional dos recursos hídricos, exercendo também o papel de Secretaria Executiva do CNRH, por intermédio do Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacia Hidrográficas da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica/SNSH.

2 – CONTEXTUALIZAÇÃO

Criado pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, integram o SINGREH o CNRH, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal, os Comitês de Bacia Hidrográfica, os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos e as Agências de Água e Entidades Delegatárias de suas funções.

Na condição de instância máxima do SINGREH, o CNRH é composto por representantes dos Ministérios e Secretarias da Presidência da República com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos, representantes indicados pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, representantes dos usuários dos recursos hídricos, representantes das organizações civis de recursos hídricos, e tem como competência promover a articulação dos planejamentos nacional, regionais, estaduais e dos setores usuários elaborados pelas entidades que integram o SINGREH e formular a Política Nacional de Recursos Hídricos, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Dentre outras atribuições, compete notadamente ao CNRH promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários, analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e à Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do SINGREH, acompanhar a execução e aprovar o PNRH e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas, além de zelar e estabelecer diretrizes para a implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB.

Desde sua regulamentação, via Decreto nº 2.612, de 3 de junho de 1998, o CNRH já emitiu 223 Resoluções, sendo que 01 Resolução (Resolução nº 138/2012) foi suprimida devido a erro de numeração, 72 Moções e 01 Comunicação.

Ademais, recentemente o Governo Federal emitiu o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019 (**ANEXO I**), que “Dispõe sobre a revisão e a consolidação de atos normativos inferiores a decreto”. Diante desse comando, o MDR emitiu a Portaria MDR nº 1.978, de 21 de julho de 2020 (**ANEXO II**), que “Dispõe sobre o procedimento de revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a decreto no âmbito do

Ministério do Desenvolvimento Regional”, no caso deliberações do CNRH, disciplinando, assim, o tema internamente.

Registre-se, ainda, que o processo de elaboração do novo PNRH 2022-2040, ora em curso de construção, a partir de ciclos de revisão/atualização de 04 anos, além da estruturação de um Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas, prevê a construção de um novo pacto a partir da elaboração de um Diagnóstico e um Prognóstico (Volume 01), contemplados pelo Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos 2021, a ser elaborado pela ANA, de um Plano de Ações contendo apresentação, breve histórico do PNRH, processo de elaboração, premissas e objetivos, diretrizes, programas (Volume 02 - Tomo I) e de um Anexo Normativo (Volume 02 - Tomo II) abordando propostas de temas estratégicos a serem regulamentados pelo CNRH (Figuras 1 e 2).

Figura 1 - ESTRUTURA DO NOVO PNRH 2022 - 2040



Fonte: (ANA, 2021)

Figura 2 - FOCO DO PNRH 2022-2040



Fonte: (ANA, 2021)

Para tanto, desde o início de 2021, estão sendo realizadas diversas oficinas regionais (Regiões Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Norte), oficinas setoriais e com a sociedade civil (saneamento, energia, agricultura/irrigação, indústria/mineração, transporte aquaviário, pesca/lazer/turismo e sociedade civil), oficina nacional (visões de futuro e cenários prospectivos do PNRH), oficinas temáticas (águas subterrâneas, revitalização de bacias hidrográficas, gestão transfronteiriça, comunicação/educação ambiental/capacitação, gestão costeira, mudanças climáticas, arranjos institucional e instrumentos), seminários regionais e de consolidação (Regiões Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Norte) e oficinas de pactuação (comitês de bacia hidrográficas, órgãos gestores estaduais e distrital, câmaras técnicas do CNRH e órgãos do Governo Federal).

Assim, conforme estabelecido no Termo de Referência para contratação de consultoria nº 11.774, modalidade pessoa física, Edital nº 085/2021, o presente trabalho de consultoria objetiva analisar, a partir da construção de uma matriz relacionando temáticas e critérios analíticos, as deliberações (resoluções, moções e comunicações) já emitidas pelo CNRH, observar o atendimento ao Decreto nº

10.139/2019, aquilatar as propostas legislativas que ora estão em tramitação no âmbito do Congresso Nacional (Senado e Câmara dos Deputados), apreciar as temáticas atualmente em discussão nas 06 Câmaras Técnicas do CNRH, propor resoluções estratégicas ao CNRH na linha de fazer avançar a GIRH em todos os seus aspectos, estruturar um sistema de gestão da informação, permitindo, assim, qualificar as discussões atualmente em curso no CNRH, identificar temáticas e elementos estruturantes para a GIRH e para o novo PNRH 2022-2040, proporcionar maior transparência a todos os atores do SINGREH, e, por consequência, fortalecer o papel do CNRH, na condição de instância hierárquica máxima do SINGREH, e monitorar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

3 – PRODUTOS

Após reunião realizada com a Diretor do Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas, Wilson Melo, e equipe técnica (Anderson Bezerra e Roseli Souza), em 09 de julho de 2021, ficou acordada a realização de ajustes nos produtos da consultoria, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1- PRODUTOS DA CONSULTORIA

TDR ORIGINAL		TDR AJUSTADO		Observações sobre o TDR Ajustado
Produto	Escopo	Produto	Escopo	
P1	Relatório Técnico contendo o levantamento de deliberações do CNRH, apontando vinculações entre elas, quando houver, e identificando as eventuais obsolescências totais ou parciais e seus motivos. O Produto deve incluir planilha(s) com as informações coletadas e produzidas, além sínteses sobre os principais aspectos. O Relatório deve apontar proposta(s) de encaminhamento(s) ao Conselho para solucionar eventuais conflitos existentes.	P1 Mantido	Levantar, analisar e compilar as deliberações (resoluções, moções e comunicações) já emitidas pelo CNRH; apontar vinculações/relações, conflitos, situação (vigente, revisada, revogada explicitamente, perda de objeto parcial/total e motivação) entre as deliberações e apresentar propostas de encaminhamento (revogação, modificações necessárias, abrangência/aplicabilidade nacional/federal, estratégica ou não para a implementação da GIRH em bacias nacionais, dentre outras).	O conteúdo do P1 é o mesmo, tanto no TDR Original quanto no TDR Ajustado, sendo que foi apresentado no TDR Ajustado um maior detalhamento.
P2	Relatório Técnico contendo informações sobre a autoria de cada deliberação do CNRH já aprovada, além de histórico de tramitação nas Câmaras Técnicas. O Produto deve incluir planilha(s) com as informações coletadas e produzidas e que dialoguem com as elaboradas no Produto 1 de modo a permitir consultas integradas e trabalhar os dados em conjunto.	P2 Excluído	Foi acordado que esse produto não será realizado. Assim, o P2 original será substituído pela P4 ajustado.	A origem/autoria de cada deliberação já aprovada (qual foi a CT que elaborou) estará contida no P1.
P3	Relatório Técnico contendo levantamento de padrões de compilação e disponibilização pública na rede mundial de computadores (Internet) de deliberações e normas, considerando o praticado no âmbito da administração pública, com especial atenção aos padrões da Casa Civil da Presidência da República e do MDR. O Relatório deve incluir comparação entre os padrões e proposição de um a ser adotado.	Passa a ser o P2	Levantar padrões da administração pública para compilação e disponibilização pública na Internet de normativos, com atenção especial aos padrões da Casa Civil da PR e do MDR.	O conteúdo do P2 é o mesmo, tanto no TDR Original quanto no TDR Ajustado.

continuação

TDR ORIGINAL		TDR AJUSTADO		Observações sobre o TDR Ajustado
Produto	Escopo	Produto	Escopo	
P4	Relatório Técnico contendo análise crítica das informações geradas pelos levantamentos apresentados nos Produtos 1, 2 e 3; montagem de um protótipo para disponibilização e consulta das deliberações e um manual operacional para sua manutenção e permanente atualização pela equipe do MDR.	Passa a ser o P3	A) Levantar e analisar propostas de normativos ou matérias atualmente em discussão nas CTs, bem como compilar projetos em tramitação no Congresso Nacional que se relacionem com o PNRH 2022-2040 e que alterem ou se vinculem com as Políticas Nacional de Recursos Hídricos, de Segurança de Barragens e de Saneamento Básico.	A) O Produto P5 do TDR Original passa a fazer parte do Produto P3 do TDR Ajustado, com o acréscimo de tipologias legislativas, notadamente PLs, referentes à Lei nº 14.026/2020 (Atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico e altera a Lei nº 9.984/2000) relacionadas à Política Nacional de Recursos Hídricos.
		P4 Novo produto	B) A partir da análise das deliberações e das propostas em discussão nas CTs e da consideração do estágio atual de evolução e de implementação do SINGREH e da GIRH/IGRH, além da análise de propostas legislativas, propor temáticas estratégicas para o PNRH 2022-2040, de forma a, sobretudo, implementar a GIRH na prática em bacias estratégicas nacionais, via atuação, resoluções e monitoramento CNRH.	B) Acrescentado novo Produto P4 ao TDR Ajustado (ver propostas temas nos slides 19, 20 e 21 da apresentação anexa em PDF) com interação/diálogo com o PNRH 2022-2040. Será elaborada uma FICHA para cada tema contendo sua caracterização e exposição de motivos.

continuação

TDR ORIGINAL		TDR AJUSTADO		Observações sobre o TDR Ajustado
Produto	Escopo	Produto	Escopo	
P5	Relatório técnico contendo o levantamento e análise de propostas de normativos ou matérias que estão em discussão no âmbito das câmaras técnicas do CNRH, bem como compilação dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que se relacionem com o PNRH 2022-2040, em elaboração, ou que alterem ou se vinculem com as Leis n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, n. 9.984, de 17 de julho de 2000, n. 10.881, de 9 de junho de 2004, n. 12.334, de 20 de setembro de 2010 e n. 14.026, de 15 de julho de 2020. O Produto deve incluir planilha(s) com as informações coletadas e produzidas e que dialogue(m) com as elaboradas nos Produtos 1 e 2 de modo a permitir consultas integradas e trabalhar os dados em conjunto.	P5	Estruturar um sistema de gestão da informação via Power BI permitindo a disponibilização, a consulta, a manutenção e a permanente atualização das deliberações pela equipe do MDR, incluindo atores do SINGREH, registrando, dessa forma, não haver necessidade de elaboração de manual operacional, visto já estar contido no escopo do Power BI.	Estruturar Power BI.

4 – CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O DECRETO N° 10.139, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

O contexto do Decreto n° 10.139/2019 se dá a partir do Art. 59 da **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** que estabelece que o processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções, sendo que seu parágrafo único define que “Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis”.

Assim, a **Lei Complementar n° 95/1998**, de 26 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona”, instituiu regramento básico sobre atos normativos, conforme disposto, respectivamente, no Art. 1° e em seu parágrafo único: “A elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis obedecerão ao disposto nesta Lei Complementar; as disposições desta Lei Complementar aplicam-se, ainda, às medidas provisórias e demais atos normativos referidos no art. 59 da Constituição Federal, bem como, no que couber, aos decretos e aos demais atos de regulamentação expedidos por órgãos do Poder Executivo”. Por sua vez, o Art. 16, motivador da edição do Decreto n° 10.139/2019, estabeleceu que “os órgãos diretamente subordinados à Presidência da República e os Ministérios, assim como as entidades da administração indireta, adotarão, em prazo estabelecido em decreto, as providências necessárias para, observado, no que couber, o procedimento a que se refere o art. 14, ser efetuada a triagem, o exame e a consolidação dos decretos de conteúdo normativo e geral e demais atos normativos inferiores em vigor, vinculados às respectivas áreas de competência, remetendo os textos consolidados à Presidência da República, que os examinará e reunirá em coletâneas, para posterior publicação”.

Ademais, os atos normativos inferiores a decreto seguirão os padrões de estrutura, articulação, redação e formatação estabelecidos no **Decreto n° 9.191/2017**, de 1° de novembro de 2017 que “estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado”, em

consonância com o Art. 57, a saber: “as disposições deste Decreto aplicam-se subsidiariamente à elaboração dos demais atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo federal”. Particularmente, o Anexo ao Decreto nº 9.191/2017 apresenta cerca de 160 questões relevantes a serem analisadas quando da elaboração de atos normativos no âmbito do Poder Executivo federal, na linha do direcionamento da produção de um bom ato normativo, abordando os seguintes aspectos:

- diagnóstico;
- alternativas;
- competência legislativa;
- necessidade de lei;
- reserva legal;
- norma temporária;
- medida provisória;
- oportunidade do ato normativo;
- densidade do ato normativo;
- direitos fundamentais;
- norma penal;
- norma tributária;
- norma de regulação profissional;
- compreensão do ato normativo;
- exequibilidade;
- análise de custos envolvidos;
- simplificação administrativa;
- prazo de vigência e adaptação; e
- avaliação de resultados.

A legística, ramo da ciência da legislação que trata da qualidade da norma jurídica desde sua concepção até a inserção da norma no mundo jurídico, tem, em linhas gerais, os seguintes objetivos: melhorar a qualidade das normas, melhorar o ordenamento jurídico e permitir que o ordenamento jurídico seja mais conciso, claro, coeso, simples, de melhor forma e que contenha regras para a elaboração de normas (ENAP, 2021). Dessa forma, e de maneira geral, um bom ato normativo, possui as seguintes partes (ENAP, 2021):

- parte preliminar: contendo a Epígrafe e respectiva sigla do órgão ou entidade de acordo com o Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIORG, para que o normativo seja inequívoco; Ementa, correspondendo ao resumo do ato normativo; e Preâmbulo, que corresponde ao fundamento de validade do ato normativo via autoridade signatária;
- parte normativa do ato: representando as previsões a normatizar; e
- parte final do ato normativo: contendo a ordem de execução e as cláusulas de transição, dentre outros elementos.

5 – DECRETO Nº 10.139, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicado em 28 de novembro de 2019, o **Decreto nº 10.139/2019** que dispôs sobre a revisão e a consolidação de atos normativos inferiores a decreto, foi alterado pelos seguintes decretos:

- **Decreto nº 10.310/2020**, de 02 de abril de 2020, que altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, o Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.229, de 5 de fevereiro de 2020, para adiar prazos e etapas que estabelecem;
- **Decreto nº 10.437/2020**, de 22 de julho de 2020, que altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, e o Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017, que dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União; e
- **Decreto nº 10.776/2021**, de 24 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto.

De forma geral, o **Decreto nº 10.139/2019** tem os seguintes objetivos e benefícios: revisar, atualizar, simplificar e consolidar os atos legais, reduzindo o estoque regulatório, eliminando normas obsoletas, reduzindo a complexidade dos processos e fortalecendo a segurança jurídica e, conseqüentemente, reduzindo o Custo Brasil (ENAP, 2021).

O seu Art. 1º determina a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto editados por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e tem como objetivo a simplificação de processos e procedimentos, o fortalecimento da segurança jurídica e a conseqüente redução do

estoque regulatório, tendo como **objeto e âmbito de aplicação** portarias, resoluções, instruções normativas, ofícios e avisos, orientações normativas, diretrizes, recomendações, despachos de aprovação e qualquer outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo. No caso das deliberações do CNRH, o Decreto nº 10.139/2019 aplica-se diretamente a Resoluções do Conselho e, salvo melhor juízo, não se aplica a Moções, visto que abordam recomendações ou diretrizes cujo não atendimento não implica aos destinatários consequências jurídicas, efetivas ou potenciais.

Por sua vez, o Art. 2º estabelece as **espécies admitidas de atos normativos futuros**, a saber: portarias (atos normativos editados por uma ou mais autoridades singulares), resoluções (atos normativos editados por colegiados, caso do CNRH) ou instruções normativas (atos normativos que, sem inovar, orientem a execução das normas vigentes pelos agentes públicos), havendo, todavia, algumas possibilidades adicionais.

A **numeração de atos normativos**, a exemplo das portarias, resoluções e instruções normativas, será sequencial em continuidade às séries em curso. O motivo é simples: a existência de múltiplos atos com numeração idêntica só variando o ano dificultava encontrar o ato normativo desejado (ENAP, 2021).

Os atos normativos inferiores a decreto, conforme Art. 3º-A, seguirão os padrões de **estrutura, articulação, redação e formatação** estabelecidos no **Decreto nº 9.191/2017**, de 1º de novembro de 2017.

A **epígrafe** dos atos normativos inferiores a decreto, em consonância com o Art. 3º-B, será constituída por: título designativo da espécie normativa, sigla empregada pelo SIORG, numeração sequencial e data de assinatura.

À exceção de hipóteses de urgência justificada no expediente administrativo, **a publicação, vigência e produção de efeitos do ato** serão de, no mínimo, uma semana após a data de sua publicação e sempre no primeiro dia do mês ou em seu primeiro dia útil. Particularmente, doravante a publicação será no Diário Oficial da União - DOU, visto que se liberou os órgãos e entidades a não pagarem pela publicação e que o DOU se tornou eletrônico de forma a estimular que tudo seja publicado, inclusive os anexos ao ato normativo, e não mais em Boletim Interno e em sites da Internet. Todavia, ainda há uma pequena margem para publicação em Boletim Interno, mas com cautela, somente para aquilo que é interno (ENAP, 2021).

A **competência para revisar e consolidar** atos normativos, em consonância com os incisos I e II do Art. 6º, é do órgão ou entidade que os editou ou do órgão ou

da entidade que assumiu as competências do órgão ou da entidade extinto que os editou.

O **conteúdo da revisão de atos**, segundo o Art. 7º, resultará das seguintes hipóteses:

- na revogação expressa do ato;
- na revisão e na edição de ato consolidado sobre a matéria com revogação expressa dos atos anteriores;
- na conclusão quanto à necessidade de revisão mais profunda do ato vigente, inclusive com a possibilidade de alterações de mérito; ou
- na conclusão quanto ao atendimento pelo ato vigente das regras de consolidação e do disposto no parágrafo único do art. 13.

Ademais, conforme parágrafo 1º do Art. 7º, a consolidação de que trata a segunda hipótese consistirá na reunião dos atos normativos sobre determinada matéria em diploma legal único, com a revogação expressa dos atos normativos incorporados à consolidação. Ainda, segundo o parágrafo 2º, a denominação diversa dos atos normativos sobre a mesma matéria não afasta a obrigação de sua consolidação em um único ato.

A **revogação expressa de atos**, segundo o Art. 8º, é obrigatória nos seguintes casos: já revogados tacitamente, cujos efeitos tenham se exaurido no tempo, e vigentes, cuja necessidade ou cujo significado não pôde ser identificado. Ou seja, a revogação expressa de normas tem por objetivo limpar o ordenamento jurídico, revogar o que está tacitamente revogado e aquilo que está exaurido. Tacitamente revogados são aqueles atos que já têm um outro ato mais atual e que preveja, mais ou menos, a mesma matéria, mas é mais atual, ou seja, aquele que esqueceram de revogar expressamente e não tem vigência prática e não tem revogação expressa. Por sua vez, os atos exauridos são aqueles que tinham prazos para acontecer e o prazos já passaram, o efeito gerador do ato já passou, e eles podem ser retirados do mundo jurídico (ENAP, 2021).

Com relação aos **procedimentos de consolidação**, o Art. 9º estabelece que a consolidação incluirá a melhora da técnica legislativa do ato, inclusive com:

- introdução de novas divisões do texto legal básico;
- fusão de dispositivos repetitivos ou de valor normativo idêntico;

- atualização da denominação de órgãos e de entidades da administração pública federal;
- atualização de termos e de linguagem antiquados;
- eliminação de ambiguidades;
- homogeneização terminológica do texto; e
- supressão dos dispositivos de que trata o art. 8º.

Consolidação propriamente dita, portanto, é reunir em um só ato normativo vários outros que estão esparsos e que tratam da mesma matéria, juntando-os em um só para melhor compreensão, mas também consolidar é atualizar nomenclaturas, estrutura regimental que não é mais a mesma, dentre outros aspectos, mas também quando se reúne somente atos normativos para revogação significa **consolidação por revogação**. Ao reunir atos normativos sobre determinada matéria em um normativo único, deve-se fazer a **revogação expressa dos atos incorporados à consolidação** (ENAP, 2021). Ou seja, a **consolidação** consiste na integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria em um único diploma legal, revogando-se formalmente as leis incorporadas à consolidação, sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados (ENAP, 2021). Enfim, na prática, a **consolidação** implica em reavaliar e reescrever as normas, sendo preciso (ENAP, 2021):

- organizar de modo lógico as disposições;
- suprimir disposições tempestivas;
- reescrever disposições incompreensíveis;
- atualizar denominações de órgãos públicos;
- suprimir dispositivos revogados tacitamente;
- suprimir dispositivos rejeitados pelo judiciário; e
- resolver ambiguidades, isto é escrever disposições que apresentam mais de uma interpretação.

No que diz respeito à **competência interna para revisar e consolidar**, importante também registrar aqui o que estabelecem os parágrafos 1º e 2º do Art. 10, respectivamente, a saber: cabe ao titular do órgão ou da entidade designar servidor para monitorar os trabalhos de revisão e de consolidação normativa em todas as unidades do órgão ou da entidade; **é obrigatória a participação da unidade jurídica do órgão ou da entidade nos trabalhos de revisão e consolidação de atos**

normativos de competência de Ministro de Estado ou de colegiado do qual o Ministro de Estado participe. Nessa linha, visto que o Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional preside o CNRH, entende-se ser incontornável que a CONJUR/MDR realize avaliação das sugestões e recomendações propostas por esta consultoria, em estreita articulação com o DRBH/MDR. Ademais, fundamental avaliar também a oportunidade e a viabilidade de todo esse processo de revisão e consolidação de atos normativos inferiores a decreto estabelecido pelo Decreto nº 10.139/2019 ser submetido e aquilatado pela CTAL/CNRH ou somente ser examinado pela SECEX/CNRH, sendo que, salvo melhor juízo, deve ser submetido, na sequência da avaliação, à aprovação do Plenário do Conselho.

O Decreto nº 10.139/2019, em seu Art. 11, apresenta as seguintes **fases da revisão e da consolidação** dos atos normativos, ressaltando não ser afastada a possibilidade de, após exame, o órgão ou a entidade concluir que em alguns atos normativos específicos nada há para revisar ou consolidar:

- **Triagem**
- **Exame; e**
- **Consolidação ou revogação.**

Para a **divulgação dos trabalhos de revisão**, na fase de **Triagem** os órgãos e as entidades publicarão, via portaria de seu dirigente máximo, até 30 de setembro de 2020, a listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes. Feita a triagem e publicada a portaria com a listagem dos atos, a próxima fase é o **Exame**, que consiste em, segundo o Art. 13, analisar e adequar os atos normativos inferiores a decreto para separá-los por pertinência temática. Ou seja, decidir sobre tudo que vai ser objeto de revogação expressa, tudo que vai ser reunido em um só ato ou tudo que já está em perfeito estado no mundo jurídico (ENAP, 2021), verificando se, a forma dos atos classificados como vigentes na fase de triagem, observam quanto à técnica de elaboração, redação e alteração de atos normativos:

- as disposições do **Decreto nº 9.191/2017** (Estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado);
- as disposições sobre elaboração normativa, em especial aquelas previstas na **Lei Complementar nº 95/1998** (Dispõe sobre a elaboração, a redação, a

alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona); na **Lei Complementar nº 123/2006** (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999); na **Lei nº 13.726/2018** (Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação); e na **Lei nº 13.874/2019** (Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nos 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências); e

- a isonomia, a prospectividade, a controlabilidade, a razoabilidade e a proporcionalidade.

Visto que a legislação acima citada traz princípios e diretrizes que precisam ser observados, é importante manter os atos normativos atualizados de acordo com esses diplomas legais. Vale registrar, ainda, que o princípio da prospectividade diz respeito a se o ato normativo vislumbra o futuro, se o ato é perene o suficiente para estar vigente durante um bom tempo (ENAP, 2021).

O órgão ou a entidade da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional estabelecerá, por meio de portaria, **prazos para publicação das normas revisadas e consolidadas** no DOU, conforme estabelece o Art. 14, a saber:

- primeira etapa, até 30 de novembro de 2020;
- segunda etapa, até 26 de fevereiro de 2021;

- terceira etapa, até 31 de maio de 2021;
- quarta etapa, até 31 de agosto de 2021; e
- quinta etapa, até 31 de março de 2022.

Todavia, o prazo para revisão e consolidação dos atos normativos conjuntos e daqueles que se enquadrem na hipótese prevista no inciso II-A do caput do Art. 7º (na conclusão quanto à necessidade de revisão mais profunda do ato vigente, inclusive com possibilidade de alteração de mérito) é o de 1º de agosto de 2022. Ademais, se os atos normativos já estão organizados, as etapas podem ser feitas de uma só vez, otimizando assim o processo (ENAP, 2021).

Para fins de **divulgação das entregas de cada etapa de revisão e de consolidação** no portal eletrônico gov.br, em conformidade com o Art. 15, o órgão ou a entidade encaminhará, até as datas de que trata o Art. 14, à Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República o quantitativo total de:

- atos vigentes ou não expressamente revogados incluídos naquela etapa de consolidação;
- atos expressamente revogados após o exame;
- atos revisados e considerados vigentes ao final daquela etapa de consolidação;
- atos consolidados naquela etapa.

Outrossim, segundo o Art. 16, a **divulgação dos atos normativos na Internet** será realizada pelos órgãos e as entidades no portal eletrônico gov.br:

- com registro no corpo do ato das alterações realizadas por normas esparsas, das revogações de dispositivos e das suspensões ou das invalidações por determinação judicial com efeito *erga omnes*;
- em padrão linguagem de marcação de hipertexto;
- em endereço de acesso permanente e único por ato; e
- em sítio eletrônico que abranja todos os atos do órgão ou da entidade.

Por oportuno, o parágrafo 4º do Art. 16, é de extrema relevância, visto que estabelece que a **Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República disporá sobre as normas complementares para a divulgação de que trata este artigo de modo uniforme e centralizado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal**, sendo que, conforme Art. 21, esses órgãos e essas entidades terão até 1º de agosto de 2022 para se adequar. Ou seja, isso

significa governança e curadoria das normas, promovendo maior segurança jurídica (ENAP, 2021). Nessa linha, nesse Produto 02 de consultoria serão abordados o **Projeto CodeX e o SUPER.BR**, que visam tornar o Poder Executivo Federal a referência nacional e internacional em disponibilização, organização, compilação e integração de normas federais, com um repositório confiável, completo, acessível e atualizado (ANDRADE MELO, 2020).

Para **futuras revisões e consolidações**, conforme disposto no Art. 19, é obrigatória a manutenção da consolidação normativa por meio da:

- realização de alteração na norma consolidada cada vez que novo ato com temática aderente a ela for editado; e
- repetição dos procedimentos de revisão e consolidação normativa previstos neste Decreto no início do primeiro ano de cada mandato presidencial com término até o segundo ano do mandato presidencial.

No que concerne à **divulgação final de cada consolidação**, o Art. 19-A estabelece que os órgãos e as entidades editarão ato com a relação das normas vigentes até:

- 1º de setembro de 2022, para as normas vigentes em 1º de agosto de 2022; e
- o término do segundo ano de cada mandato presidencial, para as normas vigentes até 30 de novembro do segundo ano do referido mandato.

6 – DIVULGAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS

Tanto para aprofundar o conhecimento sobre o Decreto nº 10.139/2019, em particular para reconhecer a importância da divulgação e do acompanhamento das fases no processo de revisão e consolidação de atos normativos, quanto para conhecer e verificar o preenchimento do **Formulário Eletrônico**, instrumento de acompanhamento e divulgação, criado pela Secretaria Especial de Modernização do Estado - SEME da Secretaria-Geral da Presidência da República, este consultor realizou pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP (escolavirtual.gov.br) o **Curso Decreto nº 10.139/2019 Revisão e Consolidação de Atos Normativos Infralegais (Turma AGO/2021 - ANEXO III)**, com início em 23/08/2021 e carga horária de 05 horas (Certificado - **ANEXO IV**).

O Módulo 4 do referido Curso, além da Unidade 1: Divulgação e acompanhamento, aborda, em sua Unidade 2, o instrumento de acompanhamento e

divulgação: **Formulário Eletrônico**, criado para o registro do progresso da revisão e consolidação dos atos normativos, em consonância com o Art. 15, a saber: para fins de **divulgação das entregas de cada etapa de revisão e de consolidação** no portal eletrônico gov.br, o órgão ou a entidade encaminhará, até as datas de que trata o Art. 14, à Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República o quantitativo total de:

- atos vigentes ou não expressamente revogados incluídos naquela etapa de consolidação;
- atos expressamente revogados após o exame;
- atos revisados e considerados vigentes ao final daquela etapa de consolidação;
- e
- atos consolidados naquela etapa.

Para o preenchimento do Formulário Eletrônico, cada órgão terá um respondente que será cadastrado para que tenha acesso ao formulário de registro de revisão e consolidação de atos normativos. O **ANEXO V** contém o documento intitulado “**Treinamento para o preenchimento do formulário de progresso sobre o Decreto nº 10.139/2019**”, datado de Agosto de 2020, registrando que dúvidas sobre o preenchimento, dentre outras, poderão ser sanadas no seguinte endereço: seme.dec10139@presidencia.gov.br.

7 – APLICAÇÃO PRÁTICA DO DECRETO Nº 10.139/2019 ÀS RESOLUÇÕES DO CNRH

Para avaliar as Resoluções emitidas pelo CNRH, em um total de 222 Resoluções, o Produto 01 desta consultoria apresentou uma **MATRIZ DE ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DE RESOLUÇÕES** em planilha Excel, contemplando uma sugestão de desdobramento para cada uma das Resoluções.

Ainda, o Produto 01 apresentou **RESUMO DA MATRIZ DE ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DE RESOLUÇÕES** e se constitui na referência básica para efeito de uma visão qualitativa/quantitativa mais global do conjunto das Resoluções por temática, conforme Quadro 2.

A partir da análise pormenorizada do Decreto nº 10.139/2019 e da realização do Curso Decreto nº 10.139/2019 Revisão e Consolidação de Atos Normativos

Infralegais, novas avaliações foram produzidas e estão apresentadas para cada temática adotada nos Quadros 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16.

Por sua vez, o **QUADRO 17 - SISTEMATIZAÇÃO FINAL DOS ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS** apresenta, de maneira detalhada e por temática, duas propostas de alternativas a adotar, a saber:

- **PLANO A (Aplicação imediata com foco na Revogação)**, resultando em um total de 73 (setenta e três) Resoluções a serem revogadas imediatamente; e
- **PLANO B (Aplicação a curto prazo considerando Revogação, Manutenção, Revisão e Consolidação)**, resultando em um total final de 55 (cinquenta e cinco) Resoluções do CNRH.

Por oportuno, vale novamente registrar que é obrigatória a participação da unidade jurídica do órgão ou da entidade nos trabalhos de revisão e consolidação de atos normativos de competência de Ministro de Estado ou de colegiado do qual o Ministro de Estado participe, certamente em estreita articulação com o DRBH/MDR no exercício de sua competência de SECEX/CNRH.

No **ANEXO VI** é apresentada minuta de Revogação das Resoluções adotando-se o **PLANO A** como referência nesse primeiro momento.

Quadro 2 - RESUMO DA MATRIZ DE ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DE RESOLUÇÕES

Temática	Situação da Resolução		Total de Resoluções	Abrangência-Aplicabilidade				Resolução é estratégica nacional para a GIRH?			Perda de objeto			Sugestão		
											Total	Motivo				
	Vigente	Revogada explicitamente		Nacional	Totalidade da Bacia Hidrográfica (Corpos de água federal e estaduais)	Federal	Não se aplica	Sim	Não	Não se aplica		Decreto e RI novos	Cumpriu função	Revogar	Revisar	Mantido
CNRH - RI - CT Administrativa	44	27	71	0	0	0	43	1	0	70	38	33	5	38	0	6
SECEX	11	0	11	0	0	0	11	0	0	11	11	0	11	11	0	0
PNRH	11	0	11	11	11	11	0	11	0	0	0	0	0	0	0	11
Comitê	26	0	26	0	3	21	2	3	21	2	12	0	12	12	4	10
Agência/ED	17	3	20	0	12	8	0	12	8	0	2	0	2	2	0	15
Cadastro	1	0	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
Outorga	13	0	13	9	9	13	0	6	7	0	0	0	0	0	3	10
Cobrança	39	1	40	16	17	39	0	5	34	1	9	0	9	9	1	29
Plano	6	1	7	5	5	6	0	5	2	0	1	1	0	1	0	5
Enquadramento	1	1	2	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1
Sistema de informações	1	0	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
Águas subterrâneas	7	0	7	7	7	7	0	7	0	0	0	0	0	0	0	7
Segurança de Barragens	3	1	4	3	3	3	0	3	0	1	0	0	0	0	0	3
Outras	8	0	8	7	7	7	1	7	0	1	0	0	0	0	2	6
Total	188	34	222					61	74	87	73	34	39	73	12	103
								Total de 222 Resoluções						188 Resoluções vigentes		
														Mais 34 Resoluções revogadas		
														Total de 222 Resoluções		

Quadro 3 - REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA CNRH - RI - CT - ADMINISTRATIVA

TEMÁTICA: CNRH - RI – CT - ADMINISTRATIVA								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
1	Define o cronograma e a metodologia para o processo de alteração do Regimento Interno do CNRH em 1998	Sim		Sim				
2	Define o calendário de reuniões ordinárias e extraordinárias do CNRH para o ano de 1999	Sim		Sim				
3	Institui Grupo de Trabalho para elaborar propostas de criação de CTs Permanentes e Provisórias	Sim		Sim				
4	Institui, em caráter de urgência, a CTPNRH e a CTIL	Sim		Sim				
6	Altera a redação dos Artigos 3º e 4º da Resolução 3	Sim		Sim				
7	Institui a CTPOAR	Sim		Sim				
8	Institui a CTAP	Sim		Sim				
9	Institui a CTAS	Sim		Sim				
10	Institui a CTGRHT	Sim		Sim				
11	Institui a CTCT	Sim		Sim				
14	Define o procedimento de indicação dos representantes dos CERHs, dos usuários e das OCRHs no CNRH	Não	Sim					
20	Define a nova composição das CTs do CNRH (CTAS, CTAP, CTCT, CTGRHT, CTPOAR, CTPNRH e CTIL)	Não	Sim					
21	Institui a CTCOB	Sim		Sim				
23	Define a composição da CTCOB	Não	Sim					
25	Define o preenchimento de vagas e suplências na CTAP, CTCT, CTPOAR e CTGRHT do CNRH	Não	Sim					
31	Define nova composição e suplências para CTAS, CTAP, CTCT, CTGRHT e CTPOAR do CNRH a partir de 31 de janeiro de 2003	Não	Sim					
33	Estabelece nova composição da CTAS, CTAP, CTCT, CTGRHT, CTPOAR, CTCOB, CTPNRH e CTIL do CNRH	Não	Sim					
34	Estabelece suplências para a composição da CTAS, CTAP, CTIL, CTCT, CTPOAR, CTPNRH e CTCOB do CNRH	Não	Sim					

TEMÁTICA: CNRH - RI – CT - ADMINISTRATIVA								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
39	Institui a CTEM	Sim		Sim				
40	Estabelece a composição e define a suplência da CTEM	Não	Sim					
42	Estabelece a composição e define suplências da CTCOB, CTPNRH e CTIL do CNRH e altera a redação das Resoluções 33 e 34	Não	Sim					
46	Estabelece a composição e define suplências da CTAS, CTAP, CTCT, CTGRHT e CTPOAR do CNRH	Não	Sim					
51	Institui a CTCOST	Sim		Sim				
56	Estabelece a composição da CTCOST	Sim		Sim				
62	Estabelece a composição e define suplências para a CTPNRH, CTIL, CTEM e CTCOB do CNRH	Não	Sim					
63	Estabelece novos integrantes e define suplências para a CTCT e CTAP do CNRH	Não	Sim					
68	Estabelece a composição e define suplências para a CTAS, CTAP, CTCT, CTGRHT e CTPOAR do CNRH, e dá outras providências	Não	Sim					
73	Altera o inciso III do artigo 2 da Resolução CNRH n 10, de 21 de junho de 2000	Sim		Sim				
75	Altera a Resolução CNRH n 68, de 7 de dezembro de 2006, que estabelece a composição e define suplências para a CTGRHT do CNRH	Não	Sim					
79	Estabelece a composição da CTCOST	Sim		Sim				
85	Altera a Resolução n° 79, de 10 de dezembro de 2007, que estabelece a composição da CTCOST	Sim		Sim				
86	Estabelece composição e define suplências para a CTPNRH, CTIL, CTEM e CTCOB	Não	Sim					
87	Altera o inciso II do art. 2° da Resolução CNRH n° 4, de 10 de junho de 1999, para redefinir as competências da CTIL	Sim		Sim				
93	Estabelece procedimentos para o arbitramento previsto no inciso II do art. 35 da Lei n° 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (entre CERHs)	Sim			Sim			
94	Altera as competências da CTPNRH, estabelecidas no inciso I do art. 2° da Resolução CNRH n° 4, de 10 de junho de 1999	Sim		Sim				
95	Estabelece composição e define suplências para a CTAS, CTAP, CTCT, CTGRHT e CTPOAR, para mandato de 1° de fevereiro de 2009 a 31 de janeiro de 2011, e dá outras providências	Não	Sim					

TEMÁTICA: CNRH - RI – CT - ADMINISTRATIVA								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
100	Define procedimentos para indicação dos representantes do Governo Federal, dos CERHs, dos usuários e das OCHR no CNRH	Não	Sim					
105	Estabelece a composição da CTCOST para o mandato de 1º de dezembro de 2009 a 30 de novembro de 2011	Sim		Sim				
106	Institui o Cadastro de OCHR - COREH, com o objetivo de manter em banco de dados registro de OCHR para fins de habilitação para representação no CNRH, e dá outras providências	Não	Sim					
112	Altera a Resolução n 95, de 17 de dezembro de 2008, que estabelece composição e define suplências para a CTAS, CTAP, CTCT, CTGRHT e CTPOAR, para mandato de 1º de fevereiro de 2009 a 31 de janeiro de 2011, e dá outras providências	Não	Sim					
115	Altera a Resolução n 95, de 17 de dezembro de 2008, que estabelece composição e define suplências para a CTAS, CTAP, CTCT, CTGRHT e CTPOAR, para mandato de 1º de fevereiro de 2009 a 31 de janeiro de 2011, e dá outras providências	Não	Sim					
116	Estabelece composição e define suplências para a CTPNRH, CTIL e CTEM, para o mandato de 1 de julho de 2010 a 30 de junho de 2012, para a CTCOB, para o mandato de 1 de agosto de 2010 a 31 de julho de 2012, e dá outras providências	Não	Sim					
117	Estabelece composição e define suplências para a CTAP, CTAS, CTCT, CTGRHT e CTPOAR, e dá outras providências	Não	Sim					
124	Cria GT para elaboração de proposta de regulamentação da Lei n 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a PNSB, cria o SNISB e altera a redação do art. 35 da Lei n 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e o art. 4 da Lei 9.984, de 17 de julho de 2000	Sim		Sim				
133	Prorroga os prazos do GT para elaboração de proposta de regulamentação da Lei n 12.334, de 20 de setembro de 2010, instituído pela Resolução CNRH n 124, de 29 de junho de 2011	Sim		Sim				
136	Estabelece a composição da CTCOST para o mandato de 1º de dezembro de 2011 a 30 de novembro de 2013	Sim		Sim				
139	Estabelece composição e define suplências para a CTPNRH, CTIL e CTEM, para o mandato de 1 de julho de 2012 a 30 de junho de 2014, para a CTCOB, para o mandato de 1 de agosto de 2012 a 31 de julho de 2014, e dá outras providências	Sim		Sim				

TEMÁTICA: CNRH - RI – CT - ADMINISTRATIVA								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
142	Altera o prazo da Resolução CNRH n 106, de 23 de março de 2010, que Institui o Cadastro de OCRH - COREH, com o objetivo de manter em banco de dados registro de OCRH para fins de habilitação para representação no CNRH, e dá outras providências	Não	Sim					
146	Estabelece composição e define suplências para a CTAP, CTAS, CTCT, CTGRHT e CTPOAR, e dá outras providências	Não	Sim					
151	Aprova o Regimento Interno do CNRH	Sim		Sim				
154	Estabelece a composição da CTCOST para o mandato de 1º de dezembro de 2013 a 30 de novembro de 2015	Sim		Sim				
157	Estabelece composição e define a indicação de representações, em ordem progressiva, para eventuais substituições para a CTPNRH, CTIL e CTEM (mandato de 1 de julho de 2014 a 30 de junho de 2016), para a CTCOB (mandato de 1 de agosto de 2014 a 31 de julho de 2016), e dá outras providências	Sim		Sim				
158	Estabelece procedimentos para a escolha de membros pertencentes à Comissão Permanente de Ética do CNRH	Sim		Sim				
159	Define os procedimentos de indicação de representantes titulares e suplentes dos Ministérios e das Secretárias da Presidência da República com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos, dos CERHs, dos usuários e das OCRHs no CNRH	Não	Sim					
160	Altera a Resolução n 146, de 13 de dezembro de 2012, que, entre outros, estabelece a composição da CTCT	Sim		Sim				
161	Acrescenta atribuições à CTCOB e extingue o GTAAC	Sim		Sim				
163	Estabelecer a composição da Comissão Permanente de Ética do CNRH para mandato em curso do Colegiado	Sim		Sim				
164	Estabelece composição e define suplências para a CTAP, CTAS, CTCT, CTGRHT e CTPOAR, e dá outras providências	Não	Sim					
169	Estabelece a composição da Comissão Permanente de Ética do CNRH para o mandato em curso do Colegiado	Sim		Sim				
175	Estabelece a composição da CTCOST para o mandato de 1º de dezembro de 2015 a 30 de novembro de 2017	Sim		Sim				

TEMÁTICA: CNRH - RI – CT - ADMINISTRATIVA								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
177	Estabelece composição e define a indicação de representações, em ordem progressiva, para eventuais substituições para a CTPNRH, CTIL e CTEM (mandato de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2018), para a CTCOB (mandato de 1º de agosto de 2016 a 31 de julho de 2018), e dá outras providências	Sim		Sim				
182	Estabelece composição e define suplências para a CTAP, CTAS, CTCT, CTGRHT e CTPOAR, e dá outras providências	Não	Sim					
191	Estabelece a composição da CTCOST para o mandato de 1º de dezembro de 2017 a 30 de novembro de 2019	Sim		Sim				
193	Define os procedimentos de indicação de representantes titulares e suplentes dos Ministérios e das Secretárias da Presidência da República com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos, dos CERHs, dos usuários e das OCRHs no CNRH	Sim		Sim				
198	Estabelece composição e define a indicação de representações, em ordem progressiva, para eventuais substituições para a CTPNRH, CTIL e CTEM (mandato de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2020), para a CTCOB (mandato de 1º de agosto de 2018 a 31 de julho de 2020)	Sim		Sim				
206	Estabelece composição e define suplências para a CTAP, CTAS, CTCT, CTGRHT e CTPOAR, e dá outras providências	Sim		Sim				
209	Estabelece composição e define suplências para a CTAL, CTPA, CTOC, CTIGAT, CTECT e CTSB, e dá outras providências	Sim			Sim			
210	Dispõe sobre a realização de reuniões do CNRH e de suas instâncias por meio de videoconferência, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, e dá outras providências	Sim			Sim		Desnecessário consolidar, pois poderão ser revogadas ao final da pandemia	Revogar assim que a pandemia terminar completamente
211	Referenda a Resolução 210	Sim			Sim			
215	Aprova o Regimento Interno do CNRH	Sim			Sim			
217	Estabelece a composição da Comissão Permanente de Ética do CNTH para o mandato em curso do Colegiado	Sim			Sim			
TOTAL = 71 RESOLUÇÕES		44	27	38	06	0	0	

Quadro 4 - REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA SECEX

TEMÁTICA: SECEX								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
43	Aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta orçamentária da SECEX para o exercício de 2005	Sim		Sim				
61	Aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta orçamentária da SECEX do CNRH, para o exercício de 2007	Sim		Sim				
81	Aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta orçamentária da SECEX do CNRH, para o exercício de 2008	Sim		Sim				
89	Aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta orçamentária da SECEX do CNRH, para o exercício de 2009	Sim		Sim				
103	Aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta orçamentária da SECEX do CNRH, para o exercício de 2010	Sim		Sim				
118	Aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta orçamentária da SECEX do CNRH, para o exercício de 2011	Sim		Sim				
127	Aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta orçamentária da SECEX do CNRH, para o exercício de 2012	Sim		Sim				
137	Aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta orçamentária da SECEX do CNRH, para o exercício de 2013	Sim		Sim				
173	Aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta orçamentária da SECEX do CNRH, para o exercício de 2016	Sim		Sim				
179	Aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta orçamentária da SECEX do CNRH, para o exercício de 2017	Sim		Sim				
190	Aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta orçamentária da SECEX do CNRH, para o exercício de 2018	Sim		Sim				
TOTAL = 11 RESOLUÇÕES		11	0	11	0	0	0	

Quadro 5- REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA PNRH

TEMÁTICA: PNRH								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
58	Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos e dá outras providências	Sim			Sim		Consolidar essas Resoluções em uma única Resolução, quando da elaboração da minuta de aprovação do novo PNRH 2022-2040, revogando, por consequência essas 11 Resoluções, gerando 1 nova Resolução consolidada	Consolidar essas Resoluções em uma única Resolução, quando da elaboração da minuta de aprovação do novo PNRH 2022-2040, revogando, por consequência, essas 11 Resoluções, gerando 1 nova Resolução consolidada
67	Aprova o documento denominado Estratégia de Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos	Sim			Sim			
69	Aprova a proposta do Sistema de Gerenciamento Orientado para os Resultados do Plano Nacional de Recursos Hídricos - SIGEOR	Sim			Sim			
80	Aprova o detalhamento Operativo de Programas (I, II, III, IV, V, VI e VII) do Plano Nacional de Recursos Hídricos (Programas VIII a XIII a serem submetidos ao CNRH até 31 de dezembro de 2008)	Sim			Sim			
99	Aprova o detalhamento operativo dos Programas VIII, X, XI e XII do PNRH	Sim			Sim			
135	Aprova o documento "PNRH: Prioridades 2012-2015", como resultado da primeira revisão do PNRH, e dá outras providências	Sim			Sim			
148	Aprova o detalhamento operativo do Programa IX do PNRH	Sim			Sim			
165	Estabelece as prioridades do PNRH para orientar a elaboração do PPA Federal e dos PPAs dos Estados e do Distrito Federal, para o período de 2016-2019	Sim			Sim			
180	Estabelece o conteúdo mínimo para o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil; revoga o artigo 2º e o parágrafo 2º do artigo 3º da Resolução CNRH nº 58, e dá outras providências	Sim			Sim			
181	Aprova as Prioridades, Ações e Metas do PNRH para 2016-2020	Sim			Sim			
216	Prorroga o prazo de vigência do PNRH (prorrogada a vigência do PNRH até 31 de dezembro de 2021 e respectivas prioridades, metas e ações estabelecidas para o ciclo 2016-2020))	Sim			Sim			
TOTAL = 11 RESOLUÇÕES		11	0	0	11	0	11	01 nova Resolução Consolidada

Quadro 6 - REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA COMITÊ

TEMÁTICA: COMITÊ								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
GERAL								
5	Estabelece diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas	Sim				Sim, em função de aprimorar conteúdo e, na sequência, revogar		Revisão dessas 4 Resoluções em andamento via GT da CTAL, com revogação, na sequência, dessas 4 Resoluções, gerando 1 nova Resolução consolidada/revisada
18	Possibilita a prorrogação de prazo do mandato da Diretoria Provisória dos Comitês de Bacias Hidrográficas	Sim						
24	Altera a redação dos Artigos 8º e 14º da Resolução 5	Sim						
109	Cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União - UGRHs e estabelece procedimentos complementares para a criação e acompanhamento de comitês de bacia	Sim						
213	Autoriza a prorrogação, por um ano, do mandato dos membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas nos rios de domínio da União: São Francisco, Grande, Verde Grande e Paranapanema	Sim			Sim			Revogar assim que o prazo vencer, visto que o prazo será contado a partir do encerramento dos mandatos
CEIVAP								
84	Encaminha à Casa Civil proposta de Decreto que acresce parágrafo único ao art. 1º do Decreto nº 1.842, de 22 de março de 1996, que institui o CEIVAP, e dá outras providências	Sim		Sim				
88	Encaminha à Casa Civil proposta de Decreto que institui o CEIVAP	Sim		Sim				
CBH PARANAÍBA								
28	Prorroga, em caráter excepcional, o prazo para a designação da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba	Sim		Sim				
36	Prorroga o prazo de mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba	Sim		Sim				
45	Prorroga o prazo de mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba	Sim		Sim				
57	Prorroga o prazo de mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba	Sim		Sim				
83	Prorroga o prazo de mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba	Sim		Sim				

TEMÁTICA: COMITÊ								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
CBH PIANCÓ-PIRANHAS-AÇU								
72	Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu	Sim		Sim				
82	Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu	Sim		Sim				
96	Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu	Sim		Sim				
CBH DOCE								
104	Aprova proposta de Decreto que altera o parágrafo único do art. 1º do Decreto de 25 de janeiro de 2002, que institui o CBH-Doce, localizada nos Estados de MG e ES	Sim		Sim				
CBH GRANDE								
110	Aprova a proposta de instituição do CBH-Grande, e dá outras providências	Sim			Sim			Revogar essas 4 Resoluções assim que houver a eleição do “novo CBH Grande”
119	Prorroga o prazo de mandato da Diretoria Provisória do CBH-Grande	Sim			Sim			
131	Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do CBH-Grande	Sim			Sim			
219	Aprova a instituição da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, e dá outras providências	Sim			Sim			
CBH PARANAPANEMA								
120	Aprova a proposta de instituição do CBH-Paranapanema, e dá outras providências	Sim		Sim				

TEMÁTICA: COMITÊ								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
CBH PARNAÍBA								
194	Aprova a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, e dá outras providências	Sim			Sim			Revogar essas 5 Resoluções após a instalação do Comitê e também após a edição do Decreto Presidencial de instituição do Comitê
197	Institui Grupo de Trabalho de acompanhamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba	Sim			Sim			
207	Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba	Sim			Sim			
208	Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba	Sim			Sim			
221	Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, até 31 de dezembro de 2021	Sim			Sim			
TOTAL = 26 RESOLUÇÕES		26	0	12	10	04	0	14 Resoluções a revogar, gerando 1 nova Resolução consolidada

Quadro 7- REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA AGÊNCIA/ED

TEMÁTICA: AGÊNCIA/ED								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
PARAÍBA DO SUL: AGEVAP								
26	Autoriza a criação da Agência de Água - AGEVAP do CEIVAP na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Sim			Sim		Consolidar essas 4 Resoluções em uma única Resolução, revogando, por consequência essas 4 Resoluções, gerando 1 única Resolução consolidada	Consolidar essas 4 Resoluções em uma única Resolução, revogando, por consequência, essas 4 Resoluções, gerando 1 única Resolução consolidada
38	Delega competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Sim			Sim			
59	Prorrogar o prazo da delegação de competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Sim			Sim			
167	Prorroga o prazo da delegação de competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Sim			Sim			

TEMÁTICA: AGÊNCIA/ED								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ: AGÊNCIA PCJ								
53	Delega competência ao Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para o exercício de funções inerentes à Agência de Água das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá	Não	Sim					
74	Prorrogar o prazo da delegação de competência ao Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá	Não	Sim					
77	Prorrogar o prazo da delegação de competência ao Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá	Não	Sim					
111	Delega competência à Fundação Agências das Bacias Hidrográficas dos Rios PCJ para o exercício das funções inerentes à Agência de Água das Bacias dos rios PCJ	Sim			Sim		Consolidar essas 2 Resoluções em uma única Resolução, revogando, por consequência essas 2 Resoluções, gerando 1 única Resolução consolidada	Consolidar essas 2 Resoluções em uma única Resolução, revogando, por consequência, essas 2 Resoluções, gerando 1 única Resolução consolidada
218	Prorroga a delegação à Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios PCJ para o exercício das funções de competência das Agências de Água nas Bacias dos rios PCJ	Sim			Sim			

TEMÁTICA: AGÊNCIA/ED								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
SAÕ FRANCISCO E VERDE GRANDE: AGB PEIXE VIVO								
114	Delega competência à Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	Sim			Sim		Consolidar essas 3 Resoluções em uma única Resolução, revogando, por consequência essas 3 Resoluções, gerando 1 única Resolução consolidada	Consolidar essas 3 Resoluções em uma única Resolução, revogando, por consequência, essas 3 Resoluções, gerando 1 única Resolução consolidada
170	Prorroga o prazo da delegação de competência à Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	Sim			Sim			
187	Aprova a delegação à Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo para desempenhar as funções de competência de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande	Sim			Sim			

TEMÁTICA: AGÊNCIA/ED								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
DOCE: IBIO E AGEVAP								
130	Delega competência ao Instituto BioAtlântica - IBio para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce	Sim		Sim				
168	Prorroga o prazo da delegação de competência ao Instituto BioAtlântica - IBio para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce	Sim		Sim				
212	Delegar competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP, para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce	Sim			Sim			

TEMÁTICA: AGÊNCIA/ED								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
PARANAÍBA: ABHA								
134	Delega competência à Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari - ABHA, para desempenhar, como Entidade Delegatária, as funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba	Sim			Sim		Consolidar essas 5 Resoluções em uma única Resolução, revogando, por consequência, essas 5 Resoluções, gerando 1 única Resolução consolidada	Consolidar essas 5 Resoluções em uma única Resolução, revogando, por consequência, essas 5 Resoluções, gerando 1 única Resolução consolidada
149	Prorroga o prazo da delegação de competência à Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari - ABHA, para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba	Sim			Sim			
172	Prorroga o prazo da delegação à Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari - ABHA para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba	Sim			Sim			
186	Prorroga o prazo da delegação de competência à Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas - ABHA Gestão de Águas para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba	Sim			Sim			
201	Delega competência à Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas - ABHA Gestão de Águas para desempenhar as funções de Agência de Água do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba	Sim			Sim			
TOTAL = 20 RESOLUÇÕES		17	03	02	15	0	Consolidar 14 Resoluções, gerando 4 Resoluções consolidadas	Consolidar 14 Resoluções, gerando 4 Resoluções consolidadas

Quadro 8 -REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA CADASTRO

TEMÁTICA: CADASTRO								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
126	Estabelece diretrizes para o cadastro de usuários de recursos hídricos e para a integração das bases de dados referentes aos usos de recursos hídricos superficiais e subterrâneos	Sim				Sim		
TOTAL = 01 RESOLUÇÃO		01	0	0	0	01	0	

Quadro 9 -REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA OUTORGA

TEMÁTICA: OUTORGA								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
16	Estabelece critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos	Sim				Sim		Revisar conteúdo. Aspectos, a saber: excluir a obrigatoriedade de cadastro para qualquer tipo de uso, excluir a necessidade de ouvir o comitê quando da instituição de regime de racionamento e adequar na linha da GIRH
29	Estabelece diretrizes para a outorga de usos de recursos hídricos para o aproveitamento dos recursos minerais	Sim			Sim			
37	Estabelece diretrizes para a outorga de recursos hídricos para a implantação de barragens em corpos de água de domínio dos Estados, do Distrito Federal ou da União	Sim				Sim		Revisar conteúdo. Definir relação/conteúdo dos estudos técnicos exigíveis e o TDR; rediscutir como abordar as possíveis alterações no regime hidrogeológico e nos parâmetros de qualidade; articulação com a PNSB, notadamente sobre o Plano de Ação de Emergência - PAE e o Plano de Contingência - PLANCON, incluindo papel da Defesa Civil, à luz da Lei 12.334/2010,

								alterada pela Lei 14.066/2020
TEMÁTICA: OUTORGA								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
55	Estabelece diretrizes para elaboração do Plano de Utilização da Água na Mineração - PUA, conforme previsto na Resolução CNRH n 29, de 11 de dezembro de 2002	Sim				Sim		Revisar conteúdo. CTSB deveria avaliar, em parceria com a ANM, visto interface com PNSB
65	Estabelece diretrizes de articulação dos procedimentos para obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os procedimentos de licenciamento ambiental	Sim			Sim			
113	Aprova os parâmetros para usos de pouca expressão para isenção da obrigatoriedade da outorga de uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	Sim			Sim			
125	Aprova os parâmetros para usos de pouca expressão para isenção da obrigatoriedade da outorga de uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce	Sim			Sim			
129	Estabelece diretrizes gerais para a definição de vazões mínimas remanescentes	Sim			Sim			
140	Estabelece critérios gerais para outorga de lançamento de efluentes com fins de diluição em corpos de água superficiais	Sim			Sim			
141	Estabelece critérios e diretrizes para implementação dos instrumentos outorga de direito de uso de recursos hídricos e de enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água, em rios intermitentes e efêmeros, de dá outras providências	Sim			Sim			
174	Aprova os critérios para estabelecimento de derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, considerados insignificantes, para isenção da obrigatoriedade da outorga de direito de uso de recursos hídricos nos corpos d'água de domínio da União da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande	Sim			Sim			
183	Aprova os critérios para estabelecimento de derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, considerados insignificantes, para isenção da obrigatoriedade da outorga de direito de uso de recursos hídricos nos corpos d'água de domínio da União da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba	Sim			Sim			

TEMÁTICA: OUTORGA								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
184	Estabelece diretrizes e critérios gerais para definição das derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, e lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos, e dá outras providências	Sim			Sim			
TOTAL = 13 RESOLUÇÕES		13	0	0	10	03	0	

Quadro 10 -REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA COBRANÇA

TEMÁTICA: COBRANÇA								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
GERAL								
35	Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos para o exercício de 2004 (0,75% do valor da energia elétrica produzida)	Sim		Sim				
41	Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos para o exercício de 2005 (0,75% do valor da energia elétrica produzida)	Sim		Sim				
48	Estabelece critérios gerais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	Sim				Sim		Revisar conteúdo
49	Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos para o exercício de 2006 (0,75% do valor da energia elétrica produzida)	Sim		Sim				
70	Estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o CNRH e os CBHs, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do parágrafo 1 do art. 17 da Lei n 9.648, de 27 de maio de 1998, com redação dada pelo art. 28 da Lei n 9.984, de 17 de julho de 2000 (0,75% do valor da energia produzida)	Sim					Consolidar as Resoluções 70, 97 e 195 em uma única Resolução consolidada	Consolidar as Resoluções 70, 97 e 195 em uma única Resolução consolidada
71	Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos para o exercício orçamentário de 2008 e no Plano Plurianual 2008-2011, e dá outras providências (0,75% do valor da energia produzida)	Sim		Sim				
90	Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inciso II do parágrafo 1º do art. 17 da com redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2009 (0.75% do valor da energia produzida)	Sim		Sim				

TEMÁTICA: COBRANÇA								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
97	Altera a Resolução CNRH 70, de 19 de março de 2007 (0,75% do valor da energia produzida)	Sim					Consolidar as Resoluções 70, 97 e 195 em uma única Resolução consolidada	Consolidar as Resoluções 70, 97 e 195 em uma única Resolução consolidada
102	Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inciso II do parágrafo 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2010-2011 (0,75% do valor da energia produzida)	Sim		Sim				
122	Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inciso II do parágrafo 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2012-2013 (0,75% do valor da energia produzida)	Não	Sim					
147	Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água para o período 2013-2015 (0,75% do valor da energia produzida)	Sim		Sim				
166	Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da recursos hídricos, referidos nos incisos II, do parágrafo 1 do art. 17, da Lei nº 9.648, de 1998, com redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000, para os exercícios orçamentários de 2016 e 2017 (0,75% do valor da energia produzida)	Sim		Sim				
189	Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da recursos hídricos, referidos nos incisos II, do parágrafo 1 do art. 17, da Lei nº 9.648, de 1998, com redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2018, e dá outras providências (0,75% do valor da energia produzida)	Sim		Sim				

TEMÁTICA: COBRANÇA								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
192	Dispõe sobre o procedimento para atualização dos preços públicos unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, de que trata a Lei n 9.433, de 8 de janeiro de 1997	Sim			Sim			
195	Altera a Resolução CNRH n 70, de 19 de março de 2007, que "Estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o CNRH e os CBHs, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do parágrafo 1 do art. 17 da Lei n 9.648, de 27 de maio de 1998, com redação dada pelo art. 28 da Lei n 9.984, de 17 de julho de 2000 e define procedimentos de consulta para o biênio 2019-2020 (0,75% do valor da energia produzida)	Sim					Consolidar as Resoluções 70, 97 e 195 em uma única Resolução consolidada	Consolidar as Resoluções 70, 97 e 195 em uma única Resolução consolidada
200	Define mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União existentes em Unidades Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos, a sua aplicação e outros procedimentos	Sim			Sim			
222	Dispõe sobre a autorização excepcional para utilização de recursos financeiros existentes em caixa, durante o exercício de 2020, para custeio administrativo das entidades delegatárias, no exercício das funções de agência de água, razão dos efeitos do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19	Sim			Sim			Revogar assim que a pandemia findar

TEMÁTICA: COBRANÇA								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
PARAÍBA DO SUL								
19	Aprova o valor de cobrança na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul	Sim			Sim		O correto seria consolidar todas essas 11 Resoluções em uma única Resolução consolidada	O correto seria consolidar todas essas 11 Resoluções em uma única Resolução consolidada
27	Aprova os valores de cobrança na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Sim			Sim			
44	Define os valores e estabelece os critérios de cobrança pelo uso de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, aplicáveis aos usuários de mineração de areia no leito de rios, nos termos da Deliberação nº 24, de 2004, do CEIVAP	Sim			Sim			
50	Aprovar os mecanismos e critérios para a regularização de débitos consolidados referentes à cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Sim			Sim			
60	Dispõe sobre a manutenção dos mecanismos e valores atuais da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul	Sim			Sim			
64	Aprova os valores e mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Sim			Sim			
66	Aprova os mecanismos e os valores de cobrança referentes aos usos de recursos hídricos para a transposição das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul para a bacia hidrográfica do rio Guandu	Sim			Sim			

TEMÁTICA: COBRANÇA								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
150	Prorroga o prazo para reavaliação dos mecanismos e valores da cobrança referentes aos usos de recursos hídricos para a transposição das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul para a bacia hidrográfica do rio Guandu	Sim			Sim		O correto seria consolidar todas essas 11 Resoluções em uma única Resolução consolidada	O correto seria consolidar todas essas 11 Resoluções em uma única Resolução consolidada
162	Aprova os valores e mecanismos para a cobrança pelo uso de recursos hídricos do domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Sim			Sim			
188	Altera o percentual de repasse referente à cobrança pelas águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu	Sim			Sim			
205	Dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Sim			Sim			
PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ								
52	Aprova os mecanismos e os valores para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí	Sim			Sim		O correto seria consolidar todas essas 4 Resoluções em uma única Resolução consolidada	O correto seria consolidar todas essas 4 Resoluções em uma única Resolução consolidada
78	Aprova a revisão dos mecanismos e ratifica os valores relativos à cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, e aprova a proposta de captações consideradas insignificantes para esta finalidade	Sim			Sim			
155	Aprova novos valores para os PUBs da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí	Sim			Sim			
204	Aprova a atualização dos valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, e dá outras providências	Sim			Sim			
SÃO FRANCISCO								
108	Aprova os valores e mecanismos para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	Sim			Sim		O correto seria consolidar todas essas 3 Resoluções em uma única Resolução	O correto seria consolidar todas essas 3 Resoluções em uma única Resolução consolidada
132	Aprova critérios complementares para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos externos na Bacia do Rio São Francisco	Sim			Sim			
199	Aprova os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	Sim			Sim			

TEMÁTICA: COBRANÇA								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
DOCE								
123	Aprova os valores e mecanismos para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce	Sim			Sim		O correto seria consolidar todas essas 2 Resoluções em uma única Resolução consolidada	O correto seria consolidar todas essas 2 Resoluções em uma única Resolução consolidada
203	Aprova os mecanismos e os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Doce	Sim			Sim			
VERDE GRANDE								
171	Aprova mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio de União na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande	Sim			Sim			
PARANAÍBA								
185	Aprova os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba	Sim			Sim		O correto seria consolidar todas essas 2 Resoluções em uma única Resolução consolidada	O correto seria consolidar todas essas 2 Resoluções em uma única Resolução consolidada
220	Aprova os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba	Sim			Sim			
TOTAL = 40 RESOLUÇÕES		39	01	09	26	01	03	Consolidar 25 Resoluções, gerando 6 Resoluções consolidadas

Quadro 11 -REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA PLANO

TEMÁTICA: PLANO								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
17	Estabelece diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas	Não	Sim					
101	Aprova o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia -PERHTA	Sim			Sim			
128	Aprova o Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas - PERH-MDA	Sim			Sim			
145	Estabelece diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias hidrográficas e dá outras providências	Sim				Sim		Revisão em andamento no âmbito do GT da CTPA
152	Decide pela elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai (PRH Paraguai) e a constituição do Grupo de Acompanhamento da elaboração do PRH-Paraguai	Sim			Sim			Manter, visto que, após a aprovação do PRH Paraguai, o desafio é implementá-lo
176	Altera o Anexo da Resolução CNRH n° 152/2013, que trata da composição do Grupo de Acompanhamento da elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai	Sim		Sim				Grupo de Acompanhamento do Plano - GAP extinto via Decreto n° 9.759, de 11 de abril de 2019
196	Aprova o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai - PRH Paraguai	Sim			Sim			
TOTAL = 07 RESOLUÇÕES		06	01	01	04	01	0	

Quadro 12 - REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA ENQUADRAMENTO

TEMÁTICA: ENQUADRAMENTO								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
12	Estabelece procedimentos para o enquadramento de corpos de água em classes segundo os usos preponderantes	Não	Sim					
91	Dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos	Sim				Sim		Revisar conteúdo
TOTAL = 02 RESOLUÇÕES		01	01	0	0	01	0	

Quadro 13 - REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA SISTEMA DE INFORMAÇÕES

TEMÁTICA: SISTEMA DE INFORMAÇÕES								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
13	Estabelece diretrizes para a implementação do SNIRH	Sim				Sim		Revisar conteúdo
TOTAL = 01 RESOLUÇÃO		01	0	0	0	01	0	

Quadro 14 - REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

TEMÁTICA:ÁGUAS SUBTERRÂNEAS								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
15	Estabelece diretrizes gerais para a gestão das águas subterrâneas	Sim			Sim		O correto seria consolidar todas essas 7 Resoluções em uma única Resolução, gerando 1 única Resolução consolidada	O correto seria consolidar todas essas 7 Resoluções em uma única Resolução, gerando 1 única Resolução consolidada
22	Estabelece diretrizes para a inserção das águas subterrâneas nos Planos de Recursos Hídricos	Sim			Sim			
76	Estabelece diretrizes gerais para integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinada a fins balneários	Sim			Sim			
92	Estabelece critérios e procedimentos gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro	Sim			Sim			
107	Estabelece diretrizes e critérios a serem adotados para o planejamento, a implantação e a operação de Rede Nacional de Monitoramento Integrado Qualitativo e Quantitativo de Águas Subterrâneas	Sim			Sim			
153	Estabelece critérios e diretrizes para implantação de Recarga Artificial de Aquíferos no território Brasileiro	Sim			Sim			
202	Estabelece diretrizes para a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos entre a União, os Estados e o Distrito Federal com vistas ao fortalecimento dessa gestão	Sim			Sim			
TOTAL = 07 RESOLUÇÕES		07	0	0	07	0	Consolidar 7 Resoluções, gerando, 1 única Resolução consolidada	Consolidar 7 Resoluções, gerando 1 única Resolução consolidada

Quadro 15 - REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA SEGURANÇA DE BARRAGENS

TEMÁTICA: SEGURANÇA DE BARRAGENS								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
143	Estabelece critérios gerais de classificação de barragens por categoria de risco, dano potencial associado e pelo volume do reservatório, em atendimento ao art. 7 da Lei n° 12.334, de 20 de setembro de 2010	Sim				Sim		Revisão em andamento no âmbito do GT da CTSB
144	Estabelece diretrizes para implementação da PNSB, aplicação de seus instrumentos e atuação do SNISB, em atendimento ao art. 20 de Lei n° 12.334, de 20 de setembro de 2010, que alterou o art. 35 da Lei n° 9.433, de 8 de janeiro de 1997	Sim				Sim	Revisar e consolidar as Resoluções 144 e 178 em uma única Resolução consolidada	Revisar e consolidar as Resoluções 144 e 178 em uma única Resolução consolidada
178	Altera a Resolução CNRH n° 144, de 10 de julho de 2012, que "Estabelece diretrizes para implementação da PNSB, aplicação de seus instrumentos e atuação do SNISB, em atendimento ao art. 20 de Lei n° 12.334, de 20 de setembro de 2010, que alterou o art. 35 da Lei n° 9.433, de 8 de janeiro de 1997	Não	Sim					
223	Altera a Resolução n. 144, de 10 de julho de 2012, que estabelece diretrizes para implementação da PNSB, e dá outras providências	Sim				Sim	Revisar e consolidar as Resoluções 144 e 178 em uma única Resolução consolidada	Revisar e consolidar as Resoluções 144 e 178 em uma única Resolução consolidada
TOTAL = 04 RESOLUÇÕES		03	01	0	0	03	0	

Quadro 16 - REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS: TEMÁTICA OUTRAS

TEMÁTICA: OUTRAS								
Resolução	Ementa	Situação		Sugestão				Observação
		Vigente	Revogada explicitamente	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	
CODIFICAÇÃO DAS BACIAS E DIVISÃO HIDROGRÁFICA NACIONAL								
30	Estabelece metodologia de codificação das bacias hidrográficas em âmbito nacional	Sim			Sim			
32	Institui a Divisão Hidrográfica Nacional	Sim			Sim			
PISF								
47	Aprova o aproveitamento hídrico do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional - PISF	Sim			Sim			
REUSO								
54	Estabelece modalidades e diretrizes gerais para a prática de reuso direto não potável de água e dá outras providências	Sim				Sim	Durante a revisão, consolidar essas 2 Resoluções	Revisão da Resolução 54 em andamento no âmbito do GT da CTECT
121	Estabelece diretrizes e critérios para a prática de reuso direto não potável de água na modalidade agrícola e florestal definida na Resolução CNRH n° 54, de 28 de novembro de 2005	Sim				Sim		
PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES, MOBILIZAÇÃO SOCIAL, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO								
98	Estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a GIRH no SINGREH	Sim			Sim		O correto seria consolidar essas 2 Resoluções em uma única Resolução	O correto seria consolidar todas essas 2 Resoluções em uma única Resolução
156	Estabelece diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social, a informação e comunicação para a percepção de riscos e vulnerabilidades, e a prevenção, mitigação e aumento da resiliência frente a desastres inerentes às questões hídricos	Sim			Sim			
PLANSAB								
214	Recomenda a aprovação da proposta de revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab)	Sim			Sim			
TOTAL = 08 RESOLUÇÕES		08	0	0	06	02	4 Resoluções a consolidar	4 Resoluções a revogar, gerando 2 Resoluções consolidada

Quadro 17 - SISTEMATIZAÇÃO FINAL DOS ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS

SISTEMATIZAÇÃO FINAL				PLANO A (Aplicação imediata com foco na Revogação)				PLANO B (Aplicação a curto prazo considerando Revogação, Manutenção, Revisão e Consolidação)					
Temática	Situação			Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	Revogação	Manutenção	Revisão	Consolidação	Nova Resolução consolidada	TOTAL
	Vigente	Revogada explicitamente	Total										
CNRH-RI-CT ADMINISTRATIVA	44	27	71	38	06	0	0	38	06	0	0	0	06
SECEX	11	0	11	11	0	0	0	11	0	0	0	0	0
PNRH	11	0	11	0	11	0	0	0	0	0	11	01	01
COMITÊ	26	0	26	12	10	04	0	22	0	04	0	01	01
AGÊNCIA/ED	17	03	20	02	15	0	0	02	01	0	14	04	05
CADASTRO	01	0	01	0	0	01	0	0	0	01	0	0	01
OUTORGA	13	0	13	0	10	03	0	0	10	03	0	0	13
COBRANÇA	39	01	40	09	26	01	03	09	04	01	25	06	11
PLANO	06	01	07	01	04	01	0	01	04	01	0	0	05
ENQUADRAMENTO	01	01	02	0	0	01	0	0	0	01	0	0	01
SISTEMA DE INFORMAÇÕES	01	0	01	0	0	01	0	0	0	01	0	0	01
ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	07	0	07	0	0	07	0	0	0	0	07	01	01
SEGURANÇA DE BARRAGENS	03	01	04	0	0	03	0	0	0	03	0	01	02
OUTRAS:COD./DIV. HIDROGRÁFICA	02	0	02	0	02	0	0	0	02	0	0	0	02
OUTRAS: PISF	01	0	01	0	01	0	0	0	01	0	0	0	01
OUTRAS: REUSO	02	0	02	0	02	0	0	0	0	02	0	0	01
OUTRAS: EDUCAÇÃO E MOB.	02	0	02	0	02	0	0	0	02	0	0	0	02
OUTRAS: PLANSAB	01	0	01	0	01	0	0	0	01	0	0	0	01
TOTAL	188	34	222	73	90	22	03	83	31	17	57	14	55
188 Resoluções								188 Resoluções					

8 – PROJETO CODEX E SUPER.BR

A **Portaria nº 48**, de 12 de junho de 2020, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, instituiu a **Projeto CodeX** (código, ou livro, em latim) com o objetivo de modernizar a divulgação, a gestão e a curadoria do acervo da legislação e dos atos normativos federais (**ANEXO VII**). Essa Portaria, em 6 de julho de 2021, foi alterada pela **Portaria SG/PR nº 120 (ANEXO VII)**.

O Projeto CodeX tem por objetivo criar soluções que permitam modernizar a divulgação, a gestão e a curadoria do acervo da legislação e dos atos normativos federais, bem como de coordenar a implementação do repositório unificado e integral dos atos normativos e da legislação federal brasileira, abrangendo as seguintes medidas:

- coleta de informações acerca do trâmite, publicação, divulgação e gestão do acervo da legislação federal em meio digital disponibilizado na internet;
- coordenação de ações de implementação de soluções inovadoras na gestão do acervo digital da legislação e dos normativos no âmbito federal;
- estudo e proposição de procedimentos que promovam simplificação e modernização dos processos no âmbito do trâmite e da publicação da legislação federal;
- proposição e acompanhamento de alterações nas plataformas digitais de repositório de atos normativos e na gestão do acervo digital da legislação federal com foco em:
 - ✓ modernização do modelo de publicação no Diário Oficial da União;
 - ✓ implementação de Portal de Normas automatizado, com guarda e disponibilização de dados de maneira estruturada e garantia de integridade das matérias;
 - ✓ implementação de ferramenta que auxilie todos os órgãos do Poder Executivo federal na produção, publicação e curadoria dos respectivos normativos internos; e
 - ✓ possibilitar, na evolução do Portal de Normas, o desenvolvimento de funcionalidades de inteligência artificial e de integração com

jurisprudência dos tribunais, normas dos demais órgãos federais e outros Entes da Federação.

- proposição e definição da linguagem e da arquitetura da informação que proporcione a estruturação dos dados e habilite a automação da compilação, curadoria, comunicação, integração e divulgação das normas;
- assessorar tecnicamente o Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e o Secretário-Executivo na tomada de decisão no processo de modernização da gestão do acervo da legislação e na implementação de repositório normativo unificado; e
- monitoramento e avaliação dos resultados obtidos com a implementação de repositório normativo unificado; e
- proposição ao supervisor do projeto de um modelo de rede interministerial de curadoria de normativos inferiores a decreto.

O Comitê Gestor do Projeto CodeX, com o objetivo de desenvolver as medidas mencionadas, é composto por representantes das seguintes unidades da Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria-Executiva; Subchefia de Assuntos Jurídicos; Secretaria Especial de Modernização do Estado; e Imprensa Nacional.

O plano de projeto será desenvolvido pelo Comitê Gestor e será entregue em 60 dias após a publicação da Portaria nº 48/2020 e deverá ser composto pelo menos dos seguintes itens: cronograma de entregas; custos; restrições; riscos; e premissas.

O projeto terá o prazo de 12 meses, contado da data de publicação da Portaria nº 48/2020, para apresentar relatório final. Todavia, a Portaria SG/PR nº 120, de 6 de julho de 2021, **estabeleceu que o projeto terá o prazo de 18 meses, contado da data dessa Portaria para apresentar relatório final.**

Vídeo disponibilizado no link <https://www.youtube.com/watch?v=4l0sRsoSVGA> apresenta, em linhas gerais, o Projeto CodeX, conforme texto a seguir:

*“Já pensou em poder acessar todas as normas federais em um único lugar? É isso que faz o CodeX. A Presidência da República criou o Projeto CodeX para modernizar a divulgação de leis e atos normativos federais. Além de aperfeiçoar ferramentas que vão facilitar a vida do cidadão na hora de buscar as normas, o CodeX também vai disponibilizar, em um único local, todas as normas federais atualizadas. Funciona assim. As normas são produzidas no **SUPER.BR**, enviadas automaticamente para o DOU, que alimenta imediatamente o CodeX. Isso possibilitará a conexão entre todas as normas federais e a jurisprudência brasileira. Antes, cada órgão produzia sua*

norma em um sistema diferente. Para encontrá-la, era necessário navegar em vários portais que não estavam conectados. A criação do CodeX coopera para a modernização do Estado e pretende promover a unificação das bases de dados legais. Isso irá facilitar não só a revisão da legislação que já existe, como, daqui para frente, toda vez que alguma norma for editada, será possível saber quais são os reflexos dela em toda a legislação do País. O Governo Federal passa por um processo de atualização de portais e bancos de dados que incluem a utilização de ferramentas de inteligência artificial e mecanismos de buscas e alertas. O CodeX vai colocar nas mãos da população um sistema moderno de consulta de normas. Um projeto grande e desafiador que irá trazer transparência e simplificação para a sociedade brasileira”.

Assim, o objetivo geral do Projeto CodeX é tornar o Poder Executivo Federal a **referência nacional e internacional em disponibilização, organização, compilação e integração** de normas federais, com um repositório **confiável, completo, acessível e integrado** (ANDRADE DE MELO, 2020). Como objetivo específico, o Projeto CodeX visa a **automatizar** o processo de **publicação, divulgação, curadoria e exploração** das normas e entregar correlações e resultados com mais **facilidade e rapidez** (ANDRADE DE MELO, 2020).

Conforme ANDRADE MELO, 2020, de maneira geral, os problemas a serem resolvidos via Projeto CodeX são:

- Portal Planalto (Portal da Legislação) é referência nacional, mas ainda não possui normas infralegais;
- Alto risco de problemas na publicação de atos; falta rastreabilidade; e
- O enorme fluxo de informações que passa pela Imprensa Oficial é desperdiçado.

Ainda, segundo ANDRADE DE MELO, 2020, resumidamente, os princípios e valores que regem o Projeto CodeX são:

- confiabilidade, integridade, autenticidade, segurança jurídica e perenidade;
- facilidade, simplicidade e objetividade;
- integralidade, amplitude e conectibilidade;
- publicidade, transparência, acessibilidade, clareza e disponibilidade;
- coerência, consistência, eficiência, organização, ordenação e versionamento;
- participação, governança cooperativa e interoperabilidade.

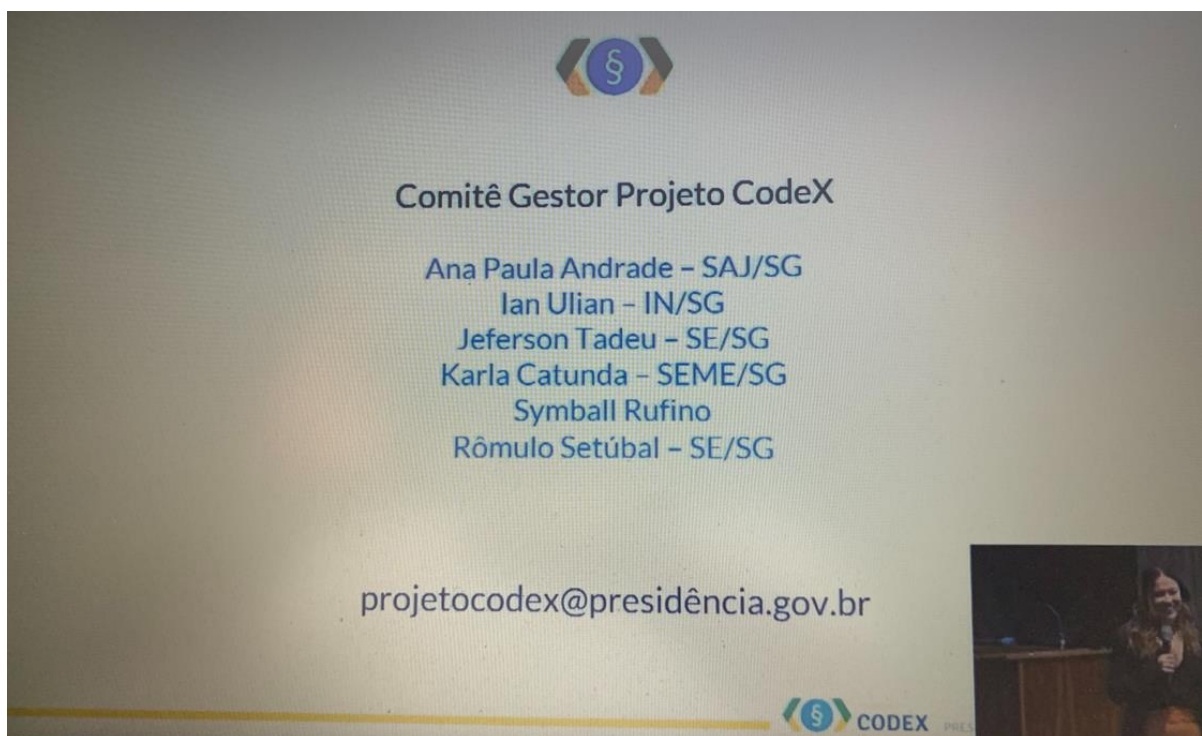
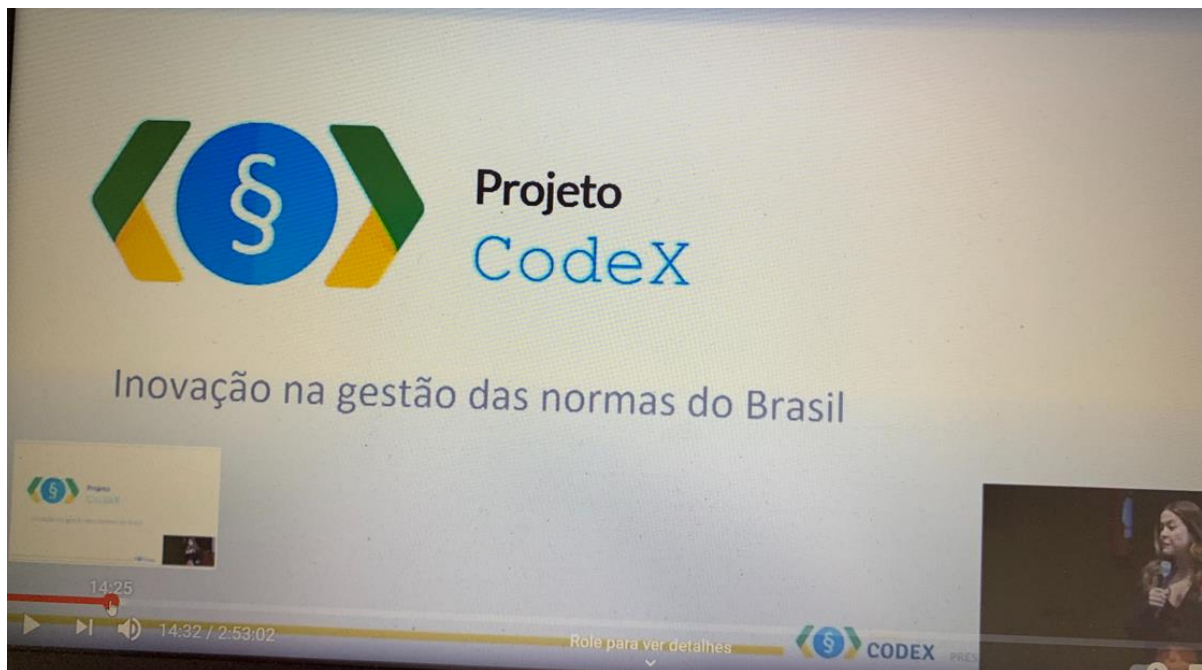
Após o lançamento da primeira fase do Projeto Codex, que ocorreu em 26 de novembro de 2020 em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, a Secretaria-Geral da Presidência anunciou a sequência nos trabalhos e no processo de modernização do Estado. No dia 7 de dezembro, às 15h, a Pasta promoveu o evento de apresentação técnica do CodeX aos servidores públicos federais (<https://www.youtube.com/watch?v=jEB5hdgSPRM>). Na ocasião, o público-alvo foram servidores que atuam diretamente no trabalho de revisão dos atos normativos inferiores a decreto (Decreto nº 10.139/2019), ou na elaboração, divulgação e envio das normas ao Diário Oficial da União. Todavia, todos aqueles que tinham interesse em conhecer o CodeX, como ferramenta inovadora de solução do Governo Federal, também puderam participar.

Esse consultor teve a oportunidade de acompanhar todo o evento de apresentação técnica do Projeto CodeX no endereço eletrônico mencionado, e recomenda vivamente, caso ainda não tenha ocorrido, que técnico responsável pelo tema no MDR, notadamente da SECEX/CNRH, possa também acessar a apresentação técnica do Projeto CodeX e do SUPER.BR.

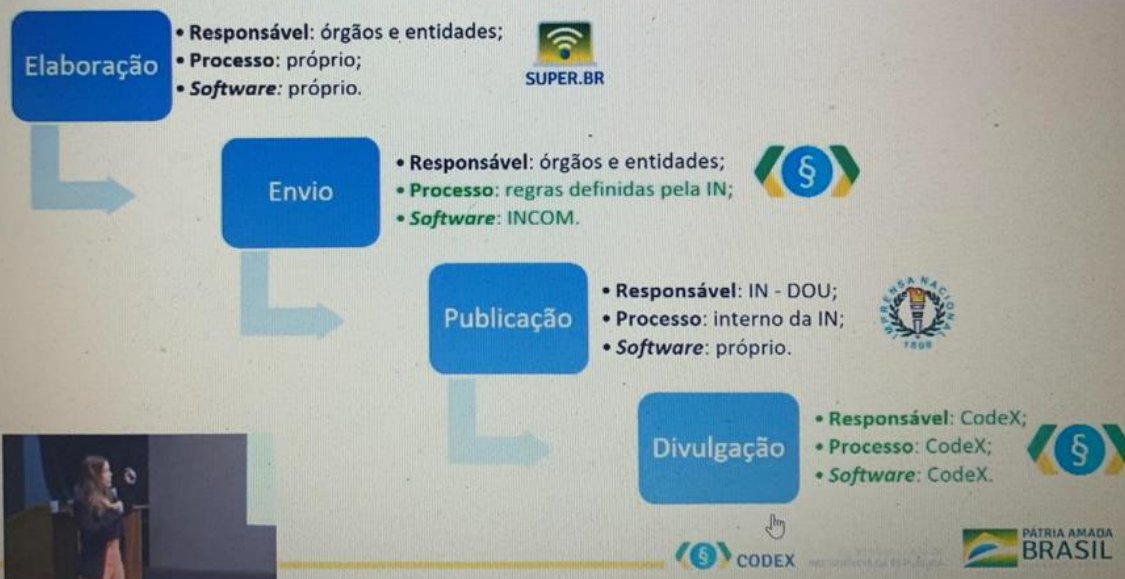
Abaixo, são apresentadas algumas telas da palestra proferida pela Sra. Ana Paula Andrade de Melo, Subchefe Adjunta de Consolidação Normativa da Subchefia para Assuntos Jurídicos, a saber:

- Logomarca do Projeto CodeX;
- Comitê Gestor do Projeto CodeX e endereço eletrônico;
- Etapas de Promulgação - Ato Normativo, com as atuações do Projeto Codex nas etapas de envio à Imprensa Nacional e de divulgação, sendo que o SUPER.BR atuará na etapa de elaboração;
- Cenário Atual;
- Fluxo de Publicação Atual;
- CodeX 1.0;
- Fluxo CodeX - Fase 1;
- CodeX - Visão de Futuro;
- CodeX - Serviços;
- Etapa de Envio - Melhorias no INCOM;
- Etapa de Divulgação, registrando que o sistema de normas infralegais a partir de agora, nessa Fase 1, estará em um só repositório;

- Cronograma de Entregas; e
- Fases do Projeto.



Etapas de Promulgação – Ato Normativo

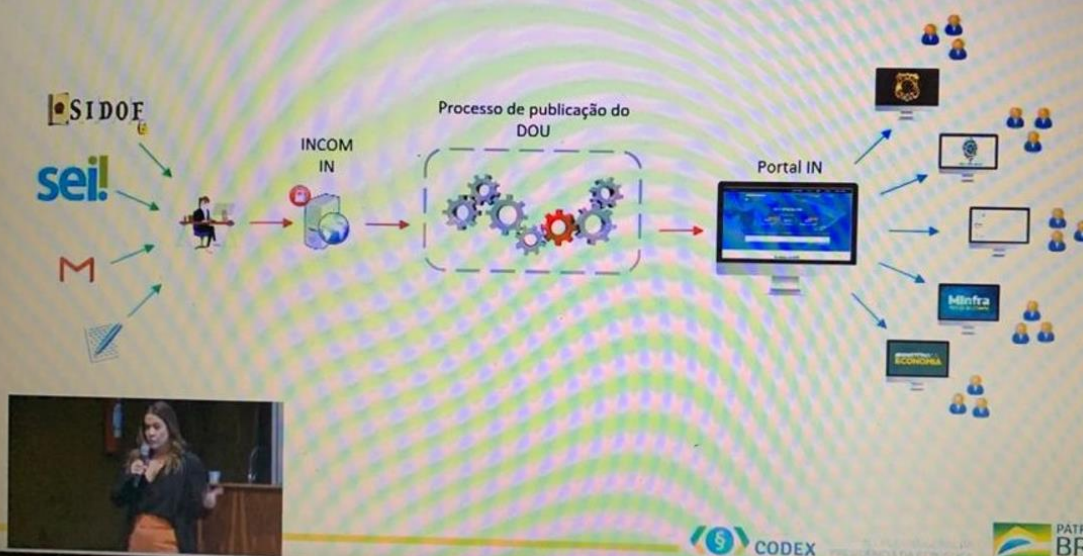


Evento De Apresentação Projeto CodeX

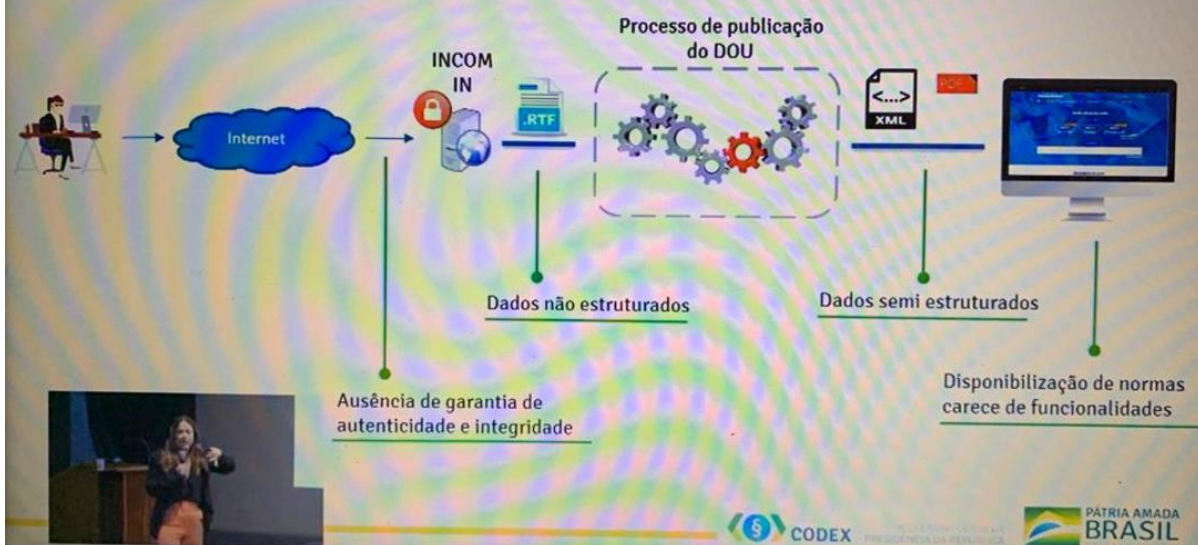
515 visualizações • Estreou em 13 de dez. de 2020

15 0 COMPARTILHAR SALVAR ...

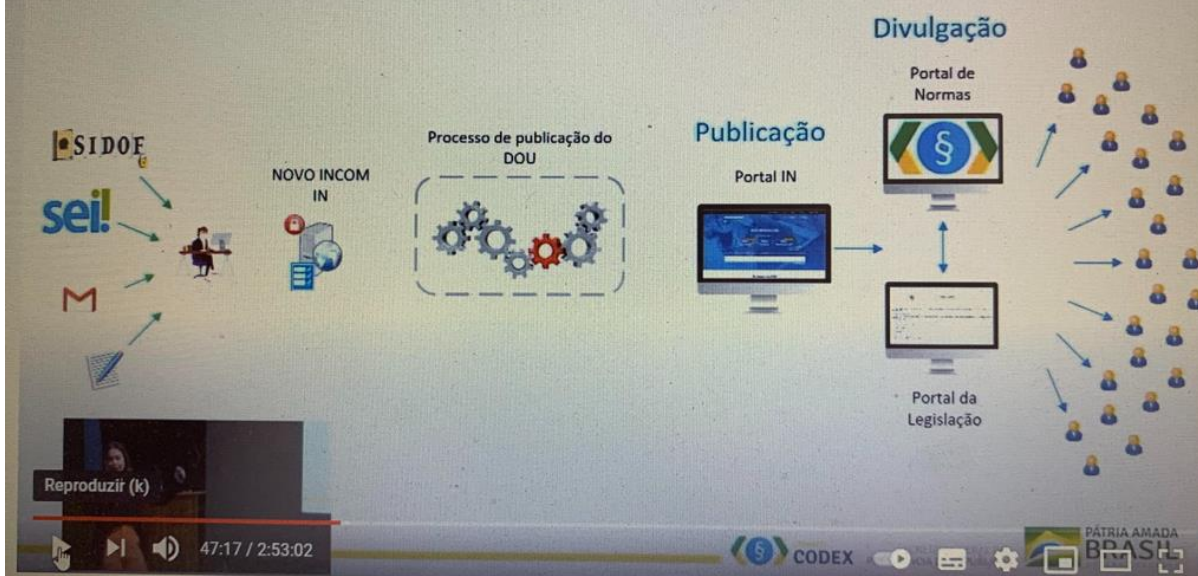
Cenário Atual



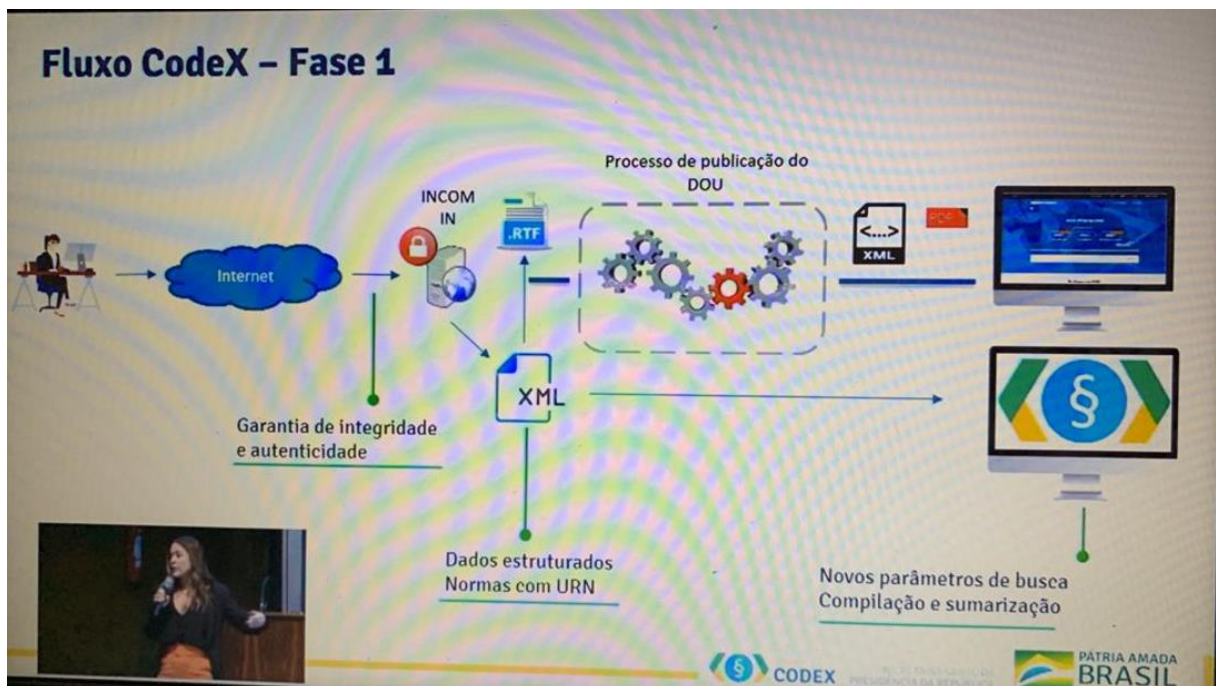
Fluxo de Publicação Atual



CodeX 1.0




Evento De Apresentação Projeto CodeX



Assim, a solução proposta, via Projeto CodeX, foi criar repositório de normas **integrado** de todo o Poder Executivo Federal e disponibilizar conjunto de ferramentas de **automatização** e **confiabilidade** do processo de **produção**, **publicação** e **curadoria** de normas federais (ANDRADE DE MELO, 2020).

CodeX – Serviços



- Siga-me Partícula: norma, artigo, inciso... *Multivigência Normativa*
- Análise transversal de normas *Feedback População*
- Salvar suas anotações *Curadoria Semi-automática*
- Análise de tendências
- Status: norma, artigo, inciso... *Análise de Contextos Normativos*

Reproduzir (k) e mecum digital

1:01:36 / 2:53:02

Evento De Apresentação Projeto CodeX

Etapa de Envio – Melhorias no INCOM

Estratégia de Implantação – Fase Codex 1

- Primeiro infralegais (Decreto nº 10.139/2019)
- Implantação faseada nos órgãos
- Respeito à continuidade do negócio

1:03:25 / 2:53:02

Evento De Apresentação Projeto CodeX

Compartilhar

Etapa de Envio – Melhorias no INCOM

CodeX - Editor de Texto

Atual - Arquivo RTF

[illegible]

Reproduzir (k)

1:04:34 / 2:53:02

IMPRESA NACIONAL
 O JORNAL OFICIAL DO GOVERNO
 Fundação de Imprensa - FIM - Rua do Ouvidor, 101 - Rio de Janeiro, RJ
 Direção: Dr. A. A. Monteiro de Barros
 Redação: Gabinete de Imprensa - Centro de Publicações - Esplanada - Rio de Janeiro
 Enxerto Materiais - Colaboração Oficial - Colaboração Materiais - Suporte Material - Resposta Pública - Colaboração de Notícias

Enviado de Ato



Shane Oliver, Founder

Data de Publicação: 01/01/2014

Oxygas International Inc. ③

Page 46 of 46

Keywords: *Self-esteem, self-esteem threat, self-esteem threat sensitivity, self-esteem threat sensitivity scale, self-esteem threat sensitivity scale-2*

Friedman ●

CODEx

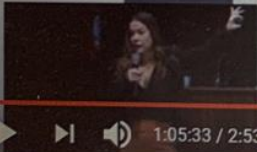


PPAS

Evento De Apresentação Projeto CodeX

Etapa de Envio – Melhorias no INCOM

Atual - Preview Arquivo RTF



1:05:33 / 2:53:02

**CodeX - Preview Arquivo PDF
Assinado**

Enviado para publicação e analisado por ICCC



Ministerio de Trabajo, Comercio e Industria

PORTARIA Nº 454, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid 19)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 85, parágrafo único, inciso I e II, da Constituição, tendo em vista o disposto no § 7º do art. 38 da Lei nº 13.979, de 3 de fevereiro de 2020, e

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 1 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando a condição de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19) e a necessidade premente de erradicar todos os esforços em reduzir a transmissibilidade e oportunizar manejo adequado dos casos leves na rede de atenção primária à saúde e dos casos graves na rede de urgência/emergência e hospitalar e

Contribuciones y necesidades de las actividades en relación de causa y efecto.



CODEX



PDAS

Evento De Apresentação Projeto CodeX

Etapa de Divulgação

Sistema de Normas

- RFB
- SERPRO



SECRETARIA-GERAL
DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



Evento De Apresentação Projeto CodeX

Etapa de Divulgação

Presidência da República
Secretaria-Geral

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

PRÉLIMÍNAR

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO I
Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático e nela estão estabelecidos os seguintes princípios:

I - a soberania;
II - a cidadania;
III - a dignidade da pessoa humana;
IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

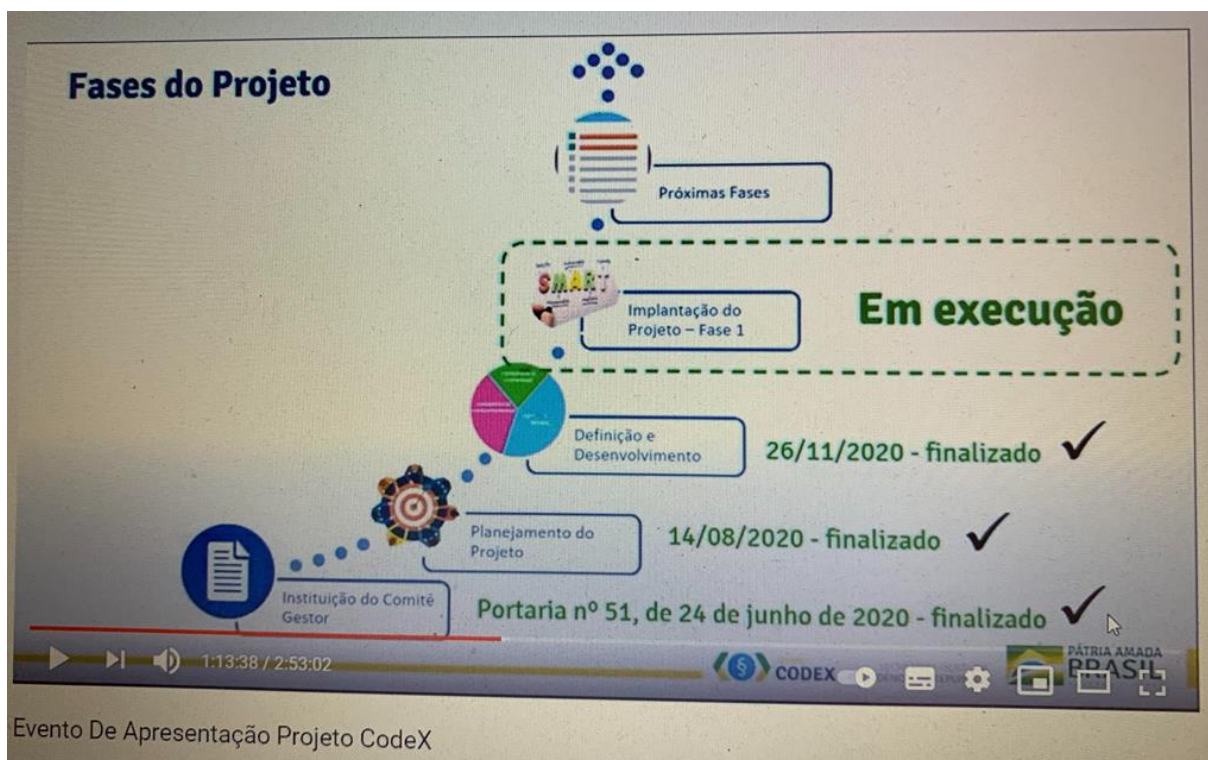
Art. 3º Constituem-se competências fundamentais da União e dos Estados e Municípios:



SECRETARIA-GERAL
DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



Evento De Apresentação Projeto CodeX



Na sequência da apresentação do Projeto CodeX, no mesmo dia 7 de dezembro, foi também apresentado o **SISTEMA ÚNICO DE PROCESSO ELETRÔNICO EM REDE - SUPER.BR (ANEXO VIII)**, disponível no seguinte link (<https://www.youtube.com/watch?v=jEB5hdgSPRM>), que, em linhas gerais, pode ser caracterizado como se segue:



“Vários sistemas em um só. Esta é a proposta do SUPER.BR. Atualmente, o fluxo administrativo não está integrado entre os vários sistemas de gestão documental em uso no Governo Federal. Um exemplo disso é o Sistema Eletrônico de Informações - SEI, que, por meio de uma parceria com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, iniciou uma grande transformação ao cumprir sua missão de migrar os processos que tramitavam em papel, para o meio eletrônico. No entanto, os sistemas atuais não oferecem as evoluções necessárias para o serviço público do Século XXI. Para essa nova realidade, temas como segurança da base de dados, rastreabilidade de assinaturas, monitoramento de produtividade, código-fonte proprietário com desenvolvimento em comunidade e facilidade de expansão do uso por órgãos e entidades são elementos essenciais. Essas características estão presentes no SUPER.BR, que também apresenta interface moderna voltada para a experiência do usuário, intuitiva e simples. O sistema é multiplataforma e responsivo, podendo ser utilizado em celulares, notebooks e desktops de duas telas. A ferramenta segue os critérios da Lei de Acesso à Informação - LAI e permitirá vários níveis de assinatura do usuário, por certificado digital na nuvem e biometria. O projeto conta com o apoio do SEBRAE, que levará a solução para os Estados e Municípios que queiram realizar a transformação digital em seus processos administrativos. O SUPER.BR é um sistema estruturante que está em fase final de implantação do piloto, que ocorrerá a partir de dezembro de 2020, e que representa um grande passo na Modernização do Estado”.

9 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Para a elaboração deste Produto 02 de consultoria, foi avaliado detidamente o Decreto nº 10.139/2019. Ademais, este consultor realizou o curso da ENAP, Curso EaD, sobre Decreto nº 10.139/2019 - Revisão e Consolidação de Atos Normativos Infralegais - Turma Agosto de 2021.

Para aquilatar as Resoluções emitidas pelo CNRH, em um total de 222 Resoluções, o Produto 01 desta consultoria apresentou uma **MATRIZ DE ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DE RESOLUÇÕES** em planilha Excel, contemplando uma sugestão de desdobramento para cada uma das Resoluções.

Ainda, o Produto 01 apresentou **RESUMO DA MATRIZ DE ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DE RESOLUÇÕES** (Quadro 2 deste Produto), que se constitui na referência básica para efeito de uma visão qualitativa/quantitativa mais global do conjunto das Resoluções por temática.

Dessa forma, foram construídos neste Produto 02, para cada uma das temáticas adotadas, os Quadros 3 a 16, além do Quadro 17 - **SISTEMATIZAÇÃO FINAL DOS ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS**, na linha da aplicação prática do Decreto nº 10.139/2019, sendo apresentadas duas alternativas de propostas, a saber:

- **PLANO A (Aplicação imediata com foco na Revogação)**, resultando em um total de 73 (setenta e três) Resoluções a serem revogadas imediatamente; e
- **PLANO B (Aplicação a curto prazo considerando Revogação, Manutenção, Revisão e Consolidação)**, resultando em um total final de 55 (cinquenta e cinco) Resoluções do CNRH.

Assim, esta consultoria optou, em um primeiro momento, **por adotar a linha da aplicação imediata da Revogação (PLANO A)**, e, para tanto, elaborou uma minuta de Resolução CNRH com a proposta de **Revogação imediata de 73 Resoluções do CNRH (ANEXO VI)**, deixando, para um segundo momento, a adoção do **PLANO B**, ou seja, a continuidade da aplicação do Decreto nº 10.139/2019, só que agora no curto prazo, no que concerne à **Revogação, Manutenção, Revisão e Consolidação**.

Por oportuno, vale novamente registrar que é obrigatória a participação da unidade jurídica do órgão ou da entidade nos trabalhos de revisão e consolidação de atos normativos de competência de Ministro de Estado ou de colegiado do qual o

Ministro de Estado participe, certamente em estreita articulação com o DRBH/MDR no exercício de sua competência de SECEX/CNRH.

Demais disso, no que se refere ao levantamento dos padrões da administração pública para compilação e disponibilização pública na Internet de normativos, com atenção especial aos padrões da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério do Desenvolvimento Regional, foi contemplado neste Produto 02 o **Projeto Codex**, incluindo o **SUPER.BR**, criado pela Presidência da República para modernizar a divulgação de leis e atos normativos federais.

Por oportuno, a consecução de resultados do conjunto desta consultoria, todos os produtos incluídos, implica, necessariamente, na participação deste consultor em todas as reuniões de construção do novo PNRH 2022-2040 e nas reuniões das 06 Câmaras Técnicas do CNRH e de seus respectivos Grupos de Trabalho, além da participação em reuniões plenárias do CNRH, fato esse que vem ocorrendo sistematicamente.

Finalmente, esta consultoria também vem dando apoio à SECEX/CNRH em temas diversos, como, por exemplo, contribuições à construção de propostas de adequações da legislação de recursos hídricos, tendo, inclusive, já produzido documento técnico sobre a revisão da Resolução CNRH nº 5, ora em discussão em GT da CTAL, intitulado “Proposta de roteiro metodológico para a revisão da Resolução nº 5, de 10 de abril de 2000, incluindo a Resolução CNRH nº 109, de 13 de abril de 2010” (**ANEXO IX**).

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. Apresentação em PPT sobre a estrutura do novo PNRH 2022-2040. Brasília, 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. Nota Técnica Conjunta nº 2, 30 de dezembro de 2020, 36 p. Brasília, 2020.

ANDRADE DE MELO, Ana Paula. Lançamento do Projeto CodeX e SUPER.BR. Brasília, novembro de 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Brasília, 1998.

BRASIL. Decreto nº 2.612, de 3 de junho de 1998. Regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências. Brasília, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, 1997.

BRASIL. Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e responsável pela instituição de normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico. Brasília, 2000.

BRASIL. Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004. Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências

de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Brasília, 2006.

BRASIL. Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2008. Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010. Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do Art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Brasília, 2010.

BRASIL. Decreto nº 9.191/2017, de 1º de novembro de 2017. Estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado. Brasília, 2017.

BRASIL. Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019. Dispõe sobre a revisão e a consolidação de atos normativos inferiores a decreto. Brasília, 2019.

BRASIL. Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do

Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências. Brasília, 2019.

BRASIL. Decreto nº 10.310, de 02 de abril de 2020. Altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, o Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.229, de 5 de fevereiro de 2020, para adiar prazos e etapas que estabelecem. Brasília, 2020.

BRASIL. Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020. Altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, e o Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017, que dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União. Brasília, 2020.

BRASIL. Leis nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. Brasília, 2020.

BRASIL. Decreto nº 10.776/2020, de 24 de agosto de 2021. Altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto.

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS. Resoluções nºs 1 a 223, Brasília.

ENAP, Curso EaD sobre Decreto nº 10.139/2019 - Revisão e Consolidação de Atos Normativos Infralegais - Turma Agosto de 2021. Brasília, 2021.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Portaria nº 1.978, de 21 de julho de 2020. Dispõe sobre o procedimento de revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a decreto no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional. Brasília, 2020

ANEXO I

DECRETO N° 10.139/2019

ANEXO II

PORTARIA MDR N° 1.978/2020

ANEXO III

ENAP - CURSO DECRETO Nº 10.139/2019 REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS (TURMA AGO/2021): CONTEÚDO

ANEXO IV

CERTIFICADO CURSO ENAP

RODRIGO FLECHA

ANEXO V

TREINAMENTO PARA O PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE PROGRESSO SOBRE O DECRETO N° 10.139/2019

ANEXO VI

MINUTA DE REVOGAÇÃO DAS RESOLUÇÕES

ADOTANDO-SE O PLANO A COMO

REFERÊNCIA

ANEXO VII
PORTARIA N° 48/2020
E
PORTARIA SG/PR N° 120/2021

ANEXO VIII

SISTEMA ÚNICO DE PROCESSO ELETRÔNICO

EM REDE - SUPER.BR

ANEXO IX

**PROPOSTA DE ROTEIRO METODOLÓGICO
PARA A REVISÃO DA RESOLUÇÃO N° 5, DE 10
DE ABRIL DE 2000, INCLUINDO A RESOLUÇÃO
CNRH N° 109, DE 13 DE ABRIL DE 2010**



Ministério do Desenvolvimento Regional

Secretaria Nacional de Segurança Hídrica

Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas

Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos

Nota Técnica nº 49/2021/CGRH/DRHB/SNSH-MDR

PROCESSO Nº 59000.023529/2021-87

1. ASSUNTO

1.1. Trata-se de pedido de manifestação jurídica quanto a proposta de Resolução do CNRH que revoga os normativos do Colegiado considerados implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicados, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e à Portaria nº 1.978, de 21 de julho de 2020.

2. REFERÊNCIAS

2.1. [Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), Dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a estrutura organizacional e o funcionamento.

2.2. [Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019](#) - Dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto.

2.3. [Decreto nº 10.310, de 2 de abril de 2020](#) - Altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, o Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.229, de 5 de fevereiro de 2020, para adiar prazos e etapas que estabelecem.

2.4. [Decreto nº 10.776, de 24 de agosto de 2021](#) - Altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto

2.5. [Portaria nº 1.978, de 21 de julho de 2020](#) - Dispõe sobre o procedimento de revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a decreto no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional.

3. FUNDAMENTAÇÃO E ANÁLISE

3.1. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, é um órgão colegiado, consultivo e deliberativo, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH, criado pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e atualmente regulamentado pelo Decreto nº 10.000, de 03 de setembro de 2019, fazendo parte da estrutura regimental do Ministério do Desenvolvimento Regional.

3.2. Desde a sua instalação, o Conselho emitiu 225 resoluções, 73 moções e duas comunicações. Esses documentos encontram-se listados na página do Conselho: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/cnrh/deliberacoes-cnrh-1>.

3.3. O Governo Federal publicou o [Decreto n. 10.139, de 28 de novembro de 2019](#), disciplinando a revisão e a consolidação dos atos normativos e fixando prazos e procedimentos para sua feitura. Diante desse comando, o Ministério emitiu a [Portaria MDR nº 1.978, de 21 de julho de 2020](#), em que disciplinou o assunto internamente.

3.4. Tendo em vista a edição do referido Decreto, o Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas realizou a contratação de uma consultoria especializada, para auxiliar a Secretaria-Executiva do CNRH na compilação das deliberações e na verificação de conflitos e obsolescências e na proposição uma forma de dar publicidade aos normativos. Instrução está contida no Processo 59000.004561/2021-63.

3.5. Buscando atender o disposto no Decreto nº 10.139, de 2019, em seus arts. 7º, 8º e 9º e à Portaria nº 1.978, de 21 de julho de 2020, em seu art. 4º, a consultoria elaborou, a princípio, os produtos 1 e 2.

3.6. Conforme dispõe o **Parecer nº 2/2021/CGRH/DRHB/SNSH-MDR** (SEI 3325751):

“o Produto 1 do consultor Rodrigo Flecha, conforme estabelecido no Termo de Referência da consultoria n. 11.774, modalidade pessoa física, Edital n.

085/2021, objetivou analisar, a partir da construção de uma matriz relacionando temáticas e critérios analíticos, as deliberações (resoluções, moções e comunicações) já emitidas pelo CNRH, observando o atendimento ao Decreto n. 10.139/2019, fazendo um levantamento, análise e compilação das deliberações e apontando vinculações/relações, conflitos, situação (vigente, revisada, revogada explicitamente, perda de objeto parcial/total e motivação) entre as deliberações e apresentando propostas de encaminhamento (revogação, modificações necessárias, abrangência/aplicabilidade nacional/federal, estratégica ou não para a implementação da GIRH em bacias nacionais, dentre outras).”

3.7. Já o Produto 2, conforme informa o consultor em seu produto (SEI 3468973), tem por objetivo:

“Levantar padrões da administração pública para compilação e disponibilização pública na Internet de normativos, e, à luz do Decreto n.º 10.139/2019, apresentar recomendações/sugestões sobre a revisão e a consolidação das deliberações (resoluções e moções) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.”

3.8. Diante de tais objetivos e concluído o produto 2, esta coordenação emitiu o **parecer nº 3/2021/CGRH/DRHB/SNSH-MDR** (SEI 3390793) em que é informado a sistemática utilizada no produto dois e apresentada uma proposta para o prosseguimento dos trabalhos, como mostra o trecho do parecer:

“1.7. Dessa forma, foram construídos no Produto 02, para cada uma das temáticas adotadas, os Quadros 3 a 16, além do Quadro 17 - **SISTEMATIZAÇÃO FINAL DOS ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS**, na linha da aplicação prática do Decreto n.º 10.139/2019, sendo apresentadas duas alternativas de propostas, a saber:

PLANO A (Aplicação imediata com foco na Revogação), resultando em um total de 73 (setenta e três) Resoluções a serem revogadas imediatamente; e

PLANO B (Aplicação a curto prazo considerando Revogação, Manutenção, Revisão e Consolidação), resultando em um total final de 55 (cinquenta e cinco) Resoluções do CNRH.

1.8. Assim, a consultoria optou **por sugerir a linha da aplicação imediata da Revogação (PLANO A)**, e, para tanto, elaborou uma minuta de Resolução CNRH com a proposta de **Revogação imediata de 73 Resoluções do CNRH (ANEXO VI do Produto 2)**, deixando, para um segundo momento, a adoção do **PLANO B**, ou seja, a continuidade da aplicação do Decreto n.º 10.139/2019. Esta sugestão está sendo avaliada pela Coordenação-Geral de Gestão de Recursos Hídricos e pela Secretaria Executiva do CNRH, que elaborará Parecer de Mérito, nos termos do disposto no art. 32 do Decreto n. 9.191, de 1º de novembro de 2017, fazendo os ajustes que achar pertinente em relação à lista de resoluções passíveis de serem revogadas.”

3.9. Ao final do produto 2 o consultor apresentou uma **proposta de Resolução** (SEI Nº 3469387) contendo a revogação imediata de 73 resoluções. Atualmente a proposta de resolução conta com 77 resoluções a serem revogadas, tendo sido acrescentadas as resoluções nº 110, 119, 131 e 219. Esses quatro normativos se referem à Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Grande, que efetivou o processo de [posse dos membros desse colegiado](#), em 10 de novembro de 2021.

3.10. Informa-se que essa Coordenação está de acordo com a recomendação apresentada pela Consultoria de seguir o **PLANO A**, ou seja, aplicação imediata com foco na Revogação.

3.11. Concluída a análise da minuta pela CGRH restaram dúvidas quanto ao reflexo da revogação das cinco resoluções abaixo listadas, nos decretos que criaram os referidos comitês.

- [Resolução nº 84, de 27 de março de 2008](#), que encaminha à Casa Civil proposta de Decreto que acresce parágrafo único ao art. 1º do Decreto nº 1.842, de 22 de março de 1996, que institui Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP, e dá outras providências;
- [Resolução nº 88, de 04 de junho de 2008](#), que encaminha à Casa Civil proposta de Decreto que altera a ementa e o art. 1º do Decreto nº 1.842, de 22 de março de 1996, que institui Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP;
- [Resolução nº 104, de 17 de dezembro de 2009](#), que aprova a proposta de Decreto que altera o parágrafo único do art. 1º do Decreto de 25 de janeiro de 2002, que institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, localizada nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e dá outras providências;
- [Resolução nº 110, de 13 de abril de 2010](#), que aprova a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, e dá outras providências;
- [Resolução nº 120, de 16 de dezembro de 2010](#), que aprova a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema, e dá outras providências.

3.12. Quanto às demais resoluções, esta coordenação entendeu que estas estão de acordo com os critérios de revogação expressa, tabela 1, previstos

no decreto 10.139 de 2019:

“Art. 8º É obrigatória a revogação expressa de normas:

I - já revogadas tacitamente;

II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo; e

III - vigentes, cuja necessidade ou cujo significado não pôde ser identificado. “

Tabela 1 - LISTA DE NORMATIVOS COM INDICATIVO DE REVOGAÇÃO

RESOLUÇÃO	JUSTIFICATIVA
1- Resolução nº 1, de 5 de novembro de 1998 , que define o cronograma e a metodologia para o processo de alteração do Regimento Interno do CNRH em 1998.	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
2- Resolução nº 2, de 5 de novembro de 1999 , que define o calendário de reuniões ordinárias e extraordinárias do CNRH para o ano de 1999.	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
3- Resolução nº 3, de 10 de junho de 1999 , que institui Grupo de Trabalho que tem por objetivo elaborar propostas de criação de Câmaras Técnicas Permanentes e Provisórias.	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
4- Resolução nº 4, de 10 de junho de 1999 , que institui, em caráter de urgência, as Câmaras Técnicas Permanentes do Plano Nacional de Recursos Hídricos e a de Assuntos Legais e Institucionais;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
5- Resolução nº 6, de 21 de junho de 2000 , que altera a redação do Art. 3º e Art. 4º da Resolução nº 3;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
6- Resolução nº 7, de 21 de junho de 2000 , que institui a Câmara Técnica Permanente de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
7- Resolução nº 8, de 21 de junho de 2000 , que institui a Câmara Técnica Permanente de Análise de Projeto;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
8- Resolução nº 9, de 21 de junho de 2000 , que institui a Câmara Técnica Permanente de Águas Subterrâneas;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
9- Resolução nº 10, de 21 de junho de 2000 , que institui a Câmara Técnica Permanente de Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
10- Resolução nº 11, de 21 de junho de 2000 , que institui a Câmara Técnica Permanente de Ciência e Tecnologia;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
11- Resolução nº 21, de 14 de março de 2002 , que institui a Câmara Técnica Permanente de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
12- Resolução nº 28, de 29 de novembro de 2002 , que prorroga, em caráter excepcional, o prazo para a designação da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
13- Resolução nº 35, de 1 de dezembro de 2003 , que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício de 2004;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
14- Resolução nº 36, de 26 de março de 2004 , que prorroga o prazo de mandato da Diretoria Provisória da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
15- Resolução nº 39, de 26 de março de 2004 , que institui a Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
16- Resolução nº 41, de 02 de julho de 2004 , que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício de	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"

2005.	"I - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
17- Resolução nº 43, de 02 de julho de 2004 , que aprova o Programa de Trabalho e respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do CNRH, para o exercício de 2005;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
18- Resolução nº 45, de 20 de dezembro de 2004 , que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
19- Resolução nº 49, de 21 de março de 2005 , que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício de 2006, e dá outras providências;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
20- Resolução nº 51, de 18 de julho de 2005 , que institui a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
21- Resolução nº 56, de 28 de novembro de 2005 , que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
22- Resolução nº 57, de 30 de janeiro de 2006 , que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
23- Resolução nº 61, de 02 de junho de 2006 , que aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do CNRH, para o exercício de 2007;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
24- Resolução nº 71, de 14 de junho de 2007 , que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício orçamentário de 2008 e no Plano Plurianual 2008 - 2011, e dá outras providências;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
25- Resolução nº 72, de 14 de junho de 2007 , que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
26- Resolução nº 73, de 14 de junho de 2007 , que altera o inciso III do artigo 2º da Resolução CNRH nº 10, de 21 de junho de 2000;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
27- Resolução nº 79, de 10 de dezembro de 2007 , que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
28- Resolução nº 81, de 10 de dezembro de 2007 , que aprova o Programa de Trabalho e a respectiva Proposta Orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para o exercício de 2008;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
29- Resolução nº 82, de 10 de dezembro de 2007 , que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
30- Resolução nº 83, de 10 de dezembro de 2007 , que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
31- Resolução nº 84, de 27 de março de 2008 , que encaminha à Casa Civil proposta de Decreto que acresce parágrafo único ao art. 1º do Decreto nº 1.842, de 22 de março de 1996, que institui Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba do Sul - CEIVAP, e dá outras providências;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
32- Resolução nº 85, de 27 de março de 2008 , que altera a	

Resolução CNRH nº 79, de 10 de dezembro de 2007, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
33- Resolução nº 87, de 04 de junho de 2008 , altera o inciso II do art. 2º da Resolução CNRH nº4, de 10 de junho de 1999, para redefinir as competências da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
34- Resolução nº 88, de 04 de junho de 2008 , que encaminha à Casa Civil proposta de Decreto que altera a ementa e o art. 1º do Decreto nº1.842, de 22 de março de 1996, que institui Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
35- Resolução nº 89, de 04 de junho de 2008 , que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para o exercício de 2009;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
36- Resolução nº 90, de 04 de junho de 2008 , que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inc. II do § 1º do art. 17 da Lei nº9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2009;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
37- Resolução nº 94, de 05 de novembro de 2008 , que altera as competências da CTPNRH, estabelecidas no inciso I do art. 2º da Resolução CNRH nº 4, de 10 de junho de 1999;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
38- Resolução nº 96, de 17 de dezembro de 2008 , que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
39- Resolução nº 102, de 25 de maio de 2009 , que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inciso II do parágrafo 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2010-2011;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
40- Resolução nº 103, de 25 de maio de 2009 , que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para o exercício de 2010;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
41- Resolução nº 104, de 17 de dezembro de 2009 , que aprova a proposta de Decreto que altera o parágrafo único do art. 1º do Decreto de 25 de janeiro de 2002, que institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, localizada nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e dá outras providências;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
42- Resolução nº 105, de 17 de dezembro de 2009 , que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira para o mandato de 1º de dezembro de 2009 a 30 de novembro de 2011;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
43- Resolução nº 110, de 13 de abril de 2010 , que aprova a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, e dá outras providências;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
44- Resolução nº 118, de 16 de dezembro de 2010 , que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para o exercício de 2011;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
45- Resolução nº 119, de 16 de dezembro de 2010 , que	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na

prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande;	previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
46- Resolução nº 120, de 16 de dezembro de 2010 , que aprova a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema, e dá outras providências;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
47- Resolução nº 124, de 29 de junho de 2011 , que cria Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de regulamentação da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
48- Resolução nº 127, de 29 de junho de 2011 , que aprova o Plano de Trabalho e Proposta Orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH/ano 2012;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
49- Resolução nº 130, de 29 de novembro de 2011 , que delega competência ao Instituto BioAtlântica - IBio para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
50- Resolução nº 131, de 20 setembro de 2011 , que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
51- Resolução nº 133, de 14 de dezembro de 2011 , que prorroga os prazos do Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de regulamentação da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, instituído pela Resolução CNRH Nº 124, de 29 de junho de 2011;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
52- Resolução nº 136, de 15 de dezembro de 2011 , que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira - CTCOST para o mandato de 1º de dezembro de 2011 a 30 de novembro de 2013;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
53- Resolução nº 137, 21 de março de 2012 , que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o exercício de 2013;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
54- Resolução nº 139, 21 de março de 2012 , que estabelece a composição e define suplências para a CTPNRH, CTIL e CTEM, para o mandato de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2014, para a CTCOB, para o mandato de 1º de agosto de 2012 a 31 de julho de 2014, e dá providências;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
55- Resolução nº 147, de 13 de dezembro de 2012 , que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água para o período 2013/2015;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
56- Resolução nº 151, de 12 de dezembro de 2012 , aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
57- Resolução nº 154, de 17 de dezembro de 2013 , que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira - CTCOST, para o mandato de 1º de dezembro de 2013 a 30 de novembro de 2015;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
58- Resolução nº 157, 09 de junho de 2014 , que estabelece composição e define a indicação de representações, em ordem progressiva, para eventuais substituições para a CTPNRH, CTIL e CTEM (mandato de 1 de julho de 2014 a 30	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"

de junho de 2016), para a CTCOB (mandato de 1 de agosto de 2014 a 31 de julho de 2016), e dá outras providências;	"I - já revogadas tacitamente"
59- Resolução nº 158, 09 de junho de 2014 , que estabelece procedimentos para a escolha de membros pertencentes à Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
60- Resolução nº 160, de 09 de junho de 2014 , que altera a Resolução nº 146, de 13 de dezembro de 2012, que, entre outros, estabelece a composição da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia - CTCT;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
61- Resolução nº 161, de 15 de dezembro de 2014 , que acrescenta atribuições à Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e extingue o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - GTAAC;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
62- Resolução nº 163, de 15 de dezembro de 2014 , que estabelecer a composição da Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o mandato em curso do Colegiado;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
63- Resolução nº 166, de 29 de junho de 2015 , que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, referidos no inciso II, do § 1º do art. 17, da Lei no 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei no 9.984, de 2000, para os exercícios orçamentários de 2016 e 2017;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
64- Resolução nº 168, de 23 de setembro de 2015 , que prorroga o prazo da delegação de competência ao Instituto BioAtlântica - IBIO para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
65- Resolução nº 169, de 23 de setembro de 2015 , que estabelece a composição da Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o mandato em curso do Colegiado;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
66- Resolução nº 173, de 09 de dezembro de 2015 , que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o exercício de 2016;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
67- Resolução nº 175, de 09 de dezembro de 2015 , que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira CTCOST, para o mandato de 1º de dezembro de 2015 a 30 de novembro de 2017;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
68- Resolução nº 176, de 29 de junho de 2016 , que altera o Anexo da Resolução CNRH nº 152/2013, que trata da composição do Grupo de Acompanhamento da elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
68- Resolução nº 177, de 29 de junho de 2016 , que estabelece composição e define a indicação de representações, em ordem progressiva, para eventuais substituições para a CTPNRH, CTIL e CTEM (mandato de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2018), para a CTCOB (mandato de 1º de agosto de 2016 a 31 de julho de 2018), e dá outras providências;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
70- Resolução nº 179, de 08 de dezembro de 2016 , que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o exercício de 2017;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
71- Resolução nº 189, de 29 de junho de 2017 , que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos	

provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inciso II, do § 1º do art. 17, da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2018; e dá outras providências;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
72- Resolução nº 190, de 19 de dezembro de 2017 , que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o exercício de 2018;	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"
73- Resolução nº 191, de 19 de dezembro de 2017 , que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira - CTCOST, para o mandato de 1º de dezembro de 2017 a 30 de novembro de 2019;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
74- Resolução nº 193, de 08 de março de 2018 , que define os procedimentos de indicação de representantes titulares e suplentes dos Ministérios e de Secretarias Especiais da Presidência da República, dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e institui o Cadastro de Organizações Cíveis de Recursos Hídricos-COREH;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
75- Resolução nº 198, de 28 de junho de 2018 , que estabelece composição e define a indicação de representações, em ordem progressiva, para eventuais substituições para a CTPNRH, CTIL e CTEM (mandato de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2020), para a CTCOB (mandato de 1º de agosto de 2018 a 31 de julho de 2020);	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
76- Resolução nº 206, de 18 de dezembro de 2018 , que estabelece composição e define suplências para a Câmara Técnica de Análise de Projeto - CTAP; Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS; Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia - CTCT; Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços - CTGRHT; e Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR; e dá outras providências;	Já existe novo normativo sobre o tema, enquadrando-o na previsão do art. 8º, I, do Decreto 10.139/2019. "I - já revogadas tacitamente"
77- Resolução nº 219, de 24 de dezembro de 2020 , que aprova a instituição da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, e dá outras providências.	A resolução já cumpriu sua função, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto 10.139/2019. "II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo"

3.13. Diante destas informações e atendendo ao disposto no art. 10, §2º, do Decreto nº 10.139/2019 que enuncia:

"Art. 10. Compete aos titulares dos órgãos e das entidades definir as competências e o detalhamento dos procedimentos para os trabalhos de revisão e consolidação.

§ 1º Cabe ao titular do órgão ou da entidade designar servidor para monitorar os trabalhos de revisão e de consolidação normativa em todas as unidades do órgão ou da entidade.

§ 2º É obrigatória a participação da unidade jurídica do órgão ou da entidade nos trabalhos de revisão e de consolidação de atos normativos de competência de Ministro de Estado ou de colegiado do qual o Ministro de Estado participe."

solicitamos a análise da CONJUR-MDR a fim de avaliar:

I - Se a minuta de Resolução 1 (3469387) apresentada atende aos requisitos jurídicos aplicáveis a ela;

II - Se as revogações propostas pelo PLANO A, em especial aquelas que dizem respeito a aprovação das propostas de instituição dos Comitês de Bacia Hidrográficas (Resoluções CNRH nº 84, 88, 104, 110 e 120), podem prejudicar de alguma forma os decretos que criam os referidos comitês.

3.14. Por oportuno, ainda que o objeto sejam as normas infralegais, solicita-se a revogação do [Decreto de 5 de junho de 2001](#), que instituiu o Comitê das Sub-Bacias Hidrográficas dos Rios Pomba e Muriaé, localizadas nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, e dá outras providências. Justifica-se que o referido Comitê nunca foi constituído e não possui motivação para se efetivar.

4. DOCUMENTOS RELACIONADOS

- 4.1. Relatório Produto 2 (SEI nº 3400521).
- 4.2. Anexo Produto 2 (SEI nº 3400522).
- 4.3. Parecer nº 2/2021/CGRH/DRHB/SNSH-MDR (SEI nº 3325751).
- 4.4. Parecer nº 3/2021/CGRH/DRHB/SNSH-MDR (SEI nº 3390793).

5. CONCLUSÃO

5.1. Trata-se de consulta jurídica sobre a minuta de resolução para atendimento ao disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019. A Consulta visa cumprir a disposição do art. 10, § 2º do referido Decreto que coloca como obrigatória a participação da unidade jurídica do órgão ou da entidade nos trabalhos de revisão e de consolidação de atos normativos de colegiado do qual o Ministro de Estado participe, como é o caso do CNRH.

5.2. A Consulta concentra-se principalmente em adequar a proposta de resolução e fazer a análise do impacto da revogação das resoluções mencionadas na minuta, em especial aquelas em que foram apontadas dúvidas.

5.3. Neste sentido, solicita-se que o presente processo seja encaminhado à Consultoria Jurídica junto ao MDR para manifestação quanto aos questionamentos levantados.

À Consideração Superior,

MARIA EDUARDA RAMOS FIGUEIREDO

Advogada - Estagiária de Nível Superior
CGRH/DRHB/SNSH/MDR

ROSELI DOS SANTOS SOUZA

Coordenadora de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos
CGRH/DRHB/SNSH/MDR

De acordo. Ao Diretor de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas com recomendação de aprovação.

IRANI BRAGA RAMOS

Coordenador-Geral de Gestão de Recursos Hídricos, Substituto
CGRH/DRHB/SNSH/MDR

De acordo. Encaminha-se esse processo administrativo à SNSH para envio à Conjur/MDR.

WILSON RODRIGUES DE MELO JÚNIOR

Diretor de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
DRHB/SNSH/MDR



Documento assinado eletronicamente por **Irani Braga Ramos, Coordenador(a) Geral de Gestão dos Recursos Hídricos**, em 03/12/2021, às 16:03, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Roseli dos Santos Souza, Coordenador(a) Apoio à Gestão de Recursos Hídricos**, em 03/12/2021, às 16:52, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3468955** e o código CRC **2AFE316D**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Resolução Nº xxx , de xxx de xxxxxx de 2021

Declara
a
revogação
expressa
das
normas
consideradas
implicitamente
revogadas
ou cuja
eficácia
ou
validade
encontram-
se
prejudicadas,
nos
termos
do inciso
I, do § 3º,
do art.
14 da Lei
Complementar
nº 95, de
1998, e
dos
artigos
45 a 51
do
Decreto
nº 9.191,
de 1º de
novembro
de 2017,
bem
como do
Decreto

nº
10.139,
de 28 de
novembro
de 2019,
que
dispõe
sobre a
revisão e
a
consolidação
dos atos
normativos
inferiores
a
decreto.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pela Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, pela Resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020, e de acordo com o inciso I, do § 3º, do art. 14 da Lei Complementar nº 95, de 1998, os artigos 45 a 51 do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, bem como com o art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, torna público que, em sua XXXXXXXX Reunião Ordinária, realizada em XXXXXXXX, com base nos elementos constantes do Processo XXXXXXXX, resolve:

Art. 1º Esta Resolução revoga expressamente as normas consideradas implicitamente revogadas ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicadas

Art. 2º Ficam expressamente revogadas as seguintes normas:

I. Resolução nº 1, de 5 de novembro de 1998, que define o cronograma e a metodologia para o processo de alteração do Regimento Interno do CNRH em 1998;

II. Resolução nº 2, de 5 de novembro de 1999, que define o calendário de reuniões ordinárias e extraordinárias do CNRH para o ano de 1999;

III. Resolução nº 3, de 10 de junho de 1999, que institui Grupo de Trabalho que tem por objetivo elaborar propostas de criação de Câmaras Técnicas Permanentes e Provisórias;

IV. Resolução nº 4, de 10 de junho de 1999, que institui, em caráter de urgência, as Câmaras Técnicas Permanentes do Plano Nacional de Recursos Hídricos e a de Assuntos Legais e Institucionais;

V. Resolução nº 6, de 21 de junho de 2000, que altera a redação do Art. 3º e Art. 4º da Resolução nº 3;

VI. Resolução nº 7, de 21 de junho de 2000, que institui a Câmara Técnica Permanente de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras;

VII. Resolução nº 8, de 21 de junho de 2000, que institui a Câmara Técnica Permanente de Análise de Projeto;

VIII. Resolução nº 9, de 21 de junho de 2000, que institui a Câmara Técnica Permanente de Águas Subterrâneas;

IX. Resolução nº 10, de 21 de junho de 2000, que institui a Câmara Técnica Permanente de Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços;

X. Resolução nº 11, de 21 de junho de 2000, que institui a Câmara Técnica Permanente de Ciência e Tecnologia;

XI. Resolução nº 21, de 14 de março de 2002, que institui a Câmara Técnica Permanente de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos;

XII. Resolução nº 28, de 29 de novembro de 2002, que prorroga, em caráter excepcional, o prazo para a designação da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;

XIII. Resolução nº 35, de 1 de dezembro de 2003, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício de 2004;

XIV. Resolução nº 36, de 26 de março de 2004, que prorroga o prazo de mandato da Diretoria Provisória da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;

XV. Resolução nº 39, de 26 de março de 2004, que institui a Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos;

XVI. Resolução nº 41, de 02 de julho de 2004, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício de 2005.

XVII. Resolução nº 43, de 02 de julho de 2004, que aprova o Programa de Trabalho e respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do CNRH, para o exercício de 2005;

XVIII. Resolução nº 45, de 20 de dezembro de 2004, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;

XIX. Resolução nº 49, de 21 de março de 2005, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício de 2006, e dá outras providências;

XX. Resolução nº 51, de 18 de julho de 2005, que institui a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira;

XXI. Resolução nº 56, de 28 de novembro de 2005, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira;

XXII. Resolução nº 57, de 30 de janeiro de 2006, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;

XXIII. Resolução nº 61, de 02 de junho de 2006, que aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do CNRH, para o exercício de 2007;

XXIV. Resolução nº 71, de 14 de junho de 2007, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício orçamentário de 2008 e no Plano Plurianual 2008 - 2011, e dá outras providências;

XXV. Resolução nº 72, de 14 de junho de 2007, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu;

XXVI. Resolução nº 73, de 14 de junho de 2007, que altera o inciso III do artigo 2º da Resolução CNRH nº 10, de 21 de junho de 2000;

XXVII. Resolução nº 79, 10 de dezembro de 2007, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas

Estuarinos e Zona Costeira;

XXVIII. Resolução nº 81, de 10 de dezembro de 2007, que aprova o Programa de Trabalho e a respectiva Proposta Orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para o exercício de 2008;

XXIX. Resolução nº 82, de 10 de dezembro de 2007, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu

XXX. Resolução nº 83, de 10 de dezembro de 2007, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;

XXXI. Resolução nº 84, de 27 de março de 2008, que encaminha à Casa Civil proposta de Decreto que acresce parágrafo único ao art. 1º do Decreto nº 1.842, de 22 de março de 1996, que institui Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP, e dá outras providências;

XXXII. Resolução nº 85, de 27 de março de 2008, que altera a Resolução CNRH nº 79, de 10 de dezembro de 2007, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira;

XXXIII. Resolução nº 87, de 04 de junho de 2008, altera o inciso II do art. 2º da Resolução CNRH nº 4, de 10 de junho de 1999, para redefinir as competências da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais;

XXXIV. Resolução nº 88, de 04 de junho de 2008, que encaminha à Casa Civil proposta de Decreto que altera a ementa e o art. 1º do Decreto nº 1.842, de 22 de março de 1996, que institui Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP;

XXXV. Resolução nº 89, de 04 de junho de 2008, que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para o exercício de 2009;

XXXVI. Resolução nº 90, de 04 de junho de 2008, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inc. II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2009;

XXXVII. Resolução nº 94, de 05 de novembro de 2008, que altera as competências da CTPNRH, estabelecidas no inciso I do art. 2º da Resolução CNRH nº 4, de 10 de junho de 1999;

XXXVIII. Resolução nº 96, de 17 de dezembro de 2008, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu;

XXXIX. Resolução nº 102, de 25 de maio de 2009, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inciso II do parágrafo 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2010-2011;

XL. Resolução nº 103, de 25 de maio de 2009, que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para o exercício de 2010;

XLI. Resolução nº 104, de 17 de dezembro de 2009, que aprova a proposta de Decreto que altera o parágrafo único do art. 1º do Decreto de 25 de janeiro de 2002, que institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, localizada nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e dá outras providências;

XLII. Resolução n° 105, de 17 de dezembro de 2009, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira para o mandato de 1º de dezembro de 2009 a 30 de novembro de 2011;

XLIII. Resolução n° 110, de 13 de abril de 2010, que aprova a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, e dá outras providências;

XLIV. Resolução n° 118, de 16 de dezembro de 2010, que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para o exercício de 2011;

XLV. Resolução n° 119, de 16 de dezembro de 2010, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande;

XLVI. Resolução n° 120, de 16 de dezembro de 2010, que aprova a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema, e dá outras providências;

XLVII. Resolução n° 124, de 29 de junho de 2011, que cria Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de regulamentação da Lei n° 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei n° 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei n° 9.984, de 17 de julho de 2000;

XLVIII. Resolução n° 127, de 29 de junho de 2011, que aprova o Plano de Trabalho e Proposta Orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH/ano 2012;

XLIX. Resolução n° 130, de 29 de novembro de 2011, que delega competência ao Instituto BioAtlântica - IBio para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

L. Resolução n° 131, de 20 setembro de 2011, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande;

LI. Resolução n° 133, de 14 de dezembro de 2011, que prorroga os prazos do Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de regulamentação da Lei n° 12.334, de 20 de setembro de 2010, instituído pela Resolução CNRH N° 124, de 29 de junho de 2011;

LII. Resolução n° 136, de 15 de dezembro de 2011, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST para o mandato de 1º de dezembro de 2011 a 30 de novembro de 2013;

LIII. Resolução n° 137, 21 de março de 2012, que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o exercício de 2013;

LIV. Resolução n° 139, 21 de março de 2012, que estabelece a composição e define suplências para a CTPNRH, CTIL e CTEM, para o mandato de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2014, para a CTCOB, para o mandato de 1º de agosto de 2012 a 31 de julho de 2014, e dá providências;

LV. Resolução n° 147, de 13 de dezembro de 2012, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água para o período 2013/2015;

LVI. Resolução n° 151, de 12 de dezembro de 2012, aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

- LVII. Resolução nº 154, de 17 de dezembro de 2013, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira - CTCOST, para o mandato de 1º de dezembro de 2013 a 30 de novembro de 2015;
- LVIII. Resolução nº 157, 09 de junho de 2014, que estabelece composição e define a indicação de representações, em ordem progressiva, para eventuais substituições para a CTPNRH, CTIL e CTEM (mandato de 1 de julho de 2014 a 30 de junho de 2016), para a CTCOB (mandato de 1 de agosto de 2014 a 31 de julho de 2016), e dá outras providências;
- LIX. Resolução nº 158, 09 de junho de 2014, que estabelece procedimentos para a escolha de membros pertencentes à Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- LX. Resolução nº 160, de 09 de junho de 2014, que altera a Resolução nº 146, de 13 de dezembro de 2012, que, entre outros, estabelece a composição da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia - CTCT;
- LXI. Resolução nº 161, de 15 de dezembro de 2014, que acrescenta atribuições à Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e extingue o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - GTAAC;
- LXII. Resolução nº 163, de 15 de dezembro de 2014, que estabelecer a composição da Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o mandato em curso do Colegiado;
- LXIII. Resolução nº 166, de 29 de junho de 2015, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, referidos no inciso II, do § 1º do art. 17, da Lei no 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei no 9.984, de 2000, para os exercícios orçamentários de 2016 e 2017;
- LXIV. Resolução nº 168, de 23 de setembro de 2015, que prorroga o prazo da delegação de competência ao Instituto BioAtlântica - IBIO para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce;
- LXV. Resolução nº 169, de 23 de setembro de 2015, que estabelece a composição da Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o mandato em curso do Colegiado;
- LXVI. Resolução nº 173, de 09 de dezembro de 2015, que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o exercício de 2016;
- LXVII. Resolução nº 175, de 09 de dezembro de 2015, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira CTCOST, para o mandato de 1º de dezembro de 2015 a 30 de novembro de 2017;
- LXVIII. Resolução nº 176, de 29 de junho de 2016, que altera o Anexo da Resolução CNRH nº 152/2013, que trata da composição do Grupo de Acompanhamento da elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai;
- LXIX. Resolução nº 177, de 29 de junho de 2016, que estabelece composição e define a indicação de representações, em ordem progressiva, para eventuais substituições para a CTPNRH, CTIL e CTEM (mandato de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2018), para a CTCOB (mandato de 1º de agosto de 2016 a 31 de julho de 2018), e dá outras providências;
- LXX. Resolução nº 179, de 08 de dezembro de 2016, que aprova o programa de

trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o exercício de 2017;

LXXI. Resolução nº 189, de 29 de junho de 2017, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inciso II, do § 1º do art. 17, da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2018; e dá outras providências;

LXXII. Resolução nº 190, de 19 de dezembro de 2017, que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o exercício de 2018;

LXXIII. Resolução nº 191, de 19 de dezembro de 2017, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira - CTCOST, para o mandato de 1º de dezembro de 2017 a 30 de novembro de 2019;

LXXIV. Resolução nº 193, de 08 de março de 2018, que define os procedimentos de indicação de representantes titulares e suplentes dos Ministérios e de Secretarias Especiais da Presidência da República, dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e institui o Cadastro de Organizações Civis de Recursos Hídricos-COREH;

LXXV. Resolução nº 198, de 28 de junho de 2018, que estabelece composição e define a indicação de representações, em ordem progressiva, para eventuais substituições para a CTPNRH, CTIL e CTEM (mandato de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2020), para a CTCOB (mandato de 1º de agosto de 2018 a 31 de julho de 2020);

LXXVI. Resolução nº 206, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece composição e define suplências para a Câmara Técnica de Análise de Projeto - CTAP; Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS; Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia - CTCT; Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços - CTGRHT; e Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR; e dá outras providências;

LXXVII. Resolução nº 219, de 24 de dezembro de 2020, que aprova a instituição da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, e dá outras providências.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos a partir de XXXXXXX de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Irani Braga Ramos, Coordenador(a) Geral de Gestão dos Recursos Hídricos**, em 03/12/2021, às 16:03, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3469387** e o código CRC **38CC1855**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas

DESPACHO

Processo nº 59000.023529/2021-87

Ao GAB/SNSH,

1. Encaminho Nota Técnica 49 (3468955), bem como, a Resolução 1 (3469387), os quais aprovo, referente ao pedido de manifestação jurídica quanto a proposta de Resolução do CNRH que revoga os normativos do Colegiado considerados implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicados, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e à Portaria nº 1.978, de 21 de julho de 2020, para apreciação do Secretário Nacional de Segurança Hídrica, e posterior envio à Conjur/MDR.

Atenciosamente,

WILSON RODRIGUES DE MELO JÚNIOR

Diretor de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
DRHB/SNSH/MDR



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior, Diretor de Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas**, em 13/12/2021, às 17:32, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3487183** e o código CRC **D657FD7A**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
DESPACHO

Processo nº 59000.023529/2021-87

À Consultoria Jurídica - CONJUR

1. Trata-se de Resolução do CNRH que propõe revogar os normativos do Colegiado considerados implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicados, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e à Portaria nº 1.978, de 21 de julho de 2020.
2. Considerando o Despacho DRHB (3487183), manifesto concordância com a Nota Técnica nº 49/2021/CGRH/DRHB/SNSH-MDR (3468955), APROVO a Minuta de Resolução 1 (3469387) e encaminho os autos, solicitando análise manifestação jurídica.

[assinado eletronicamente]

SERGIO LUIZ SOARES DE SOUZA COSTA
Secretário Nacional de Segurança Hídrica



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Luiz Soares de Souza Costa, Secretário(a) Nacional de Segurança Hídrica**, em 22/12/2021, às 17:47, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3501781** e o código CRC **2EC8C951**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS HÍDRICOS

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, 8º ANDAR, SALA 828, BRASÍLIA/DF - CEP 70067-900 - TEL.: (61) 2034-5979/5722 - CONJUR@MDR.GOV.BR

PARECER n. 00714/2021/CONJUR-MDR/CGU/AGU

NUP: 59000.023529/2021-87

INTERESSADOS: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E DE REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA
ASSUNTOS: ATIVIDADE FIM

EMENTA: Minuta de Resolução - Revogação expressa das normas consideradas implicitamente revogadas ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicadas – Resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – Decreto nº 10.139, de 2019 – Regularidade – Sugestões apresentadas.

Senhor Coordenador-Geral,

1. Submetida à análise desta Consultoria Jurídica proposta de Minuta de Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, que declara a revogação expressa das normas consideradas implicitamente revogadas ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicadas, nos termos do inciso I, do § 3º, do art. 14 da Lei Complementar nº 95, de 1998, e dos artigos 45 a 51 do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, bem como do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto.

2. Conforme consta dos autos, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH é um órgão colegiado, consultivo e deliberativo, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, criado pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e atualmente regulamentado pelo Decreto nº 10.000, de 03 de setembro de 2019, fazendo parte da estrutura regimental do Ministério do Desenvolvimento Regional-MDR.

3. Informa que em razão da edição do Decreto nº 10.139, de 2019, o MDR emitiu a Portaria MDR nº 1.978, de 21 de julho de 2020, em que disciplinou o assunto internamente; bem como contratou consultoria especializada para auxiliar a Secretaria-Executiva do CNRH na compilação e verificação de conflitos e/ou caducidades de normas.

4. Aduz que, após a conclusão dos trabalhos, a consultoria especializada, em suma, apresentou 2 (dois) produtos relacionados aos objetivos propostos, os quais se consubstanciaram – notadamente, o Produto 2 -, numa proposta de Resolução (SEI nº 3469387), contendo a revogação imediata de 73 resoluções. Verifica-se que, atualmente, a proposta de Resolução, ora sob análise, conta com 77 resoluções a serem revogadas, tendo sido acrescentadas as Resoluções nº 110, 119, 131 e 219; as quais se referem à Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Grande.

5. Os autos vieram instruídos, principalmente, com os seguintes documentos:

- a) Relatório Produto 2 (SEI nº 3468973);
- b) Parecer nº 2/2021/CGRH/DRHB/SNSH-MDR (SEI 3325751);
- c) Nota Técnica nº 49 (SEI nº 3468955);
- c) Minuta de Resolução (SEI nº 3469387);
- e) Despacho DRHB (SEI nº 3487183);
- f) Despacho SNSH s/n (SEI nº 3501781).

6. Desse modo, os autos foram remetidos a esta Consultoria Jurídica, para as análises de estilo, tendo, ainda, a área técnica solicitado a manifestação sobre os seguintes aspectos (SEI nº 3468955):

- a. Se a minuta de Resolução 1 (SEI nº 3469387) apresentada atende aos requisitos jurídicos aplicáveis a ela;
- b. Se as revogações propostas, em especial aquelas que dizem respeito a aprovação das propostas de instituição dos Comitês de Bacia Hidrográficas (Resoluções CNRH nº 84, 88, 104, 110 e 120), podem prejudicar de alguma forma os decretos que criam os referidos comitês.

7. A área técnica sugere, ainda, mesmo que o objeto seja as normas infralegais, “a revogação do Decreto de 5 de junho de 2001, que instituiu o Comitê das Sub-Bacias Hidrográficas dos Rios Pomba e Muriaé, localizadas nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, e dá outras providências. Justifica-se que o referido Comitê nunca foi constituído e não possui motivação para se efetivar”.

8. É o breve relato.

II. APRECIÇÃO

II.1 – Considerações Preliminares

9. Conforme cediço, o regime jurídico de direito público consiste no conjunto de princípios e normas que disciplinam a atividade administrativa para a consecução dos interesses da coletividade. Dessa forma, as prerrogativas e restrições a que se sujeita a Administração Pública constituem mecanismos legais destinados, em primeira e última análise, à garantia do interesse público.

10. Cabe registrar, ademais, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta

Consultoria. Primeiro, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas dos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. Segundo, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. Terceiro, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

11. É nesse sentido o enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia Geral da União:

“A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.”

12. Feitas tais considerações preliminares, cumpre que adentremos nas especificidades do presente caso.

II.2 - Especificidades do caso presente

13. Conforme leciona Marçal Justen Filho^[1], “Regimento é ato administrativo unilateral, normativo, destinado a disciplinar a organização e o funcionamento de órgãos colegiados”. Por seu turno, conforme o mesmo autor, a *Resolução Administrativa* (que não se confunde com a Resolução Legislativa, que possui natureza legal), também se trata de Ato Administrativo de natureza Normativa, tradicionalmente editada por Ministros de Estado^[2] ou Conselhos Administrativos.

14. Por outro lado, a matéria sob análise se insere dentro das atribuições deste Ministério do Desenvolvimento Regional, no exercício de seu poder-dever de orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades sob o seu poder hierárquico, nos termos do art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição da República^[3] e do CNRI, na forma do art. 6º, § 4º, do Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019^[4].

15. In casu, a proposta de resolução apresentada se fulcra, precipuamente, no Decreto nº 10.139, de 2019, editado pelo governo federal, visando diminuir, drasticamente, a grande gama de normas jurídicas administrativas (portarias, resoluções, instruções normativas), inferiores a decreto, muitas das quais, expedidas em duplicidade, e dispondo sobre o mesmo assunto, ou, ainda, sem qualquer serventia.

16. Assim, prevê o Decreto nº 10.139, de 2019, que, **verbis**:

“Art. 8º É obrigatória a revogação expressa de normas:

I - já revogadas tacitamente;

II - cujos efeitos tenham se esgotado no tempo; e

III - vigentes, cuja necessidade ou cujo significado não pôde ser identificado. “

17. Forte nessas premissas, passamos a analisar se a minuta apresentada encontra-se conforme as normas aplicáveis à espécie, notadamente a Lei nº 12.787/2013, o Decreto nº 9.191/2017, e o Manual de Redação da Presidência da República.

II. 2 – DOS FUNDAMENTOS DA PROPOSTA DE RESOLUÇÃO SOB ANÁLISE

18. Conforme se verifica, as alterações propostas encontram-se adequadamente justificadas, sobretudo por meio da r. Nota Técnica nº 49/2021/CGRH/DRHB/SNSH-MDR (SEI nº 3468955), que ressalta, notadamente, os ditames do Decreto nº 10.139, de 2019, que disciplina a revisão e a consolidação dos atos normativos, fixando prazos e procedimentos para tal mister.

19. In casu, foi contratada Consultoria Técnica (Edital nº 085/2021), que ao final dos trabalhos, apresentou 2 (dois) produtos.

20. O Produto 1, que analisou se os atos do CNRH (resoluções, moções e comunicações) obedeceram as disposições do Decreto nº 10.139/2019, apontando vinculações/relações, conflitos, situação (vigência, revogações implícitas, perda de objeto, etc), apresentação de propostas de encaminhamento (revogações, modificações, etc).

21. Quanto ao Produto 2, apresentado por meio do Parecer nº 2/2021/CGRH/DRHB/SNSH-MDR (SEI nº 3325751), e elaborado a partir do Produto 1, que apresentou “resumo da matriz de análise e sistematização de resoluções”, foi realizada uma “sistematização final dos atos normativos infralegais”, na linha da aplicação prática do Decreto nº 10.139/2019. Foram apresentadas, assim, ao final dos trabalhos do Produto 2, duas alternativas à Administração, chamadas de “Plano A” e “Plano B”. A primeira alternativa (Plano A) consiste, em síntese, na possibilidade de revogação imediata de 73 (setenta e três) resoluções do CNRH. Já a segunda alternativa (Plano B) seria a “aplicação a curto prazo considerando Revogação, Manutenção, Revisão e Consolidação” de resoluções, resultando em um total final de 55 (cinquenta e cinco) resoluções do CNRH”.

22. A Consultoria Técnica, responsável pela entrega do Produto 2 (SEI nº 3325751), informa que optou, por hora, por adotar o Plano A (revogação imediata de 73 resoluções do CNRH), sem prejuízo de se adotar, no futuro, também o Plano B, dando, assim, continuidade à aplicação do Decreto nº 10.139/2019

23. Assim é que, como corolário do Produto 2, foi apresentada a proposta de resolução, sob análise (SEI nº 3469387), cujo intuito é a revogação imediata de 77 resoluções, já que acrescentadas à minuta as Resoluções nº 110, 119, 131 e 219; as quais se referem à Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Grande.

24. Frisa-se, ademais, que no tocante às justificativas para a revogação de cada resolução, em espécie, estas se encontram devidamente apresentadas no item 3.12 da r. Nota Técnica nº 49/2021/CGRH/DRHB/SNSH-MDR (SEI nº 3468955), e se consubstanciam em fatos posteriores ocorridos após a edição das normas objeto de revogação. Assim, os motivos apresentados para a revogação de tais normas foram de duas ordens, a saber: normas que já tiveram seus “efeitos jurídicos já esgotados no tempo”, enquadrando-se na previsão do art. 8º, II, do Decreto nº 10.139/2019; ou normas “já revogadas tacitamente”, enquadrando-se na previsão do art. 8º, I, do Decreto nº 10.139/2019.

25. A área técnica, no entanto, suscitou dúvidas no tocante aos critérios de revogação apresentados em relação a 5 (cinco) resoluções, a saber:

- o [Resolução nº 84, de 27 de março de 2008](#), que encaminha à Casa Civil proposta de Decreto que acresce parágrafo

- único ao art. 1º do Decreto nº 1.842, de 22 de março de 1996, que institui Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP, e dá outras providências;
- o [Resolução nº 88, de 04 de junho de 2008](#), que encaminha à Casa Civil proposta de Decreto que altera a ementa e o art. 1º do Decreto nº 1.842, de 22 de março de 1996, que institui Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP;
 - o [Resolução nº 104, de 17 de dezembro de 2009](#), que aprova a proposta de Decreto que altera o parágrafo único do art. 1º do Decreto de 25 de janeiro de 2002, que institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, localizada nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e dá outras providências;
 - o [Resolução nº 110, de 13 de abril de 2010](#), que aprova a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, e dá outras providências;
 - o [Resolução nº 120, de 16 de dezembro de 2010](#), que aprova a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema, e dá outras providências.
26. Nota-se que, em relação às resoluções suso transcritas, a justificativa utilizada para as suas revogações foi a de que as mesmas já teriam tido seus “efeitos jurídicos já exauridos no tempo”, o que as enquadrariam na previsão do art. 8º, II, do Decreto nº 10.139/2019.
27. Já a área técnica, entende que “restaram dúvidas quanto ao reflexo da revogação das cinco resoluções nos decretos que criaram os referidos comitês”.
28. Pelo que se depreende das justificativas apresentadas para a revogação das aludidas 5 (cinco) resoluções (“efeitos jurídicos exauridos”), e pela preocupação da área técnica (“repercussão nos decretos criados em razão das sugestões apresentadas pelas respectivas resoluções”), a dúvida se consubstancia na possibilidade de as revogações provocarem algum efeito jurídico em relação aos respectivos decretos.
29. Ora, entendo, s.m.j., que se uma determinada resolução sugeriu a alteração de algum decreto, a revogação da mesma não teria o condão de, por si só, gerar algum efeito jurídico em relação ao decreto, que somente poderia ser revogado, mediante norma de igual ou superior hierarquia.
30. Nada obstante, não vemos motivo, data venia, para revogar uma resolução, pelo simples fato de que, tendo a mesma sugerido e fundamentado a necessidade de edição de alguma norma – e ter essa norma sido editada – ser a mesma revogada, sob o argumento de que teria já “exaurido os seus efeitos jurídicos”.
31. Veja que, neste caso, a resolução serviu de fundamento para a edição dos respectivos decretos, e as suas permanências, a nosso ver, se justifica uma vez que as mesmas serviram de fundamento para a edição dos decretos a que se referem, e, ainda, por uma questão de transparência administrativa.
32. O exaurimento dos efeitos jurídicos, nesta linha de pensar, também não ocorreria em relação a uma portaria de nomeação de algum servidor público, a partir de sua nomeação?
33. Cremos que, quando a norma diz ser caso de revogação o “exaurimento” da norma, ou “cujos efeitos tenham se exaurido no tempo”, estaria se referindo a uma determinada situação em que, em razão, notadamente, do percurso temporal, e de mudanças na situação fática em que a norma foi expedida, tais como mudança de tecnologia, mudança de interesse e decisão administrativa, etc, a norma tenha se tornado obsoleta, sem finalidade prática. Uma norma que sugeriu a edição ou modificação de um decreto e tendo, inclusive, tal decreto sido expedido e encontrando-se em vigor, não nos parece, s.m.j., se caracterizar como sendo uma norma obsoleta ou com os seus efeitos exauridos. Pelo contrário, ela se encontra vinculada a uma norma superior, que se encontra em vigor; servindo, inclusive, de fundamentação ou justificativa da norma superior.
34. Nesse sentido, a não ser que exista algum outro fundamento para a revogação das resoluções constantes do item 25 desta peça, entendemos, s.m.j., não haver motivo para que as mesmas sejam revogadas, em que pese também entendermos que a revogação das mesmas não afetariam a vigência dos decretos a que fazem alusão. Forte, ainda, nos princípios da transparência e fundamentação dos atos administrativos, sugerimos que as mesmas não sejam revogadas.

II.3 – Dos termos da Minuta sob análise

35. No que se refere aos termos da minuta em questão, vale observar que, em se tratando de elaboração de ato normativo não só as normas constitucionais são de observância obrigatória, mas também a Lei Complementar nº 95/1998, bem como o Decreto nº 9.191/2017, os quais estabelecem normas e diretrizes para a elaboração de atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo Federal.

36. Vale, a propósito, transcrever os seguintes dispositivos do Decreto nº 9.191/2017, que trata da elaboração dos Atos Normativos:

“(…)

Art. 13. A elaboração de atos normativos observará o disposto no Anexo.

Art. 14. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, e observarão o seguinte:

I - para obtenção da clareza:

a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, exceto quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se pode empregar a nomenclatura própria da área sobre a qual se está legislando;

b) usar frases curtas e concisas;

c) construir as orações na ordem direta;

d) evitar preciosismo, neologismo e adjetivação; e

e) buscar a uniformidade do tempo verbal no texto da norma legal e usar, preferencialmente, o presente ou o futuro simples do presente do modo indicativo;

II - para obtenção da precisão:

a) articular a linguagem, comum ou técnica, mais adequada à compreensão do objetivo, do conteúdo e do alcance do ato normativo;

b) expressar a ideia, quando repetida ao longo do texto, por meio das mesmas palavras, e evitar o emprego de sinonímia;

c) evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto;

d) escolher termos que tenham o mesmo significado na maior parte do território nacional, de modo a evitar o uso de expressões locais ou regionais;

e) quanto ao uso de sigla ou acrônimo:

1. não utilizar para designar órgãos da administração pública direta;
 2. para entidades da administração pública indireta, utilizar apenas se previsto em lei;
 3. não utilizar para designar ato normativo;
 4. usar apenas se consagrado pelo uso geral e não apenas no âmbito de setor da administração pública ou de grupo social específico; e
 5. na primeira menção, utilizar acompanhado da explicitação de seu significado;
 - f) indicar, expressamente, o dispositivo objeto de remissão, por meio do emprego da abreviatura “art.”, seguida do número correspondente, ordinal ou cardinal;
 - g) utilizar as conjunções “e” ou “ou” no penúltimo inciso, alínea ou item, conforme a sequência de dispositivos seja, respectivamente, cumulativa ou disjuntiva;
 - h) grafar por extenso as referências a números e percentuais, exceto data, número de ato normativo e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto;
 - i) expressar valores monetários em algarismos arábicos, seguidos de sua indicação por extenso entre parênteses;
 - j) grafar as datas das seguintes formas:
 1. “4 de março de 1998”; e
 2. “1º de maio de 1998”;
 - k) grafar a remissão aos atos normativos das seguintes formas:
 1. “Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990”, na ementa, no preâmbulo e na primeira remissão no corpo da norma; e
 2. “Lei nº 8.112, de 1990”, nos demais casos;
 - l) grafar a indicação do ano sem o ponto entre as casas do milhar e da centena; e
- III - para a obtenção da ordem lógica:
- a) reunir sob as categorias de agregação – livro, título, capítulo, seção e subseção – apenas as disposições relacionadas com a matéria nelas especificada;
 - b) restringir o conteúdo de cada artigo a um único assunto ou princípio;
 - c) expressar, por meio dos parágrafos, os aspectos complementares à norma enunciada **nocaput** do artigo e as exceções à regra por esse estabelecida; e
 - d) promover as discriminações e as enumerações por meio dos incisos, das alíneas e dos itens.

Articulação e formatação

Art. 15. O texto da proposta de ato normativo observará as seguintes regras:

- I - a unidade básica de articulação é o artigo, indicado pela abreviatura “Art.”, seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal, acompanhada de ponto, a partir do décimo;
- II - a numeração do artigo é separada do texto por dois espaços em branco, sem traços ou outros sinais;
- III - o texto do artigo inicia-se com letra maiúscula e termina com ponto ou, nos casos em que se desdobrar em incisos, com dois-pontos;
- IV - o artigo desdobra-se em parágrafos ou em incisos e o parágrafo, em incisos;
- V - o parágrafo único é indicado pela expressão “Parágrafo único”, seguida de ponto e separada do texto normativo por dois espaços em branco;
- VI - os parágrafos são indicados pelo símbolo “§”, seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal, acompanhada de ponto, a partir do décimo;
- VII - a numeração do parágrafo é separada do texto por dois espaços em branco, sem traços ou outros sinais;
- VIII - o texto do parágrafo único e dos parágrafos inicia-se com letra maiúscula e termina com ponto ou, nos casos em que se desdobrar em incisos, com dois-pontos;
- IX - os incisos são indicados por algarismos romanos seguidos de hífen, separado do algarismo e do texto por um espaço em branco;
- X - o texto do inciso inicia-se com letra minúscula, exceto quando se tratar de nome próprio, e termina com:
 - a) ponto-e-vírgula;
 - b) dois pontos, quando se desdobrar em alíneas; ou
 - c) ponto, caso seja o último;
- XI - o inciso desdobra-se em alíneas, indicadas com letra minúscula na sequência do alfabeto e acompanhada de parêntese, separado do texto por um espaço em branco;
- XII - o texto da alínea inicia-se com letra minúscula, exceto quando se tratar de nome próprio, e termina com:
 - a) ponto-e-vírgula;
 - b) dois-pontos, quando se desdobrar em itens; ou
 - c) ponto, caso seja a última e anteceda artigo ou parágrafo;
- XIII - a alínea desdobra-se em itens, indicados por algarismos arábicos, seguidos de ponto e separados do texto por um espaço em branco;
- XIV - o texto do item inicia-se com letra minúscula, exceto quando se tratar de nome próprio, e termina com:
 - a) ponto-e-vírgula; ou
 - b) ponto, caso seja o último e anteceda artigo ou parágrafo;
- XV - os artigos podem ser agrupados em capítulos;
- XVI - os capítulos podem ser subdivididos em seções, e as seções em subseções;
- XVII - no caso de códigos, os capítulos podem ser agrupados em títulos, os títulos em livros, e os livros em partes;
- XVIII - os capítulos, os títulos, os livros e as partes são grafados em letras maiúsculas e identificados por algarismos romanos;
- XIX - a parte pode ser subdividida em parte geral e em parte especial, ou em partes expressas em numeral ordinal, por extenso;
- XX - as subseções e as seções são indicadas por algarismos romanos, grafadas em letras minúsculas e em negrito;
- XXI - os agrupamentos a que se refere o inciso XV podem ser subdivididos em “Disposições Preliminares”, “Disposições Gerais”, “Disposições Finais” e “Disposições Transitórias”;

XXII - na formatação do texto do ato normativo, utiliza-se:

- a) fonte Calibri, corpo 12;
- b) margem lateral esquerda de dois centímetros de largura;
- c) margem lateral direita de um centímetro de largura; e
- d) espaçamento simples entre linhas e de seis pontos após cada parágrafo, com uma linha em branco acrescida antes de cada parte, livro, título ou capítulo;

XXIII - na formatação do texto do ato normativo não se utiliza texto em itálico, sublinhado, tachado ou qualquer forma de caracteres ou símbolos não imprimíveis;

XXIV - os arquivos eletrônicos dos atos normativos são configurados para o tamanho A4 (duzentos e noventa e sete milímetros de altura por duzentos e dez milímetros de largura);

XXV - as palavras e as expressões em latim ou em língua estrangeira são grafadas em negrito;

XXVI - a epígrafe, formada pelo título designativo da espécie normativa e pela data de promulgação, é grafada em letras maiúsculas, sem negrito, de forma centralizada; e

XXVII - a ementa é alinhada à direita da página, com nove centímetros de largura.

Parágrafo único. Poderá ser adotada a especificação temática do conteúdo de grupo de artigos ou de um artigo mediante denominação que preceda o dispositivo, grafada em letras minúsculas em negrito, alinhada à esquerda, sem numeração.

Alteração de atos normativos

Art. 16. A alteração de ato normativo será realizada por meio:

- I - de reprodução integral em um só texto, quando se tratar de alteração considerável;
- II - de revogação parcial; ou
- III - de substituição, supressão ou acréscimo de dispositivo.

§ 1º A Alteração de dispositivo de medida provisória editada anteriormente à [Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001](#), será realizada por meio da edição de novo ato e da revogação dos dispositivos relacionados ao tema que constem da referida medida provisória.

§ 2º Não será realizada alteração de dispositivo de medida provisória editada posteriormente à Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Art. 17. Na alteração de ato normativo, as seguintes regras serão observadas:

- I - o texto de cada artigo acrescido ou alterado será transcrito entre aspas, seguido da indicação de nova redação, representada pela expressão “(NR)”;
- II - a expressão “revogado”, ou outra equivalente, não será incluída no corpo da nova redação;
- III - a renumeração de parágrafo ou de unidades superiores a parágrafo é vedada;
- IV - a renumeração de incisos e de unidades inferiores a incisos é permitida se for inconveniente o acréscimo da nova unidade ao final da sequência;
- V - o aproveitamento de número ou de letra de dispositivo revogado, vetado, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal ou cuja execução tenha sido suspensa pelo Senado Federal, nos termos do [art. 52, caput, inciso X, da Constituição](#), é vedado; e
- VI - nas hipóteses previstas no inciso III do **caput** do art. 16:

a) o ato normativo a ser alterado deverá ser mencionado pelo título designativo da espécie normativa e pela sua data de promulgação, seguidos da expressão “passa a vigorar com as seguintes alterações”, sem especificação dos artigos ou subdivisões de artigo a serem acrescidos ou alterados;

b) na alteração parcial de artigo, os dispositivos que não terão o seu texto alterado serão substituídos por linha pontilhada; e

c) a utilização de linha pontilhada será obrigatória para indicar a manutenção de dispositivo em vigor e observará o seguinte:

- 1. no caso de manutenção do texto do **caput**, a linha pontilhada empregada será precedida da indicação do artigo a que se refere;
- 2. no caso de manutenção do texto do **caput** e do dispositivo subsequente, duas linhas pontilhadas serão empregadas e a primeira linha será precedida da indicação do artigo a que se refere;
- 3. no caso de alteração do texto de unidade inferior dentro de unidade superior do artigo, a linha pontilhada empregada será precedida da indicação do dispositivo a que se refere; e
- 4. a inexistência de linha pontilhada não dispensará a revogação expressa de parágrafo.

Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos III e IV do **caput**, caso seja necessária a inserção de novos dispositivos no ato normativo, será utilizado, separados por hífen, o número ou a letra do dispositivo imediatamente anterior acrescido de letras maiúsculas, em ordem alfabética, tantas quantas forem necessárias para identificar os acréscimos.

Cláusula de revogação

Art. 18. A cláusula de revogação relacionará, de forma expressa, todas as disposições que serão revogadas.

§ 1º A expressão “revogam-se as disposições em contrário” não será utilizada.

§ 2º No caso de normas anteriormente alteradas, a revogação expressa incluirá os dispositivos modificados e os dispositivos da norma alteradora.

§ 3º A cláusula de revogação será subdividida em incisos quando se tratar:

- I - de mais de um ato normativo; ou
- II - de dispositivos não sucessivos de um mesmo ato normativo.

Vigência e vacatio legis

Art. 19. O texto da proposta indicará, de forma expressa, a vigência do ato normativo.

Art. 20. A **vacatio legis** ou a postergação da produção de efeitos será prevista nos atos normativos:

- I - de maior repercussão;
- II - que demandem tempo para esclarecimentos ou exijam medidas de adaptação pela população;
- III - que exijam medidas administrativas prévias para a aplicação de modo ordenado; ou
- IV - em que não convenha a produção de efeitos antes da edição de ato normativo inferior ainda não publicado.

Art. 21. Na hipótese de **vacatio legis**, a cláusula de vigência terá a seguinte redação:

I - “Esta Lei entra em vigor [número cardinal por extenso] dias após a data de sua publicação”;

II - “Esta Lei entra em vigor no [número ordinal por extenso] dia do [número ordinal por extenso] mês após a data de sua publicação”; ou

III - “Este Decreto entra em vigor em [data por extenso]”.

§ 1º Para estabelecer a **vacatio legis**, serão considerados:

I - o prazo necessário para amplo conhecimento pelos destinatários;

II - o tempo necessário à adaptação da administração pública e dos particulares aos novos procedimentos, regras e exigências; e

III - o período do mês, do ano ou da semana mais adequado para a adaptação às novas regras.

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do **caput**, o primeiro dia do mês será utilizado, preferencialmente, como data de entrada em vigor de atos normativos.

§ 3º Para a data de entrada em vigor de atos normativos que tratem de organização administrativa, serão priorizados os dias úteis.

CAPÍTULO IV

COMPETÊNCIA PARA PROPOR E EXAMINAR PROPOSTAS DE ATOS NORMATIVOS

Competência para propor

Art. 22. Incumbe aos Ministros de Estado a proposição de atos normativos, conforme as áreas de competências dos órgãos.

(...)”

37. Assim, a Resolução sob análise, encontram-se, em geral, em consonância com as normas do Decreto nº 9.191/2017 suso transcrito e demais normas aplicáveis à espécie.

38. Nada obstante, além das sugestões constantes nesta peça, notadamente, no item 34, cumpre observar que, quanto ao aspecto formal, a minuta apresentada não se encontra dentro dos parâmetros necessários, devendo, pois, a área técnica observar tais parâmetros, inclusive relacionados à gramática, pontuação e formatação do texto.

II.4 - Do Parecer de Mérito/Recursos Orçamentários

39. Cumpre observar, ademais, que o parecer de mérito (no caso Nota Técnica) deve, nos termos do art. 32, do decreto suso transcrito, conter, dentre outras, as informações relacionadas a eventual impacto financeiro da norma proposta, ou declaração negativa, sobre tal impacto:

“Art. 32. O parecer de mérito conterá:

I - a análise do problema que o ato normativo visa a solucionar;

II - os objetivos que se pretende alcançar;

III - a identificação dos atingidos pelo ato normativo;

IV - quando couber, a estratégia e o prazo para implementação;

V - na hipótese de a proposta implicar renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:

a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, da qual deverá constar, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicará:

1. se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e

2. a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e

b) a declaração de que a medida apresenta:

1. adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e (...)”.

40. No mais, nenhuma observação temos a fazer.

III. CONCLUSÃO

41. **Ante o exposto**, examinando-se exclusivamente os aspectos jurídico-formais, e destacando-se o caráter meramente opinativo deste Parecer, entende-se pela viabilidade jurídica da minuta de Resolução sob análise, desde que cumpridas as recomendações expostas nos itens 34, 38 e 39, desta peça.

42. Por fim, sugere-se, ao final, o encaminhamento do processo à SNSH para ciência e adoção das providências cabíveis.

À consideração superior.

[1] In Curso de Direito Administrativo, 2ª edição, Ed. Saraiva, p. 217.

[2] Op. Cit., p. 217.

[3] Art. 87. Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

Parágrafo único. Compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei:

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República;

[4] Art. 6º (...)

(...)

§ 4º O Conselho Nacional de Recursos Hídricos se manifestará por meio de:

I - resolução;

À consideração superior.

Brasília, 29 de dezembro de 2021.

PAULO ÁLVARES BABILÔNIA
ADVOGADO DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 59000023529202187 e da chave de acesso 1622a5d0



Documento assinado eletronicamente por PAULO ALVARES BABILONIA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 795293792 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): PAULO ALVARES BABILONIA. Data e Hora: 29-12-2021 16:40. Número de Série: 30630388273907726973688853955. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS HÍDRICOS

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, 8º ANDAR, SALA 828, BRASÍLIA/DF - CEP 70067-900 - TEL.: (61) 2034-5979/5722 - CONJUR@MDR.GOV.BR

DESPACHO n. 01435/2021/CONJUR-MDR/CGU/AGU

NUP: 59000.023529/2021-87

INTERESSADOS: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E DE REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA

ASSUNTOS: ATIVIDADE FIM

1. Encontro-me de acordo como os termos do Parecer n. 00714/2021/CONJUR-MDR/CGU/AGU, proferido nos autos do processo em epígrafe.
2. À Coordenação de Apoio Técnico e Administrativo para fins de posterior restituição dos autos, **com urgência**, à Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, conforme proposto.

Brasília, 30 de dezembro de 2021.

MARCELO EDUARDO MELO BARRETO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO SUBSTITUTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 59000023529202187 e da chave de acesso 1622a5d0



Documento assinado eletronicamente por MARCELO EDUARDO MELO BARRETO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 795297924 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MARCELO EDUARDO MELO BARRETO. Data e Hora: 30-12-2021 10:29. Número de Série: 49906031787313044759976516647. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Coordenação de Procedimentos Administrativos

DESPACHO

Processo nº 59000.023529/2021-87

Ao Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias
Hidrográficas - DRHB/SNSH

1. Encaminho, para análise e providências cabíveis, Parecer - Jurídico n. 00714/2021/CONJUR-MDR/CGU/AGU (3536473), referente à análise da Minuta de Resolução CNRH - Revogação expressa das normas consideradas implicitamente revogada.

KAMILLA RAMALHO DA SILVA

Coordenadora



Documento assinado eletronicamente por **Kamilla Ramalho da Silva, Coordenadora de Procedimentos Administrativos**, em 31/12/2021, às 13:00, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3538369** e o código CRC **974894C9**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas

DESPACHO

Processo nº 59000.023529/2021-87

À CGRH,

1. Encaminhado, para análise e providências cabíveis, Parecer - Jurídico n. 00714/2021/CONJUR-MDR/CGU/AGU (3536473), referente à análise da Minuta de Resolução CNRH - Revogação expressa das normas consideradas implicitamente revogada.

Atenciosamente,

WILSON RODRIGUES DE MELO JÚNIOR

Diretor de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
DRHB/SNSH/MDR



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior, Diretor de Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas**, em 05/01/2022, às 16:48, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3540996** e o código CRC **736A0F52**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas

DESPACHO

Processo nº 59000.023529/2021-87

À Secretaria Executiva do CNRH,

Assunto: Manifestação jurídica quanto a proposta de Resolução do CNRH que revoga os normativos do Colegiado considerados implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicados, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e à Portaria nº 1.978, de 21 de julho de 2020.

1. Em atenção ao Despacho DRHB (3540996), encaminho, para análise e providências cabíveis, Parecer - Jurídico n. 00714/2021/CONJUR-MDR/CGU/AGU (3536473), referente à análise da Minuta de Resolução CNRH - Revogação expressa das normas consideradas implicitamente revogada.
2. Conforme recomendação da Conjur/MDR, opinou-se pela viabilidade jurídica da minuta de Resolução sob análise, desde que cumpridas as recomendações expostas nos itens 34, 38 e 39, desta peça.
3. Neste sentido, solicito que a resolução, após ajustes, seja encaminhada para inclusão na pauta da próxima plenária do CNRH, em consonância com o Plano de Ação para atendimento do disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e à Portaria nº 1.978, de 21 de julho de 2020.

Atenciosamente,

ANDERSON FELIPE DE MEDEIROS BEZERRA
Coordenador-Geral de Gestão de Recursos Hídricos
CGRH/DRHB/SNSH/MDR



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Felipe Medeiros Bezerra**,
Coordenador(a) Geral de Gestão dos Recursos Hídricos, em 06/01/2022, às 09:39, com
fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
3546313 e o código CRC **E82D8342**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Conselho Nacional de Recursos Hídricos

RESOLUÇÃO Nº XXX, DE XX DE XXXX DE 2022

Declara a revogação expressa das normas consideradas implicitamente revogadas ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicadas.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pela Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, e pelo seu Regimento Interno, e de acordo com o inciso I, do § 3º, do art. 14 da Lei Complementar nº 95, de 1998, os artigos 45 a 51 do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, bem como com o art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, torna público que em sua XXXXXXXX Reunião Ordinária, realizada em XXXXXXXX, com base nos elementos constantes do Processo 59000.023529/2021-87, resolve:

Art. 1º Esta Resolução revoga expressamente as normas consideradas implicitamente revogadas ou cuja eficácia ou validade encontra-se prejudicada.

Art. 2º Ficam expressamente revogadas as seguintes normas:

I - Resolução nº 1, de 5 de novembro de 1998, que define o cronograma e a metodologia para o processo de alteração do Regimento Interno do CNRH em 1998;

II - Resolução nº 2, de 5 de novembro de 1999, que define o calendário de reuniões ordinárias e extraordinárias do CNRH para o ano de 1999;

III - Resolução nº 3, de 10 de junho de 1999, que institui Grupo de Trabalho que tem por objetivo elaborar propostas de criação de Câmaras Técnicas Permanentes e Provisórias;

IV - Resolução nº 4, de 10 de junho de 1999, que institui, em caráter de urgência, as Câmaras Técnicas Permanentes do Plano Nacional de Recursos Hídricos e a de Assuntos Legais e Institucionais;

V - Resolução nº 6, de 21 de junho de 2000, que altera a redação do Art. 3º e Art. 4º da Resolução nº 3;

VI - Resolução nº 7, de 21 de junho de 2000, que institui a Câmara

Técnica Permanente de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras;

VII - Resolução nº 8, de 21 de junho de 2000, que institui a Câmara Técnica Permanente de Análise de Projeto;

VIII - Resolução nº 9, de 21 de junho de 2000, que institui a Câmara Técnica Permanente de Águas Subterrâneas;

IX - Resolução nº 10, de 21 de junho de 2000, que institui a Câmara Técnica Permanente de Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços;

X - Resolução nº 11, de 21 de junho de 2000, que institui a Câmara Técnica Permanente de Ciência e Tecnologia;

XI - Resolução nº 21, de 14 de março de 2002, que institui a Câmara Técnica Permanente de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos;

XII - Resolução nº 28, de 29 de novembro de 2002, que prorroga, em caráter excepcional, o prazo para a designação da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;

XIII - Resolução nº 35, de 1 de dezembro de 2003, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício de 2004;

XIV - Resolução nº 36, de 26 de março de 2004, que prorroga o prazo de mandato da Diretoria Provisória da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;

XV - Resolução nº 39, de 26 de março de 2004, que institui a Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos;

XVI - Resolução nº 41, de 02 de julho de 2004, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício de 2005;

XVII - Resolução nº 43, de 02 de julho de 2004, que aprova o Programa de Trabalho e respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do CNRH, para o exercício de 2005;

XVIII - Resolução nº 45, de 20 de dezembro de 2004, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;

XIX - Resolução nº 49, de 21 de março de 2005, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício de 2006, e dá outras providências;

XX - Resolução nº 51, de 18 de julho de 2005, que institui a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira;

XXI - Resolução nº 56, de 28 de novembro de 2005, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira;

XXII - Resolução nº 57, de 30 de janeiro de 2006, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;

XXIII - Resolução nº 61, de 02 de junho de 2006, que aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria

Executiva do CNRH, para o exercício de 2007;

XXIV - Resolução nº 71, de 14 de junho de 2007, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício orçamentário de 2008 e no Plano Plurianual 2008 - 2011, e dá outras providências;

XXV - Resolução nº 72, de 14 de junho de 2007, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu;

XXVI - Resolução nº 73, de 14 de junho de 2007, que altera o inciso III do artigo 2º da Resolução CNRH nº 10, de 21 de junho de 2000;

XXVII - Resolução nº 79, 10 de dezembro de 2007, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira;

XXVIII - Resolução nº 81, de 10 de dezembro de 2007, que aprova o Programa de Trabalho e a respectiva Proposta Orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para o exercício de 2008;

XXIX - Resolução nº 82, de 10 de dezembro de 2007, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu;

XXX - Resolução nº 83, de 10 de dezembro de 2007, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;

XXXI - Resolução nº 85, de 27 de março de 2008, que altera a Resolução CNRH nº 79, de 10 de dezembro de 2007, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira;

XXXII - Resolução nº 87, de 04 de junho de 2008, altera o inciso II do art. 2º da Resolução CNRH nº 4, de 10 de junho de 1999, para redefinir as competências da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais;

XXXIII - Resolução nº 89, de 04 de junho de 2008, que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para o exercício de 2009;

XXXIV - Resolução nº 90, de 04 de junho de 2008, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inc. II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2009;

XXXV - Resolução nº 94, de 05 de novembro de 2008, que altera as competências da CTPNRH, estabelecidas no inciso I do art. 2º da Resolução CNRH nº 4, de 10 de junho de 1999;

XXXVI - Resolução nº 96, de 17 de dezembro de 2008, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu;

XXXVII - Resolução nº 102, de 25 de maio de 2009, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inciso II do parágrafo 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2010-2011;

XXXVIII - Resolução nº 103, de 25 de maio de 2009, que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para o exercício de 2010;

XXXIX - Resolução nº 105, de 17 de dezembro de 2009, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira para o mandato de 1º de dezembro de 2009 a 30 de novembro de 2011;

XL - Resolução nº 118, de 16 de dezembro de 2010, que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para o exercício de 2011;

XLI - Resolução nº 119, de 16 de dezembro de 2010, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande;

XLII - Resolução nº 124, de 29 de junho de 2011, que cria Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de regulamentação da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000;

XLII - Resolução nº 127, de 29 de junho de 2011, que aprova o Plano de Trabalho e Proposta Orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH/ano 2012;

XLIII - Resolução nº 130, de 29 de novembro de 2011, que delega competência ao Instituto BioAtlântica - IBio para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

XLIV - Resolução nº 131, de 20 setembro de 2011, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande;

XLV - Resolução nº 133, de 14 de dezembro de 2011, que prorroga os prazos do Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de regulamentação da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, instituído pela Resolução CNRH Nº 124, de 29 de junho de 2011;

XLVI - Resolução nº 136, de 15 de dezembro de 2011, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira - CTCOST para o mandato de 1º de dezembro de 2011 a 30 de novembro de 2013;

XLVII - Resolução nº 137, 21 de março de 2012, que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o exercício de 2013;

XLVIII - Resolução nº 139, 21 de março de 2012, que estabelece a composição e define suplências para a CTPNRH, CTIL e CTEM, para o mandato de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2014, para a CTCOB, para o mandato de 1º de agosto de 2012 a 31 de julho de 2014, e dá providências;

XLIX - Resolução nº 147, de 13 de dezembro de 2012, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água para o período 2013/2015;

L - Resolução nº 151, de 12 de dezembro de 2012, aprova o Regimento

Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

LI - Resolução nº 154, de 17 de dezembro de 2013, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira - CTCOST, para o mandato de 1º de dezembro de 2013 a 30 de novembro de 2015;

LII - Resolução nº 157, 09 de junho de 2014, que estabelece composição e define a indicação de representações, em ordem progressiva, para eventuais substituições para a CTPNRH, CTIL e CTEM (mandato de 1 de julho de 2014 a 30 de junho de 2016), para a CTCOB (mandato de 1 de agosto de 2014 a 31 de julho de 2016), e dá outras providências;

LIII - Resolução nº 158, 09 de junho de 2014, que estabelece procedimentos para a escolha de membros pertencentes à Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

LIV - Resolução nº 160, de 09 de junho de 2014, que altera a Resolução nº 146, de 13 de dezembro de 2012, que, entre outros, estabelece a composição da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia - CTCT;

LV - Resolução nº 161, de 15 de dezembro de 2014, que acrescenta atribuições à Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e extingue o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - GTAAC;

LVI - Resolução nº 163, de 15 de dezembro de 2014, que estabelecer a composição da Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o mandato em curso do Colegiado;

LVII - Resolução nº 166, de 29 de junho de 2015, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, referidos no inciso II, do § 1º do art. 17, da Lei no 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei no 9.984, de 2000, para os exercícios orçamentários de 2016 e 2017;

LVIII - Resolução nº 168, de 23 de setembro de 2015, que prorroga o prazo da delegação de competência ao Instituto BioAtlântica - IBIO para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

LIX - Resolução nº 169, de 23 de setembro de 2015, que estabelece a composição da Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o mandato em curso do Colegiado;

LXI - Resolução nº 173, de 09 de dezembro de 2015, que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o exercício de 2016;

LXII - Resolução nº 175, de 09 de dezembro de 2015, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira CTCOST, para o mandato de 1º de dezembro de 2015 a 30 de novembro de 2017;

LXIII - Resolução nº 176, de 29 de junho de 2016, que altera o Anexo da Resolução CNRH nº 152/2013, que trata da composição do Grupo de Acompanhamento da elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai;

LXIV - Resolução nº 177, de 29 de junho de 2016, que estabelece composição e define a indicação de representações, em ordem progressiva, para eventuais substituições para a CTPNRH, CTIL e CTEM (mandato de 1º de julho de

2016 a 30 de junho de 2018), para a CTCOB (mandato de 1º de agosto de 2016 a 31 de julho de 2018), e dá outras providências;

LXV - Resolução nº 179, de 08 de dezembro de 2016, que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o exercício de 2017;

LXVI - Resolução nº 189, de 29 de junho de 2017, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inciso II, do § 1º do art. 17, da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2018; e dá outras providências;

LXVII - Resolução nº 190, de 19 de dezembro de 2017, que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o exercício de 2018;

LXVIII - Resolução nº 191, de 19 de dezembro de 2017, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira - CTCOST, para o mandato de 1º de dezembro de 2017 a 30 de novembro de 2019;

LXIX - Resolução nº 193, de 08 de março de 2018, que define os procedimentos de indicação de representantes titulares e suplentes dos Ministérios e de Secretarias Especiais da Presidência da República, dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e institui o Cadastro de Organizações Cíveis de Recursos Hídricos-COREH;

LXX - Resolução nº 198, de 28 de junho de 2018, que estabelece composição e define a indicação de representações, em ordem progressiva, para eventuais substituições para a CTPNRH, CTIL e CTEM (mandato de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2020), para a CTCOB (mandato de 1º de agosto de 2018 a 31 de julho de 2020);

LXXI - Resolução nº 206, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece composição e define suplências para a Câmara Técnica de Análise de Projeto - CTAP; Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS; Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia - CTCT; Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços - CTGRHT; e Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR; e dá outras providências; e

LXXII - Resolução nº 219, de 24 de dezembro de 2020, que aprova a instituição da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, e dá outras providências.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Roseli dos Santos Souza, Coordenador(a) Apoio à Gestão de Recursos Hídricos**, em 11/01/2022, às 17:47, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3552873** e o código CRC **42893531**.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos

Nota Técnica nº 2/2021/CGRH/DRHB/SNSH-MDR

PROCESSO Nº 59000.023529/2021-87

1. ASSUNTO

1.1. Adequação da proposta de Resolução do CNRH que revoga expressamente as normas consideradas implicitamente revogadas ou cuja eficácia ou validade encontra-se prejudicada, que consta no Processo nº 59000.023529/2021-87, para atender as recomendações da Consultoria Jurídica junto ao MDR, constantes do parecer n. 00714/2021/CONJUR-MDR/CGU/AGU.

2. REFERÊNCIAS

2.1. [Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#) - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

2.2. [Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019](#) - Dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a estrutura organizacional e o funcionamento.

2.3. [Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019](#) - Dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto.

2.4. [Decreto nº 10.310, de 2 de abril de 2020](#) - Altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, o Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.229, de 5 de fevereiro de 2020, para adiar prazos e etapas que estabelecem.

2.5. [Decreto nº 10.776, de 24 de agosto de 2021](#) - Altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto.

2.6. [Portaria nº 1.978, de 21 de julho de 2020](#) - Dispõe sobre o procedimento de revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a decreto no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional.

2.7. **Nota Técnica nº 49/2021/CGRH/DRHB/SNSH-MDR** (SEI 3468955) - Solicita manifestação jurídica quanto a minuta de Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH que revoga os normativos do Colegiado considerados implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicados, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e à Portaria nº 1.978, de 21 de julho de 2020.

2.8. **Parecer n. 00714/2021/CONJUR-MDR/CGU/AGU** (SEI 3536473) -

Análise da Consultoria Jurídica acerca da proposta de Minuta de Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH , que declara a revogação expressa das normas consideradas implicitamente revogadas ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicadas.

3. FUNDAMENTAÇÃO E ANÁLISE

3.1. Trata-se da minuta de Resolução que tem por finalidade declarar a revogação expressa das normas consideradas implicitamente revogadas ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicadas, nos termos do inciso I, do § 3º, do art. 14 da Lei Complementar nº 95, de 1998, e dos artigos 45 a 51 do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, bem como do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto.

3.2. Todo o histórico referente à proposta de resolução está relatado na **Nota Técnica nº 49/2021/CGRH/DRHB/SNSH-MDR (3468955)** e nos documentos nesta apontados.

3.3. Destacamos o disposto no art. 10, §2º, do Decreto nº 10.139/2019, que enuncia:

“Art. 10. Compete aos titulares dos órgãos e das entidades definir as competências e o detalhamento dos procedimentos para os trabalhos de revisão e consolidação.

§ 1º Cabe ao titular do órgão ou da entidade designar servidor para monitorar os trabalhos de revisão e de consolidação normativa em todas as unidades do órgão ou da entidade.

§ 2º É obrigatória a participação da unidade jurídica do órgão ou da entidade nos trabalhos de revisão e de consolidação de atos normativos de competência de Ministro de Estado ou de colegiado do qual o Ministro de Estado participe.”

3.4. O produto elaborado pela consultoria contratada pela CGRH/DRHB/SNSH e a minuta de Resolução com as propostas de revogação foram enviadas para a CONJUR-MDR que analisou e elaborou o **parecer n. 00714/2021/CONJUR-MDR/CGU/AGU (3536473)**, **concluindo** pela viabilidade jurídica da Minuta de Resolução, desde que cumpridas as recomendações expostas nos itens 34, 38 e 39, desta peça.

3.5. Cabe a esta Coordenação esclarecer e adequar, no que couber, a instrução processual, conforme recomendações contidas no parecer da Consultoria Jurídica junto ao MDR, que são:

“25. A área técnica, no entanto, suscitou dúvidas no tocante aos critérios de revogação apresentados em relação a 5 (cinco) resoluções, a saber:

Resolução nº 84, de 27 de março de 2008, que encaminha à Casa Civil proposta de Decreto que acresce parágrafo único ao art. 1º do Decreto nº 1.842, de 22 de março de 1996, que institui Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP, e dá outras providências;

Resolução nº 88, de 04 de junho de 2008, que encaminha à Casa Civil proposta de Decreto que altera a ementa e o art. 1º do Decreto nº 1.842, de 22 de março de 1996, que institui Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP;

Resolução nº 104, de 17 de dezembro de 2009, que aprova a proposta de Decreto que altera o parágrafo único do art. 1º do Decreto de 25 de janeiro de 2002, que institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, localizada nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e dá outras providências;

Resolução nº 110, de 13 de abril de 2010, que aprova a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, e dá outras providências;

Resolução nº 120, de 16 de dezembro de 2010, que aprova a proposta de

instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema, e dá outras providências.

[...]

34. Nesse sentido, a não ser que exista algum outro fundamento para a revogação das resoluções constantes do item 25 desta peça, entendemos, s.m.j., não haver motivo para que as mesmas sejam revogadas, em que pese também entendermos que a revogação das mesmas não afetaria a vigência dos decretos a que fazem alusão. Forte, ainda, nos princípios da transparência e fundamentação dos atos administrativos, sugerimos que as mesmas não sejam revogadas.

[...]

38. Nada obstante, além das sugestões constantes nesta peça, notadamente, no item 34, cumpre observar que, quanto ao aspecto formal, a minuta apresentada não se encontra dentro dos parâmetros necessários, devendo, pois, a área técnica observar tais parâmetros, inclusive relacionados à gramática, pontuação e formatação do texto.

39. Cumpre observar, ademais, que o parecer de mérito (no caso Nota Técnica) deve, nos termos do art. 32, do decreto suso transcrito, conter, dentre outras, as informações relacionadas a eventual impacto financeiro da norma proposta, ou declaração negativa, sobre tal impacto:

“Art. 32. O parecer de mérito conterá:

I - a análise do problema que o ato normativo visa a solucionar;

II - os objetivos que se pretende alcançar;

III - a identificação dos atingidos pelo ato normativo;

IV - quando couber, a estratégia e o prazo para implementação;

V - na hipótese de a proposta implicar renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:

a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, da qual deverá constar, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicará:

1. se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e

2. a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e

b) a declaração de que a medida apresenta:

1. adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e (...)”.

3.6. Quanto ao item 34, cabe informar que, conforme sugestão contida no Parecer da CONJUR, foram retiradas da minuta de revogação as resoluções CNRH nº 84, 88, 104, 110 e 120.

3.7. Para atender a observação contida no art. 38 foram feitas adequações para que a minuta esteja de acordo com os requisitos do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, e da Lei Complementar nº 95/1998, ainda foi feita revisão gramatical e da formatação do texto, conforme consta na versão revisada da proposta de Resolução (SEI 3552873).

3.8. **Por fim, quanto ao item 39, esta coordenação informa que a proposta não implica em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.**

3.9. Foi estipulado como data final para publicação dos atos revisados e consolidados o dia 31 de março de 2022, conforme o Decreto nº 10.776, de 24 de agosto de 2021. Portanto, para atender a este prazo legal a matéria deverá ser incluída na próxima plenária do CNRH, prevista para ocorrer em 18 de março de 2022.

4. CONCLUSÃO

4.1. Com a edição do Decreto n. 10.139, de 28 de novembro de 2019, que

disciplina a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, foi realizada contratação de uma consultoria especializada para auxiliar a Secretaria-Executiva do CNRH no cumprimento do referido decreto. A consultoria elaborou o produto e minuta de resolução e após complementações desta Coordenação foi encaminhada à CONJUR-MDR para análise, conforme exposto na Nota Técnica 49 (3468955).

4.2. A CONJUR-MDR, por meio do parecer n. 00714/2021/CONJUR-MDR/CGU/AGU, concluiu pela viabilidade da proposta de resolução e apontou algumas recomendações e ajustes a serem realizados, em especial as contidas nos itens nº 34, 38 e 39 do referido parecer. Assim, esta CGRH adequou a minuta para atender às recomendações.

4.3. Ainda, tendo em vista a estrutura do CNRH e seus procedimentos regimentais, recomenda-se o envio da proposta de Resolução (SEI 3552873) e os documentos que a subsidiam à Câmara Técnica de Assuntos Legais – CTAL para análise e, na sequência, submeter a matéria ao plenário para deliberação. Após aprovada, a proposta deve ser encaminhada ao Gabinete da Secretaria Executiva do MDR, conforme orientação feita no Ofício nº 24/2021/CGPRO/DIGEC/SECOG/GAB-SE-MDR (SEI 3516091).

À Consideração Superior,

MARIA EDUARDA RAMOS FIGUEIREDO

Advogada - Estagiária de Nível Superior
CGRH/DRHB/SNSH/MDR

ROSELI DOS SANTOS SOUZA

Coordenadora de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos
CGRH/DRHB/SNSH/MDR

De acordo. Ao Diretor de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas com recomendação de aprovação.

ANDERSON FELIPE MEDEIROS BEZERRA

Coordenador-Geral de Gestão de Recursos Hídricos
CGRH/DRHB/SNSH/MDR



Documento assinado eletronicamente por **Roseli dos Santos Souza, Coordenador(a) Apoio à Gestão de Recursos Hídricos**, em 12/01/2022, às 11:17, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Felipe Medeiros Bezerra, Coordenador(a) Geral de Gestão dos Recursos Hídricos**, em 12/01/2022, às 11:32, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?



acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador
3553287 e o código CRC **DDC64124**.

Referência: Processo nº 59000.023529/2021-87

SEI nº 3553287



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas

DESPACHO

Processo nº 59000.023529/2021-87

À CTAL,

ao Coordenador Wilson Melo.

Assunto: Manifestação jurídica quanto a proposta de Resolução do CNRH que revoga os normativos do Colegiado considerados implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicados, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e à Portaria nº 1.978, de 21 de julho de 2020.

1. Em atenção ao Despacho DRHB (3540996), encaminho, para análise da Câmara Técnica de Assuntos Legais-CTAL, Minuta de Resolução CNRH (3552873) que declara a revogação expressa das normas consideradas implicitamente revogadas ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicadas.

2. Conforme recomendações do Parecer - Jurídico n. 00714/2021/CONJUR-MDR/CGU/AGU (3536473), a Secretaria Executiva do CNRH elaborou a Nota Técnica 2 (3553287) com subsídios para análise desta CTAL, visando a aprovação e encaminhamento para deliberação do CNRH, para atendimento do disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e à Portaria nº 1.978, de 21 de julho de 2020.

Atenciosamente,

ANDERSON FELIPE DE MEDEIROS BEZERRA

Coordenador-Geral de Gestão de Recursos Hídricos
CGRH/DRHB/SNSH/MDR



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Felipe Medeiros Bezerra**,
Coordenador(a) Geral de Gestão dos Recursos Hídricos, em 12/01/2022, às 11:12, com
fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
3554378 e o código CRC **219C5F63**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS – CTAL

14ª REUNIÃO CTAL (virtual)



Data: 07 de março (das 14h30 às 17h30)

Link de acesso à reunião: [14ª Reunião CTAL](#)

PAUTA

1. Abertura e informes gerais.
2. Análise da proposta de Resolução CNRH que “Declara a revogação expressa das normas consideradas implicitamente revogadas ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicadas”. Encaminhada pela Secretaria-Executiva do CNRH. Processo 59000.023529/2021-87.
3. Criação do GT – Avaliação de Impacto Regulatório, conforme encaminhamento do Plenário, durante a 45ª Reunião Ordinária do Conselho.
4. Encaminhamentos e Assuntos Gerais.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Conselho Nacional de Recursos Hídricos

PROPOSTA

RESOLUÇÃO Nº XXX, DE XX DE XXXX DE 2022

Declara a revogação expressa das normas consideradas implicitamente revogadas ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicadas.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela [Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), pela [Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000](#), pela Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, pelo [Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), e pelo seu Regimento Interno, e de acordo com o inciso I, do § 3º, do art. 14 da Lei Complementar nº 95, de 1998, os artigos 45 a 51 do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, bem como com o art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, com base nos elementos constantes do Processo SEI MDR 59000.023529/2021-87, resolve:

Art. 1º Revogar, expressamente, as seguintes resoluções consideradas implicitamente revogadas ou cuja eficácia ou validade encontra-se prejudicada:

- I - Resolução nº 1, de 5 de novembro de 1998, que define o cronograma e a metodologia para o processo de alteração do Regimento Interno do CNRH em 1998;
- II - Resolução nº 2, de 5 de novembro de 1999, que define o calendário de reuniões ordinárias e extraordinárias do CNRH para o ano de 1999;
- III - Resolução nº 3, de 10 de junho de 1999, que institui Grupo de Trabalho que tem por objetivo elaborar propostas de criação de Câmaras Técnicas Permanentes e Provisórias;
- IV - Resolução nº 4, de 10 de junho de 1999, que institui, em caráter de urgência, as Câmaras Técnicas Permanentes do Plano Nacional de Recursos Hídricos e a de Assuntos Legais e Institucionais;
- V - Resolução nº 6, de 21 de junho de 2000, que altera a redação do Art. 3º e Art. 4º da Resolução nº 3;
- VI - Resolução nº 7, de 21 de junho de 2000, que institui a Câmara Técnica Permanente de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras;

- VII - Resolução nº 8, de 21 de junho de 2000, que institui a Câmara Técnica Permanente de Análise de Projeto;
- VIII - Resolução nº 9, de 21 de junho de 2000, que institui a Câmara Técnica Permanente de Águas Subterrâneas;
- IX - Resolução nº 10, de 21 de junho de 2000, que institui a Câmara Técnica Permanente de Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços;
- X - Resolução nº 11, de 21 de junho de 2000, que institui a Câmara Técnica Permanente de Ciência e Tecnologia;
- XI - Resolução nº 21, de 14 de março de 2002, que institui a Câmara Técnica Permanente de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos;
- XII - Resolução nº 28, de 29 de novembro de 2002, que prorroga, em caráter excepcional, o prazo para a designação da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;
- XIII - Resolução nº 35, de 1 de dezembro de 2003, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício de 2004;
- XIV - Resolução nº 36, de 26 de março de 2004, que prorroga o prazo de mandato da Diretoria Provisória da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;
- XV - Resolução nº 39, de 26 de março de 2004, que institui a Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos;
- XVI - Resolução nº 41, de 02 de julho de 2004, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício de 2005;
- XVII - Resolução nº 43, de 02 de julho de 2004, que aprova o Programa de Trabalho e respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do CNRH, para o exercício de 2005;
- XVIII - Resolução nº 45, de 20 de dezembro de 2004, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;
- XIX - Resolução nº 49, de 21 de março de 2005, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício de 2006, e dá outras providências;
- XX - Resolução nº 51, de 18 de julho de 2005, que institui a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira;
- XXI - Resolução nº 56, de 28 de novembro de 2005, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira;
- XXII - Resolução nº 57, de 30 de janeiro de 2006, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;
- XXIII - Resolução nº 61, de 02 de junho de 2006, que aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do CNRH, para o exercício de 2007;
- XXIV - Resolução nº 71, de 14 de junho de 2007, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício orçamentário de 2008 e no Plano Plurianual 2008 - 2011, e dá outras providências;

XXV - Resolução nº 72, de 14 de junho de 2007, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu;

XXVI - Resolução nº 73, de 14 de junho de 2007, que altera o inciso III do artigo 2º da Resolução CNRH nº 10, de 21 de junho de 2000;

XXVII - Resolução nº 79, 10 de dezembro de 2007, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira;

XXVIII - Resolução nº 81, de 10 de dezembro de 2007, que aprova o Programa de Trabalho e a respectiva Proposta Orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para o exercício de 2008;

XXIX - Resolução nº 82, de 10 de dezembro de 2007, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu;

XXX - Resolução nº 83, de 10 de dezembro de 2007, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;

XXXI - Resolução nº 85, de 27 de março de 2008, que altera a Resolução CNRH nº 79, de 10 de dezembro de 2007, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira;

XXXII - Resolução nº 87, de 04 de junho de 2008, altera o inciso II do art. 2º da Resolução CNRH nº 4, de 10 de junho de 1999, para redefinir as competências da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais;

XXXIII - Resolução nº 89, de 04 de junho de 2008, que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para o exercício de 2009;

XXXIV - Resolução nº 90, de 04 de junho de 2008, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inc. II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2009;

XXXV - Resolução nº 94, de 05 de novembro de 2008, que altera as competências da CTPNRH, estabelecidas no inciso I do art. 2º da Resolução CNRH nº 4, de 10 de junho de 1999;

XXXVI - Resolução nº 96, de 17 de dezembro de 2008, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu;

XXXVII - Resolução nº 102, de 25 de maio de 2009, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inciso II do parágrafo 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2010-2011;

XXXVIII - Resolução nº 103, de 25 de maio de 2009, que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para o exercício de 2010;

XXXIX - Resolução nº 105, de 17 de dezembro de 2009, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira para o mandato de 1º de dezembro de 2009 a 30 de novembro de 2011;

XL - Resolução nº 118, de 16 de dezembro de 2010, que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para o exercício de 2011;

XLI - Resolução nº 119, de 16 de dezembro de 2010, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande;

XLII - Resolução nº 124, de 29 de junho de 2011, que cria Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de regulamentação da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000;

XLIII - Resolução nº 127, de 29 de junho de 2011, que aprova o Plano de Trabalho e Proposta Orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH/ano 2012;

XLIV - Resolução nº 130, de 29 de novembro de 2011, que delega competência ao Instituto BioAtlântica - IBio para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

XLV - Resolução nº 131, de 20 setembro de 2011, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande;

XLVI - Resolução nº 133, de 14 de dezembro de 2011, que prorroga os prazos do Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de regulamentação da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, instituído pela Resolução CNRH Nº 124, de 29 de junho de 2011;

XLVII - Resolução nº 136, de 15 de dezembro de 2011, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST para o mandato de 1º de dezembro de 2011 a 30 de novembro de 2013;

XLVIII - Resolução nº 137, 21 de março de 2012, que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o exercício de 2013;

XLIX - Resolução nº 139, 21 de março de 2012, que estabelece a composição e define suplências para a CTPNRH, CTIL e CTEM, para o mandato de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2014, para a CTCOB, para o mandato de 1º de agosto de 2012 a 31 de julho de 2014, e dá providências;

L - Resolução nº 147, de 13 de dezembro de 2012, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água para o período 2013/2015;

L - Resolução nº 151, de 12 de dezembro de 2012, aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

LI - Resolução nº 154, de 17 de dezembro de 2013, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira - CTCOST, para o mandato de 1º de dezembro de 2013 a 30 de novembro de 2015;

LII - Resolução nº 157, 09 de junho de 2014, que estabelece composição e define a indicação de representações, em ordem progressiva, para eventuais substituições para a CTPNRH, CTIL

e CTEM (mandato de 1 de julho de 2014 a 30 de junho de 2016), para a CTCOB (mandato de 1 de agosto de 2014 a 31 de julho de 2016), e dá outras providências;

LIII - Resolução nº 158, 09 de junho de 2014, que estabelece procedimentos para a escolha de membros pertencentes à Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

LIV - Resolução nº 160, de 09 de junho de 2014, que altera a Resolução nº 146, de 13 de dezembro de 2012, que, entre outros, estabelece a composição da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia - CTCT;

LV - Resolução nº 161, de 15 de dezembro de 2014, que acrescenta atribuições à Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e extingue o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - GTAAC;

LVI - Resolução nº 163, de 15 de dezembro de 2014, que estabelecer a composição da Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o mandato em curso do Colegiado;

LVII - Resolução nº 166, de 29 de junho de 2015, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, referidos no inciso II, do § 1º do art. 17, da Lei no 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei no 9.984, de 2000, para os exercícios orçamentários de 2016 e 2017;

LVIII - Resolução nº 168, de 23 de setembro de 2015, que prorroga o prazo da delegação de competência ao Instituto BioAtlântica - IBIO para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

LIX - Resolução nº 169, de 23 de setembro de 2015, que estabelece a composição da Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o mandato em curso do Colegiado;

LXI - Resolução nº 173, de 09 de dezembro de 2015, que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o exercício de 2016;

LXII - Resolução nº 175, de 09 de dezembro de 2015, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira CTCOST, para o mandato de 1º de dezembro de 2015 a 30 de novembro de 2017;

LXIII - Resolução nº 176, de 29 de junho de 2016, que altera o Anexo da Resolução CNRH nº 152/2013, que trata da composição do Grupo de Acompanhamento da elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai;

LXIV - Resolução nº 177, de 29 de junho de 2016, que estabelece composição e define a indicação de representações, em ordem progressiva, para eventuais substituições para a CTPNRH, CTIL e CTEM (mandato de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2018), para a CTCOB (mandato de 1º de agosto de 2016 a 31 de julho de 2018), e dá outras providências;

LXV - Resolução nº 179, de 08 de dezembro de 2016, que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o exercício de 2017;

LXVI - Resolução nº 189, de 29 de junho de 2017, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no

inciso II, do § 1º do art. 17, da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2018; e dá outras providências;

LXVII - Resolução nº 190, de 19 de dezembro de 2017, que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o exercício de 2018;

LXVIII - Resolução nº 191, de 19 de dezembro de 2017, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira - CTCOST, para o mandato de 1º de dezembro de 2017 a 30 de novembro de 2019;

LXIX - Resolução nº 193, de 08 de março de 2018, que define os procedimentos de indicação de representantes titulares e suplentes dos Ministérios e de Secretarias Especiais da Presidência da República, dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e institui o Cadastro de Organizações Cíveis de Recursos Hídricos-COREH;

LXX - Resolução nº 198, de 28 de junho de 2018, que estabelece composição e define a indicação de representações, em ordem progressiva, para eventuais substituições para a CTPNRH, CTIL e CTEM (mandato de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2020), para a CTCOB (mandato de 1º de agosto de 2018 a 31 de julho de 2020);

LXXI - Resolução nº 206, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece composição e define suplências para a Câmara Técnica de Análise de Projeto - CTAP; Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS; Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia - CTCT; Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços - CTGRHT; e Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR; e dá outras providências; e

LXXII - Resolução nº 219, de 24 de dezembro de 2020, que aprova a instituição da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, e dá outras providências.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO

Presidente do CNRH

SÉRGIO LUIZ SOARES DE SOUZA COSTA

Secretário-Executivo do CNRH